

GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DA UNESP DE PRESIDENTE PRUDENTE

VOL. 1 Nº16 / 2020

ISSN: 1984-1647



ANDREA . TOLAINI

***GÊNERO E SEXUALIDADE NAS
TRAMAS GEOGRÁFICAS***
espaço e interseccionalidade

GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

© 2020 Departamento de Geografia do Campus de Presidente Prudente

CAPA & PROJETO GRÁFICO
Larissa Araújo Coutinho de Paula
Mateus Fachin Pedroso

ILUSTRAÇÃO DE CAPA
Adaptada de Andréa Tolaini

DIAGRAMAÇÃO
Mateus Fachin Pedroso
Larissa Araújo Coutinho de Paula

REVISÃO
Conselho Executivo

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Conselho Executivo

DOSSIÊ
VOL. 1 Nº 16 / 2020 ISSN
1984-1647

GÊNERO E SEXUALIDADE NAS TRAMAS GEOGRÁFICAS espaço e interseccionalidade

Revista Geografia em Atos / Universidade Estadual
Paulista.
Campus de Presidente Prudente - Departamento de
Geografia, 2020

Quadrimestral v.1, n.16, 140 p, - Gênero e Sexualidade nas tramas geográficas: espaço e
interseccionalidade - mar/2020.
ISSN 1984-1647.

1. Geografia. 2. Gênero. 3. Sexualidades. 4. Feminismo. 5. Raça. 6. Corpos. 7. Mulheres. 8.
LGBTQ+. 9. Metodologia. 10. Interseccionalidade. 11. Espaço. 12. Território.

I.
Universidade Estadual Paulista.
Campus de Presidente Prudente. Curso de Geografia.

I
Os textos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores.
Permite-se a reprodução parcial, desde que
mencionada a fonte.

GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Sandro Roberto Valentini
Reitor

Sergio Roberto Nobre
Vice-Reitor

ADMINISTRAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Departamento de Geografia Rua Roberto Simonsen, 305, CEP:19060-900, Presidente Prudente - SP, Caixa-postal: 467
Telefone: (18) 32295650

Home Page: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos> E-mail: geoatos.editorial@gmail.com

EQUIPE EDITORIAL

Editor-Gerente

Rízia Mendes Mares (FCT/UNESP)
Fredri dos Santos Bento (FCT/UNESP)
José Mariano Caccia Gouveia (FCT-UNESP)

Conselho Executivo

Guilherme dos Santos Claudino (FCT-UNESP)
Fátima Aparecida Costa (FCT/UNESP)
Larissa Araújo Coutinho de Paula (FCT/UNESP)
Luís Fernando Colombo (FCT/UNESP)
Mateus Fachin Pedrosa (FCT/UNESP)

Conselho Científico

Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. João Oswaldo Rodrigues Nunes, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. João Lima Sant'Anna Neto, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Raul Borges Guimarães, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Antonio César Leal, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil

MANUTENÇÃO DO WEBSITE

Marcos Roberto Pereira de Souza, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil

BIBLIOTECÁRIA CONSULTORA

Micheli Antonia Oshima, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil, UNESP)

GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

© 2020 Departamento de Geografia do Campus de Presidente Prudente

DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v8i15.7348>

GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

Sumário

Dossiê “Gênero e Sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade

Editorial

Larissa Araújo Coutinho de Paula e Mateus Fachin Pedroso.....1

Apresentação

Sobre resistências e visibilidades na geografia brasileira

Joseli Maria Silva.....2

* * * * *

Artigos

Gênero em espacialidades geográficas: trajetórias e coetaneidade

Larissa Araújo Coutinho de Paula e Mateus Fachin Pedroso.....5

A construção de territórios por mulheres negras por meio do Hip Hop: aproximações teóricas

Ana Carolina dos Santos Marques e Ricardo Lopes Fonseca.....20

Gênero, empoderamento e território: construindo relações e estabelecendo perspectivas teóricas

Simone Léia Rui.....45

Beleza plástica: a fetichização do corpo feminino como mercadoria no espaço heteronormativo

Bruna Fernandez Guimarães Borsoi.....61

Masculinidades y geografía: experiencias de hombres trans en el espacio hegemónico de Santiago de Chile

Martin Ignacio Torres.....76

Territorialização e contexto histórico da prostituição travesti em Presidente Prudente – SP: uma abordagem a partir do Bairro Vila Nova e Jardim Jabaquara

Mateus Vantuir Cardozo Lopes.....95

Práticas investigativas na ciência geográfica: contribuições para o estudo das masculinidades e práticas espaciais de homens gays pretos

Gustavo Henrique Pereira da Silva.....109

Mapeamento dos crimes de ódio contra LGBT: uma leitura socioespacial da violência entre os anos de 2017 e 2018

Wilians Ventura Ferreira Souza e Carlos Alberto Feliciano.....121

EDITORIAL

A Revista Geografia em Atos é uma publicação criada em 1999 pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, que desde então tem se dedicado a construção do saber geográfico, uma vez que prioriza o rigor e a cientificidade encontrada nas mais diferentes áreas da Geografia.

Deste modo, sabemos que a edificação dos saberes científicos na Geografia se realiza através de confluências, tensões e disputas, que assim delineiam explicitamente o centro e a margem dos discursos geográficos. É neste sentido que destacamos que nos últimos anos o periódico publicou alguns artigos que versam sobre mulheres, gênero e violência sexual, o que expressa sutilmente a emergência de “novos temas” que solicitam das ciências geográficas interpretações e respostas.

Apesar de a FCT-UNESP não materializar tais temas em um grupo de pesquisa ou linha de investigação, muitos estudantes têm se dedicado na produção deste conhecimento, com diferentes abordagens, o que torna os estudos sobre gênero e sexualidades em nossa universidade algo plural. Tais esforços são frutos de muitos projetos relativos à gênero e sexualidades (mais recentemente), concluídos e em estágio de desenvolvimento; nos mais variados níveis (graduação, mestrado e doutorado) e em diferentes campos de estudo da ciência geográfica, como na geografia agrária, geografia da saúde, geografia urbana, ensino em geografia, epistemologia geográfica e até geografia física, o que por si só merece ser reconhecido e compartilhado.

É por isso, que com muita alegria, a Revista Geografia em Atos (Online) torna público seu mais novo dossiê: **“Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade”**, validando o fato de que, mesmo em tempos sombrios e persecutórios à ciência, sobretudo às ciências humanas, outras geografias são possíveis!

Neste mesmo movimento, fazemos ainda um convite, para que aqueles que também se debruçam na construção de uma geografia mais plural, que se coloque contra o domínio de uma ciência branca, masculina, patriarcal e heteronormativa; nos enviem seus manuscritos, para que juntos, possamos somar, trocar conhecimentos, nos fortalecer e ampliar esta construção!

Gratidão,
À todxs uma ótima leitura

Larissa Araújo Coutinho de Paula
Mateus Fachin Pedroso
Editores responsáveis

SOBRE RESISTÊNCIAS E VISIBILIDADES NA GEOGRAFIA BRASILEIRA

O convite de Larissa Araújo Coutinho de Paula e Mateus Fachin Pedroso, organizadores do Dossiê “Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade” da Revista Geografia em Atos, me trouxe intensa felicidade. Esta sensação de êxtase tem dois importantes motivos. O primeiro, porque sempre lutei para a expansão das análises de gênero e sexualidades na geografia brasileira e ver uma nova geração de geógrafxs tomar para si esta batalha é imensamente gratificante. O segundo, porque este volume desafia a onda do conservadorismo que tem crescido de forma brutal na sociedade brasileira, notadamente com a vitória da extrema direita nas eleições presidenciais em 2018. Assim, mesmo em um contexto desfavorável para o acolhimento deste perfil de produção científica, ela resiste e se coloca como uma fissura nas estruturas de poder político e científico.

Este volume da Revista Geografia em Atos nos oferece reflexões sobre gênero e sexualidades que estão comprometidas com a ampliação do campo da geografia brasileira em termos temáticos, conceituais e metodológicos. Além disso, a revista traz para a arena de debates sujeitos tradicionalmente invisibilizados pela geografia hegemônica que apenas no século XXI têm conseguido algum protagonismo, graças à ousadia de geógrafxs comprometidos com a superação de hierarquias de poder. Portanto, são intelectuais que enfrentam as fronteiras epistemológicas

estabelecidas e constroem com este volume um corajoso ato de amor. Amor pela geografia e amor pela humanidade diversa que os organizadorxs desse volume, bem como xs autorxs nutrem.

O primeiro artigo escrito por Larissa Araújo Coutinho de Paula e Mateus Fachin Pedroso estabelece uma crítica às abordagens geográficas que, ao analisar as diferentes formas de relação entre espaço e sociedade ao longo do tempo, negligenciaram as questões de gênero e sexualidades. O artigo também evidencia que o campo da geografia, apesar de se manter fortemente pautado pelo androcentrismo, apresenta uma complexificação da abordagem de sujeitos em suas mais variadas interseções, como é o caso das relações interseccionais que consideram as múltiplas variáveis constituidoras da sociedade espacializada.

Ana Carolina dos Santos Marques e Ricardo Lopes Fonseca enfocam as mulheres negras e sua atuação no Hip Hop, constituindo territórios de resistência contra o racismo. Xs autorxs evidenciam a difícil posição interseccional das mulheres negras que se constituem por fatores interseccionados de raça, gênero e classe nas suas condições espaciais de vulnerabilidade. O artigo é esperançoso na medida em que denuncia a condição feminina negra e também traz a tona a luta dessas mulheres e suas vozes de resistência por meio do Rap e a constituição de territórios próprios.

O artigo de Simone Léia Rui estabelece a conexão entre empoderamento, gênero e território por meio da compreensão do poder como aspecto catalisador entre eles. A autora, por meio de uma revisão bibliográfica, estabelece a relação entre empoderamento feminino e território, evidenciando os aspectos culturais, políticos e simbólicos que atuam na sua mútua constituição. Na medida em que as relações de gênero são pautadas nas assimetrias de poder, elas também possuem uma espacialidade que se dá no embate dos direitos políticos e dependem de mudanças culturais e econômicas entre homens e mulheres.

Bruna Fernandez Guimarães Borsoi oferece uma abordagem atual da relação entre o corpo feminino e sua apropriação como mercadoria. Seu artigo 'Beleza plástica: a fetichização do corpo feminino como mercadoria no espaço heteronormativo', estabelece uma crítica sobre as tecnologias que transformam os corpos de acordo com um padrão estético constituído pelo mercado capitalista. O corpo feminino é retratado neste artigo como sendo enquadrado em matrizes de relações de poder em que determinados seres humanos são assujeitados na busca de satisfação do ideal estético, como é o caso das mulheres.

O artigo 'Masculinidades y geografía: experiencias de hombres trans en el espacio hegemónico de Santiago de Chile' de Martin Ignacio Torres retrata as experiências espaciais de homens transsexuais que desafiam a norma cisheteropatriarcal, constituidora hegemônica das cidades. O autor aborda a masculinidade a partir de

um processo de vir a ser, o que faz com que as masculinidades trans constituam espaços em constante transformação, em processo aberto. Os tensionamentos das vivências espaciais não hegemônicas dos homens trans são exibidos neste artigo, possibilitando pensar o espaço de forma relacional e indeterminada.

O artigo de Mateus Vantuir Cardozo Lopes estabelece uma análise sobre a constituição do território de prostituição travesti por meio da interpretação das memórias de travestis mais velhas. Ele evidencia como a cidade é tecida pelas práticas identitárias que se apropriam de pedaços da cidade e tornam visíveis vidas não vivíveis, conforme a ótica cisheteropatriarcal. Este artigo é ousado ao trazer as alianças entre travestis mais velhas e jovens na garantia de sua existência, marcando o espaço urbano, mesmo que em condições de vulnerabilidade.

Gustavo Henrique Pereira da Silva reflete sobre práticas investigativas na geografia, realizando uma importante crítica do processo metodológico que distancia x pesquisadxr das pessoas sobre as quais ele quer investigar. O artigo humaniza e corporifica a prática de pesquisa ao abordar as masculinidades específicas de homens gays negros que lutam contra a masculinidade hegemônica, mas também contra a forma tradicional de se fazer pesquisa geográfica. A complexidade que traz este texto entrelaça o universo de sujeitos racializados e a forma de construir um conhecimento autônomo que contemple os lugares de fala e a cientificidade da geografia.

Por fim, o artigo de Wilians Ventura Ferreira Souza e Carlos Alberto Feliciano apresenta a cartografia dos crimes de ódio contra LGBTQ+, evidenciando uma realidade pouco considerada socialmente, apesar dos avanços legais que o Brasil conquistou nas últimas décadas. O artigo pauta sua crítica ao direito à existência de pessoas que transgridem as normas sociais de sexualidades porque seus corpos e práticas são concebidas como ‘anormais’ e esta classificação legitima a violência sobre eles. Os corpos e suas relações espaciais se constituem mutuamente e esta é uma importante proposição conceitual deste artigo.

Este dossiê deve ser visto como um presente à comunidade geográfica brasileira porque ele expressa o frescor da curiosidade e a rebeldia de

jovens investigadorxs do campo, propondo novas categorias identitárias para além da necessária e tradicional classe social, complexificando assim, a análise espacial. Mas, além disso, ele é uma dádiva, de pesquisadorxs que são conscientes de sua responsabilidade política no processo de fazer ciência. Desejo que estes artigos provoquem as ideias já consolidadas, já que é por meio da dúvida que a ciência se transforma e se torna cada vez mais plural.

Profa. Dra. Joseli Maria Silva

Departamento de Geografia, Universidade
Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Presidente Prudente, 24 de fevereiro de 2020.

GÊNERO EM ESPACIALIDADES GEOGRÁFICAS: TRAJETÓRIAS E COETANEIDADE

Larissa Araújo Coutinho de Paula

orcid.org/0000-0002-6585-7537
Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
E-mail: coutinholacp@gmail.com

Mateus Fachin Pedroso

orcid.org/0000-0002-9555-0405
Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
E-mail: mateus_fachin@hotmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7341

Resumo

A ciência geográfica debruça-se sobre estudos de relações entre a sociedade e o espaço. Por muito tempo as análises ambientais e econômicas se sobrepuseram a outros temas que também conduzem as dinâmicas espaciais. Ao longo de sua consolidação enquanto ciência, a Geografia experimentou diferentes fases, alinhadas a distintas correntes teóricas, métodos e metodologias, de acordo com o tempo e espaço de cada geógrafo(o) que se dedicou a construí-la. Somente a partir da década de 1970 (no contexto anglo-saxão) e 1980 (no contexto brasileiro) é que a geografia passou a incorporar o conceito de gênero em suas análises, evidenciando como a espacialidade era construída e vivida por homens e mulheres. Posteriormente, outras abordagens foram consideradas, tais como a sexualidade e a etnia e a raça. Esse processo foi importante no sentido de apresentar uma ciência menos androcêntrica, eurocêntrica e burguesa. Este artigo tem como objetivo, por meio de revisão bibliográfica, elucidar o processo de inserção destas temáticas na Geografia, pontuando ainda, mudanças em relação ao posicionamento de geógrafas(os) diante dos sujeitos que têm como objeto de pesquisa.

Palavras-chave: Geografia; Gênero; Feminismo; Metodologia.

GENDER IN GEOGRAPHICAL SPACIALITIES: TRAJECTORIES AND COETANEITY

Abstract

The geographic science focuses on studies of the relationship between society and space. For a long time, environmental and economic analysis overlapped with other themes that also drive spatial dynamics. Throughout its consolidation as a science, Geography experienced different phases, aligned with different theoretical currents, methods and methodologies, according to the time and space of each geographer (o) who dedicated themselves to building it. Only from the 1970s (in the Anglo-Saxon context) and 1980 (in the Brazilian context) did geography start to incorporate the concept of gender in its analyzes, showing how spatiality was built and lived by men and women. Later, other approaches were considered, such as sexuality and ethnicity and race. This process was important in the sense of presenting a less androcentric, Eurocentric and bourgeois science. This article aims, by means of bibliographic review, to elucidate the process of insertion of these themes in Geography, punctuating, changes in relation to the positioning of geographers (the) before the subjects that have as object of research.

Key words: Geography; Gender; Feminism; Methodology.

GÉNERO EN LAS ESPACIALIDADES GEOGRÁFICAS: TRAYECTORIAS Y COETANEIDAD

Resumen

La ciencia geográfica se centra en los estudios de la relación entre sociedad y espacio. Durante mucho tiempo, el análisis ambiental y económico se superpuso con otros temas que también impulsan la dinámica espacial. A lo largo de su consolidación como ciencia, la Geografía experimentó diferentes fases, alineadas con diferentes corrientes teóricas, métodos y metodologías, de acuerdo con el tiempo y el espacio de cada geógrafo (o) que se dedicó a su construcción. Solo a partir de la década de 1970 (en el contexto anglosajón) y 1980 (en el contexto brasileño) la geografía comenzó a incorporar el concepto de género en sus análisis, mostrando cómo los hombres y las mujeres construyeron y vivieron la espacialidad. Posteriormente, se consideraron otros enfoques, como la sexualidad y el origen étnico y la raza. Este proceso fue importante en el sentido de presentar una ciencia menos androcéntrica, eurocéntrica y burguesa. Este artículo tiene como objetivo, mediante una revisión bibliográfica, dilucidar el proceso de inserción de estos temas en Geografía, también puntuando, los cambios en relación con el posicionamiento de los geógrafos (los) ante los sujetos que tienen como objeto de investigación.

Palabras-clave: Geografía; Género; Feminismo; Metodología.

Introdução

A afirmação de que existe neutralidade científica, sobretudo nas ciências sociais, é por si só contraditória e bastante ludibriosa/. Acreditamos que a pesquisa implica sim em questões políticas, ou seja, em um posicionamento do pesquisador. A começar pela própria escolha do tema ser pesquisado, que não raramente diz respeito à personalidade de quem o pesquisa, seu modo de pensar, sua trajetória pessoal e profissional, suas vivências e valores que não se descolam de sua vida pessoal (PEDROSO, 2019). Por isso não cabe ao pesquisador manter indiferença científica para com a população estudada.

Dado a relevância do processo de construção da relação entre pesquisador e participantes da pesquisa, avaliamos a necessidade de detalhar essa interação (MARRE, 1991; WINKIN, 1998). Assim, a ciência não se reduz ao senso comum do cientista pitoresco que vive enclausurado em laboratório fazendo experimentos, sobretudo, se considerarmos a produção científica social. Na maior parte das vezes, nosso laboratório é o que chamamos trivialmente de campo, são as ruas de um bairro, um ponto comercial da cidade, uma reserva indígena, um assentamento, etc. (ZUSMAN, 2011). Se tratando da Geografia, todo fenômeno que se submete a uma espacialidade, torna-se objeto de estudo e produção de ciência.

Há inclusive quem defenda a ideia de que o aprendizado só se faz mediante ao ato de pesquisar, e é por meio de tal que resgatamos aqui algumas ideias de Demo (2002, 2008),

que enfatiza que a pesquisa é indiscutivelmente o meio mais eficaz para o ensino, pois desenvolve o espírito crítico e a autonomia dos envolvidos, uma vez que a produção do conhecimento só é atingida por meio de uma postura questionadora, rebelde, desconstrutiva, que reconstrói para de novo desconstruir (DEMO, 2002), que passa a ser tão fundamentalista quanto a religião. Por isso, o pesquisador consciente constantemente coloca-se em questionamento.

Para Minayo (2011), a produção do conhecimento depende da articulação, além da teoria e método, de um terceiro elemento, a criatividade. Este último item relaciona-se ao fato de que, por mais que os pesquisadores se debrucem ao estudo de uma mesma situação ou fenômeno, utilizando o mesmo método e procedimentos metodológicos, os resultados jamais serão iguais. Primeiramente pela bagagem de vida que traz cada um, e em segundo lugar, pelo aspecto peculiar da pesquisa, resultando em diferentes conclusões, já que toda construção científica é parcial, situada e corporificada no tempo-espaço (HARAWAY, 1995). Assim, concordamos com Oliveira (1998), para o qual a pesquisa é uma prática artesanalmente construída, na medida em que a comparação entre o artesão e o cientista se estabelece em virtude de ambos produzirem algo único, diferente, ao passo que o resultado da pesquisa também é algo comum, modesto.

É neste sentido que focalizamos a discussão do presente texto sobre as diferentes possibilidades de construção da ciência, sobretudo, da ciência geográfica, de modo que dedicamos esforços na reflexão sobre as questões de gênero e o feminismo na construção da Geografia a partir de alguns de seus conceitos estruturantes, visto que tomamos como base bibliografias clássicas e atuais para a discussão. Portanto, partimos destas colocações com o objetivo de refletir sobre trabalhos que têm como preocupação questões que estão voltadas a realidade corporificada dos sujeitos, ou seja, ligadas ao plano vivido na produção do espaço e das decorrentes espacialidades, e que assim acabem por apresentar outros caminhos possíveis.

Iniciando a reflexão...

São fatídicas as dificuldades de estudar um tema como gênero e sexualidades em virtude do latente confronto epistemológico, que por vezes é algo academicamente velado; ou ainda reduzido à marginalidade, sob o desprezo, a anedota e o sarcasmo, e ainda, no pior dos casos, dotado - a nosso ver - de um alto nível de “má fé” por aqueles que pensam deter

a hegemonia discursiva sobre o que deve ou não ser geográfico, e sobre como se deve ou não fazer Geografia (PEDROSO, et al, 2019).

Hoje, graças aos esforços de inúmeras pesquisadoras e pesquisadores que desde a década de 1980, ousaram inserir debates como gênero, raça e sexualidades; introduzindo-os, aprimorando-os, aprofundando-os, nos atrevemos a dizer que temos no campo de produção de nossa ciência, não apenas uma Geografia, mas incontáveis geografias (NOGUÉ; ROMERO, 2006).

Em termos teóricos tivemos o empenho de buscar abordagens diferenciadas para as relações de gênero. Tais abordagens estão, há tempos, inseridas em outras ciências que estudam o social, sobretudo a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia, e a Psicologia; e por algumas pesquisadoras(es) em subáreas da Geografia, já que a própria geografia feminista e seus estudos sobre a sexualidade se fazem presentes na geografia urbana, na geografia agrária, na geografia política, na geografia da saúde, no ensino de geografia, etc. tendo apresentado uma importante construção.

Ao afirmar que há uma disputa epistemológica dissimulada podemos trazer como exemplos práticos as situações cotidianas de ensino e pesquisa. Basta observarmos a quantidade de mulheres que integram o corpo docente das universidades, que ocupam cargos gerenciais, que são reitoras; poderíamos reduzir ainda mais este número se considerássemos outras intersecções, como raça e sexualidade (McCALL, 2005; VALENTINE, 2007).

Nos eventos científicos, congressos, simpósios, entre outros, raramente encontramos eixos de debates para trabalhos com estas temáticas, o que condiciona tais discussões ao tempo do recente, uma vez que a inclusão de grupos de trabalhos, os conhecidos GT's sobre gênero e sexualidades passaram a existir apenas em meados dos anos 2000. E ainda assim, muitas vezes são incorporados em grupos que somam temas diversos, como se fossem grandes aglomerados, por exemplo: gênero, sexualidades, etnia e religiosidades, temas tão complexos que trabalhados isoladamente dificilmente esgotariam a discussão. Esta ausência e silenciamento não são como já colocamos fatos aleatórios, há uma intencionalidade manifesta. Silva, Nabozny e Ornat (2011) salientam a partir de Foucault (1988), que devemos prestar atenção nisso, pois são fatos que protegem a força e o poder do discurso hegemônico, daí a importância de nossos trabalhos por tratarem de assuntos que são estrategicamente excluídos.

Os trabalhos sobre gênero inseridos no bojo da geografia têm avançado, contudo, são poucos os que abordam o tema de uma forma que ultrapasse o entendimento dicotômico

do conceito. A preocupação com as relações de gênero no espaço é uma realidade consolidada e que adquiriu respeito no campo do saber geográfico desde meados dos anos 1980 e início dos anos 1990 (SILVA; ORNAT, 2016). Rosa Ester Rossini foi a pesquisadora que iniciou as discussões sobre gênero, ressaltando as particularidades do trabalho feminino no campo, tendo por um tempo uma trajetória “quase solitária” dentro da produção geográfica, como apontam Silva, Nabozny e Ornat (2011).

O trabalho de Rossini merece o reconhecimento e valorização, pois foi através dele que o caminho para o gênero na geografia foi se delineando; tanto que hodiernamente, novos nomes despontaram nas pesquisas deste tema no Brasil, podemos citar a título de exemplo, as professoras: Joseli Maria Silva, Maria Franco García, Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Susana Maria Veleda da Silva. E professores, como: Marcio Jose Ornat, Alides Baptista Chimin Junior, Benhur Pinós da Costa e Alecsandro J. Prudêncio Ratts, dentre outras(os). Todos os nomes citados tornaram-se referências dentro da Geografia de gênero e feminista brasileira e em demais subáreas da ciência, por se dedicarem a estes estudos, além de contribuírem para o seu alargamento, orientando e formando novas pesquisadoras(es) de modo a “semear” estas ideias, além de ampliarem essa rede, integrando-se em projetos e publicações com profissionais de demais países, da América Latina, como também com países europeus e os Estados Unidos da América.

É lamentável admitir que algumas mulheres cujas vidas foram dedicadas aos estudos geográficos foram silenciadas no processo, mesmo aquelas que alcançaram inclusive reconhecimento internacional. Infelizmente muitos estudantes concluem suas licenciaturas e bacharelados, sem sequer conhecerem seus nomes, Bertha Becker, Lívia de Oliveira, Sandra Lencioni e a própria Rosa Ester Rossini, são nomes que servem para exemplificar este processo de silenciamento epistemológico dentro da Geografia (PEDROSO, et al, 2019).

Esta discussão principia a reflexão a partir dos resultados engendrados pela disputa hegemônica sobre o discurso geográfico, apresentando o quão dispar se torna esta construção, ao modo que expressa os diferentes rebatimentos sobre professoras(es) envolvidos na construção do saber geográfico. É neste sentido, que não podemos menosprezar todo o conhecimento produzido até então, e por este mesmo movimento a despeito de qualquer ingratidão ou presunção nos colocamos sob o desafio de pensar as relações de gênero no campo a partir de diferentes leituras em um processo que está em devir como pontua Massey (2008) ao tratar sobre a concepção de espaço.

Aprofundando questões necessárias: outras geografias

Como outrora destacado, atualmente existem diferentes ramificações da Geografia que chamam à atenção para os sujeitos sociais e seus movimentos, que assim organizam, produzem espaços e espacialidades no movimento do viver (MASSEY, 2008). Por este motivo, é que se faz necessário abrir um parêntese quando passamos a direcionar olhares para os indivíduos que atuam na constituição do espaço, ou seja, quem são as pessoas que o produzem? Quais são os elementos estruturantes dessa produção? Será que ele é neutro? Estas são inquietudes que têm emergido enquanto tensionamentos que são centrais nas outras geografias, nas geografias marginalizadas (NOGUÉ; ROMERO, 2006).

Estas argumentações podem ser estendidas ao que compreendemos enquanto Geografia de Gênero, dado que esta disciplina mantém preocupação com a constituição dos sujeitos, seus corpos, sexualidades, identidades e ações que repercutem em outras formas de interpretar a produção do espaço. Esta construção principia e tem suas bases ancoradas em colocações que partem das fundamentações feministas, fazendo com que esta geografia aborde o “[...] gênero como uma dimensão da vida social que deve ser incorporada nas estruturas existentes” (SILVA, 1998, p. 108).

A partir destes pressupostos, quem se aprofundou na consideração de multiplicidades espaciais foi a geógrafa feminista inglesa Doreen Massey, que compreende o espaço como um nó, marcado pela constante interação entre local e global, pela coexistência e pluralidades e pela abertura e permanente estado de devir, como algo em construção (MASSEY, 2000; 2008). Essa abordagem teve grande destaque entre os geógrafos anglo-saxões, que em um pensamento distinto da escola humanista, entende a questão do enraizamento como algo negativo, que limita a compreensão das dinâmicas entre fronteiras e endossa discursos nacionalistas pautados em preconceito e ódio.

Massey (2008, p. 29) vê o espaço como uma esfera de possibilidade e multiplicidade, na qual distintas trajetórias coexistem, ou seja, existe mais de uma voz. Espaço e multiplicidade são interdependentes, um não existe sem o outro. O espaço sendo produto de inter-relações, resultando na pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos.

Espaço como produto de inter-relações, como sendo constituído de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. Espaço é esfera da possibilidade, da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade, sem multiplicidade não há espaço. Se espaço, é sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço

são co-constitutivos. O espaço está sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado.

Acreditamos que a ideia do espaço como nó na interação local-global é a abordagem que mais se aproxima das discussões no âmbito da geografia feminista, já que ao reforçar a multiplicidade de trajetórias que o compõe, amplia o seu entendimento para além do sentido econômico baseado na luta de classes, isso permite a visibilidade de outros sujeitos e de suas práticas espaciais, mulheres, negros, homossexuais, transexuais, imigrantes, jovens etc., numa teoria que também supera o sentido romântico de enraizamento (MASSEY, 2000).

Isso nos remete às críticas de Gillian Rose (1993) ao afirmar que o espaço historicamente discutido pela geografia é um espaço transparente, que para ela é constituído a partir da “masculinidade social-científica [que] afirma sua autoridade alegando acesso a um mundo geográfico transparente” (ROSE, 1993, p. 63), de modo a negar o Outro (assim como as reivindicações destes Outros), conseqüentemente negando a possibilidade de diferentes espacialidades.

O debate sobre gênero, assim como a questão racial e as sexualidades são ainda hoje, alvo de intensas críticas no discurso epistemológico da Geografia. Mesmo entre algumas geógrafas(os) que se dedicam aos estudos de gênero, há uma visão limitadora sobre a interação destas interfaces. Isso se evidencia pela insistência em tomar o conceito de gênero apenas para atribuir a perspectiva feminina.

Embora a geografia crítica tenha sim proporcionado uma revolução conceitual e empírica de nossa ciência - o que nos aproximou de debates sociais significativos - não podemos negar que muitos geógrafos tratam as questões acima colocadas como secundárias, estando a luta de classes como o principal tema sobre o qual a geografia deve se debruçar. Mas as práticas espaciais são empreendidas por sujeitos, pessoas que possuem um corpo, um corpo branco, negro; um corpo feminino, masculino, transgênero; magro, gordo, musculoso; sadio, doente, um corpo que se move sem limitações, um corpo debilitado, que não pode se mover (HOPKINS, 2018). Por isso, o espaço, como nos advertiu Rose (1993), não é transparente, tampouco uma superfície neutra.

Esse pensamento é limitador e ainda está presente. Muitos pesquisadores, professores e articuladores de movimentos sociais ainda consideram as reivindicações de gênero e de raça como algo secundário. Para alguns teóricos, as relações de classe são

suficientes para explicar as injustiças do mundo. No entanto, o contraste de classes não esgota em si a totalidade de desigualdades entre os sujeitos (PAULA, 2019).

A justificativa dos que perpetuam essa negação está no fato de que enquanto lutas secundárias (gênero e raça) estas, fragmentam e enfraquecem o foco do movimento, pois são específicas, portanto, comprometem a “unicidade”, a coesão de uma luta. Este discurso a nosso ver é superficial, pois tolhe a complexidade da vida, das pessoas e de seus sofrimentos, das espacialidades, que conforme argumentado por Massey (2008) resultam da coetaneidade de trajetórias.

Assim, é necessário um resgate histórico de modo a evidenciar porque a ciência geográfica negligenciou por tanto tempo a relevância de questões relativas à gênero, etnicidade e sexualidade na produção e estudos do espaço, o que nos leva a questionar qual é a função da Geografia? Como este conhecimento surgiu? E em qual contexto legitimou-se enquanto ciência? E, no que concerne às questões caras para as nossas pesquisas: quais foram as repercussões dos estudos sobre relações de gênero no saber geográfico?

Interloquções entre geografia e gênero: caminhos e encontros

As questões de gênero por vezes causam equívocos de interpretação¹, há diferenciações básicas que nos permitem uma compreensão mais profícua do conceito (que, por sua vez, não é algo fechado e acabado), que como todo qual é alvo de disputas e de construções e reconstruções.

O conceito de gênero surge inicialmente entre feministas que buscavam explicar que haviam diferenças baseadas nos sexos que conduziram à hierarquias, desigualdades e opressões às mulheres, de modo a rejeitar o determinismo biológico (BEAUVOIR, 1960). Essa diferença nos remete à ideia de sexo enquanto um viés biológico e anatômico, e gênero enquanto construção social e histórica, portanto não algo natural, universal e imutável (SCOTT, 1995).

Por se configurar culturalmente, as relações de gênero não se apresentam da mesma forma em quaisquer contextos, elas são estabelecidas de acordo com uma temporalidade e espacialidade, limitadas de acordo com a época e os lugares. Cada povo, com sua configuração jurídica, religiosa, organização familiar e política apresentará relações de gênero

¹ Sexo (condição restritamente biológica, macho, fêmea e intersexual), identidade de gênero (feminino, masculino, transgêneros – apresentam uma identificação e representação de gênero diferente da que lhe foi atribuída por nascimento) e orientação sexual (assexuais, heterossexuais, bissexuais, homossexuais, pansexuais).

próprias (GOUVEIA; CAMURÇA, 2004; SILVA, 2003). Assim, algumas estruturas sociais cumprem a função de regular o comportamento de gênero, a exemplo: a família, a escola, a igreja, o Estado (BOURDIEU, 2011).

A consolidação do conceito de gênero ocorreu num processo interativo entre o movimento feminista (incluindo militantes de diferentes correntes políticas) e a produção acadêmica e científica (discutido por distintas abordagens teóricas). Tal processo não ocorreu de forma linear ou etapista, há ainda uma disputa conceitual que segue em curso. Por isso, convém lembrarmos que mesmo os feminismos são plurais, e que o feminismo tradicional produziu ao longo do tempo inúmeras exclusões, deixando à margem a luta de mulheres negras, e mais recentemente a luta da população que apresenta comportamentos de gênero e sexualidades consideradas desviantes (hooks, 1984; CRENSHAW, 1993; 2002).

Temos três abordagens de maior destaque quando lidamos com as relações de gênero. A primeira delas é baseada no patriarcado, e as relações de gênero servem para explicar a dominação do homem sobre a mulher, em virtude da reprodução e da sexualidade de modo que há um enfoque nos papéis desempenhados pelos corpos, numa perspectiva construcionista (SAFFIOTTI, 1976; 2004). Outra forma de interpretar as relações de gênero pauta-se na teoria marxista, tendo como enfoque a divisão sexual do trabalho (GUTERRES, 2001), sobressaltando que as relações de gênero se tornam importante elemento para o estudo de transformações das estruturas econômicas. Existe ainda, a abordagem pós-estruturalista que tem forte influência da psicanálise, já que esta corrente baseia-se na subjetividade, linguagem e performatividade defendendo a instabilidade de teorias e conceitos, numa perspectiva desconstrucionista das relações de gênero (BUTLER, 2002; 2015).

Butler (2017, p. 18) seguindo o raciocínio desta última abordagem, afirma a própria estabilidade e permanência do sujeito mulher, tão discutido pela abordagem do patriarcado passa a ser questionada.

O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. É significativa a quantidade de material ensaístico que não só questiona a viabilidade do “sujeito” como candidato último à representação, ou mesmo à libertação, como indica que é muito pequena, afinal, a concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir, a categoria das mulheres.

Assim, o conceito de gênero foi inserido com maior ênfase nos debates acadêmicos a partir da década de 1970 no contexto anglo-saxão, sendo intensificado nas décadas seguintes (LOURO, 1996), chegando posteriormente nas ciências geográficas. Este

constructo nos faz compreender que nossos corpos influenciam em nossas práticas espaciais, deste modo, homens, mulheres, transgêneros, vivenciam o espaço de formas diferentes, ao modo como estes são atravessados e valorados pelas distintas geometrias de poder (MASSEY, 2008).

É neste sentido que as críticas de Rose (1993) se tornam preponderantes, uma vez que pontua sobre o sujeito masculino universal (branco, eurocêntrico, heterossexual, elitista) enquanto base da construção da ciência geográfica, e de como isso se perpetuou silenciando outras formas de vivenciar o espaço. Por estes motivos, acreditamos que o conceito de espaço paradoxal de Rose (1993) é o que mais se adequa para atingir aos objetivos que propusemos nesta reflexão.

Deste modo, faz-se necessário destacar que Rose (1993) chegou a elaboração do espaço paradoxal visando uma abordagem diferenciada, que não se limitasse aos métodos tradicionais da ciência, implicitamente carregados de dominação masculina, branca e heterossexual. O enfoque de Rose (1993) aprofunda as relações de poder, demonstrando que elas presumem contraditoriedade e complementariedade, de modo a romper com os binarismos, e demonstra que mesmo entre segmentos dos que estão na ala mais fraca não são passivos, são dotados de poder, e se há poder, há resistência. Essa dinâmica de transferência de poder se estabelece constantemente entre os *outsiders* (margem) e *insiders* (centro), ou seja, elas não são fixas, são plurilocalizadas, e seus movimentos propiciam transformações.

É por meio deste mecanismo que ocorre a subversão da perspectiva masculina dominante, que é marcada pela própria construção da geografia como ciência, de acordo com ela:

Um tema central [...] tem sido o entrelaçamento de subjetividades masculinas e conhecimento geográfico acadêmico. O argumento é que várias formas de masculinidade branca, burguesa e heterossexual estruturaram o modo como a geografia, como disciplina, afirma conhecer o espaço, o lugar e a paisagem. Sugerir que a presença necessária do feminino materno ou sexual nessa imaginação geográfica masculinista produziu um campo excludente de conhecimento. Nesse campo, as posições dominantes do sujeito veem a diferença apenas em relação a si mesma (ROSE, 1993, p. 130).

De acordo com as diferentes correntes geográficas (que não se constituíram de forma linear), alguns métodos foram mais privilegiados do que outros. Inclusive alguns ainda enfrentam conflitos para serem admitidos e reconhecidos enquanto condutores válidos na produção de conhecimento. Podemos pensar, por exemplo, nas perspectivas decoloniais,

que apresentam uma posição crítica ao colonialismo do saber. Basta notar que a maioria dos métodos cientificamente valorizados são criações que se limitam geograficamente e socialmente à uma produção europeia, branca, burguesa, heterossexual.

Não podemos ser ingênuos em não relativizar as implicações políticas de produção do conhecimento, como aponta Ribeiro (2017). A localização de quem fala é importante para o conhecimento, há “outras geografias de razão e saberes”. Apesar de reconhecermos que este conhecimento tradicional hegemônico promove deslegitimidades e privilégios epistêmicos, precisamos conhecê-lo, explicá-lo e posicionar a pesquisa diante deles, pois ainda exercem domínio sobre a produção das ciências sociais, embora haja a construção de epistemologias de bases latinas, africanas, orientais que visam desestabilizar essas “verdades” sobre o discurso de uma suposta neutralidade científica, cujo objetivo consistia em delimitar quem tinha o direito de falar (RIBEIRO, 2017).

Estudos que recaem na marginalidade científica, como já mencionamos anteriormente, abordam mulheres pobres, negras, prostitutas, travestis, jovens infratores, suas espacialidades, são tidas como irrelevantes pela produção acadêmica hegemônica da Geografia brasileira, como aponta Silva (2009). Neste sentido, a autora sugere que a posição do pesquisador que se dedica a temáticas deste tipo deve ser de um fazer científico com e contra os métodos e conceitos institucionais, isso, em nossa interpretação, relaciona-se com a perspectiva de Rose (1993), citada anteriormente.

Conforme salientaram Hanson e Monk (2016), o conhecimento é um construto social, e o tipo de conhecimento inserido numa disciplina depende de quem o produz, de quais métodos foram utilizados para alcançá-lo e quais são os propósitos deste saber, de modo que se deve olhar para os sujeitos pesquisados de um modo diferente, incorporando metodologias que possibilitem a compreensão de vários aspectos.

Como frisa Bourdieu (2006), por mais que possamos constituir um objeto de pesquisa a partir da escolha de um enfoque, não devemos subestimar a pluralidade de aspectos que este objeto nos apresenta. Os sujeitos estudados jamais estão acabados ou fechados em si, tampouco se apresentam como um grupo homogêneo. É dever do pesquisador esmiuçar, desvendar suas trajetórias e características, ou seja, encontrar a geografia que se faz presente nas diferentes configurações e contextos.

Considerações finais

O presente manuscrito trouxe enquanto preocupação a reflexão teórica de alguns conceitos que são chave para a Geografia, sobretudo, a Geografia de Gênero e Feminista, quando pautamos os conceitos de espaço ligado as questões de gênero. O que nos faz pensar que esta disciplina tem papel fundamental na construção dos debates geográficos atuais, sobretudo na Geografia brasileira, que gradativamente tem incorporado tais temáticas, e por tais motivos as(os) pesquisadoras(es) precisam questionar e tensionar os procedimentos - métodos e metodologias - que estruturam essas ausências na Geografia.

Para nós, tal movimento também parte do intento de manter e indicar a multiplicidade de estudos desenvolvidos que merecem respeito científico, considerando que todas as pesquisas sociais são sempre parciais, situacionais, carregadas de valores e experiências que não se restringem somente ao âmbito da academia.

Este entendimento decorre da vivência reforçada pelas resistências conservadoras ainda presenciadas no seio da Geografia, o que acaba por exigir de nós constantes posicionamentos, ressaltando que para além do conteúdo científico é necessário apresentar firmemente o caráter político frente aos ataques e deslegitimações acadêmicas que têm sido cotidianamente enfrentados pelas(os) pesquisadoras(es) desta área.

Agradecimentos

Agradecemos as instituições de fomento de pesquisa, especificamente ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a FAPESP (Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo [processo 2018/057062]) pelos anos de apoio em pesquisa.

Referências

- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Trad. KÜHNER, M. H. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011. 160 p.
- BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, 26 p. 83-92, jun. 2006.
- BUTLER, J. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursos del “sexo”**. 1º ed. Buenos Aires – Argentina, Paidós, 2002, 352 p.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. AGUIAR, R. 8º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, 287 p.

- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, n. 10, v. 1, p. 171-188, 2002.
- CRENSHAW, K. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and the violence against women of color. **Stanford Law Review**, 43, 1241-1259, 1993.
- DEMO, P. Dialética, Conhecimento, Democracia. **Rev. de Educação Ética**, CEE, Rio de Janeiro, v. 1, n.1- março, p. 39-47, 2002.
- GOUVEIA, T. CAMURÇA, S. **O que é gênero?** 4ed. Gênero e Cidadania e DED-SACTES, 2004.
- GUTERRES, S. B. Classe social e gênero: elementos para uma controvérsia. 2001. 130 f. (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Campinas, Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Campinas.
- MONK, J.; HANSON, S. Não excluam metade da humanidade da geografia humana. In SILVA, J. M; ORNAT, M. J; CHIMIN JUNIOR, A. B. (Orgs) **Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferença**. Toda Palavra, Ponta Grossa, 2016.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.
- hooks, b. **Feminist theory: from margin to center**. Boston: South End, 1984, 174 p.
- HOPKINS, P. Feminist geographies and intersectionality. **Gender, Place & Culture**, v. 25, n.4, p. 585–590, 2018.
- LOURO, G. L. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. M; MEYER, D. E; WALDOW, V. R. (orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.
- MARRE, J. A. L. A construção do objeto científico na investigação empírica. Cascavel: **Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná – UNIOESTE**, 1991. (Digitado).
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Trad. MACIEL, H. P; HAESBAERT, R. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 312 p.
- MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. **O espaço da diferença**. Campinas-SP: Papirus, 2000. P. 176-185.
- McCALL, L. The complexity of intersectionality. **Signs**, v. 30, n. 3, p. 1771-1800, 2005.
- MINAYO, M. C. S.; DELANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- NOGUÉ, J; ROMERO, J. **Las otras geografías**. Valencia: Editorial Tirant lo Blanch, col. Crónica, 2006, 557 p.
- OLIVEIRA, P. S. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In:_____. (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. 1 ed. São Paulo: Hucitec / UNESP, 1998, v. 1, p. 17-26.
- PAULA, L. A. C. As margaridas seguem o caminho, do campo às ruas, das ruas ao campo: a mulher rural e sua trajetória de luta por reconhecimento e direitos. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades” p. 100-121, jul-dez, 2019.
- PEDROSO, M. F. Situacionalidade e Interpretações: Quantas Geografias Cabem em uma Vida?. **Rev. Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 2, p. 66-78, 2019.
- PEDROSO, M. F; SILVA, J. M; ORNAT, M. J; CHIMIN JUNIOR, A. B; CESAR, T. R. A. O; PINTO, V. A. M; SILVA, E. A. Mulheres na construção do pensamento geográfico? Um encontro entre a AGB – PP ‘Bertha Becker’ e Joseli Maria Silva. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 18-61, jan.-jun./2019.
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

- ROSE, G. **Feminism & Geography**. The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.
- SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976, 384 p.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, 151 p.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20. Porto Alegre, 1995. p. 5-22.
- SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Rev. de História Regional**, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.
- SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: _____. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.
- SILVA, J. M.; NABOZNY, A.; ORNAT, M. J. A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIM JUNIOR, A. B. (Org.). **Espaço, gênero e feminilidades ibero-americanas**. Editora Toda Palavra, Ponta Grossa, 2011.
- SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. Corpo como espaço: um desafio a imaginação geográfica. In: PIRES, C. L. Z.; HEIDRICH, Á. L.; COSTA, B. P. **Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2016. p. 56-75.
- SILVA, S. M. V. Geografia e gênero/Geografia e feminismo – o que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 23, p. 105-110, 1998.
- VALENTINE, G. Theorizing and researching intersectionality: A challenge for Feminist Geography. **Professional Geographer**, v. 59, n. 1, p. 10-21, 2007.
- WINKIN, Y. Descer ao campo. In: _____. **A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo**. Campinas: Papirus, 1998. p. 129 – 145.
- ZUSMAN, P. La tradición del trabajo de campo em Geografía. **Geograficando**, v. 7, n. 7, p. 15-32, 2011.

Sobre os autores – Informações prestadas pelos autores

Larissa Araújo Coutinho de Paula

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCT/UNESP) na linha Dinâmicas Agrárias, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. Possui mestrado (2015) com período sanduíche na Universidad Autónoma Metropolitana (México); bacharelado (2012) e licenciatura (2011) pela mesma universidade. É integrante do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA) e da Rede de Estudos de Geografia, Género e Sexualidade Ibero Latino-Americana (REGGSILA).

Mateus Fachin Pedroso

Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Possui graduação em Licenciatura (2017) e Bacharelado (2018) em Geografia pela mesma universidade. É participante como pesquisador do CETAS (Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde), sendo atuante no Observatório de Geografia da Saúde pertencente ao Diretório Acadêmico do CNPQ, e também é membro do Laboratório de Biogeografia

e Geografia da Saúde (BIOGEOS). Atualmente compõe enquanto membro a Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidades Ibero Latino-Americana (REGGSILA).

Como citar esse artigo

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de; PEDROSO, Mateus Fachin. Gênero em espacialidades geográficas: trajetórias e coetaneidade. **Revista Geografia em Atos (Geo Atos online)** – Dossiê “Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade” - v. 1, n. 16, p. 5-19, mar, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7341

Recebido em: 31-07-2019

Aceito em: 27-01-2020

**A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS POR MULHERES NEGRAS POR
MEIO DO HIP HOP: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS**

Ana Carolina dos Santos Marques

orcid.org/0000-0002-1027-1109
Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
E-mail: anaaa0@hotmail.com

Ricardo Lopes Fonseca

orcid.org/0000-0002-2077-2476
Universidade Estadual de Londrina (UEL)
E-mail: ricardolopesfonseca@hotmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7286

Resumo

O racismo evidencia-se como maléfico para a população negra e quando combinado com gênero resulta nas mulheres negras que têm suas vidas condicionadas por estes fatores – raça e gênero –, construindo o espaço geográfico e estabelecendo territórios de forma diferenciada do restante dos grupos sociais. Neste sentido, o presente ensaio teórico objetiva explicar a respeito das potencialidades que a Geografia possui na investigação da realidade vivenciada pelas mulheres negras, para tanto, utiliza-se a categoria Território como norteadora do estudo e a cultura Hip Hop – especificamente o elemento rap – como forma de observar e analisar a materialização das mulheres negras no espaço geográfico. Deste modo, o tema da pesquisa são as mulheres negras, relacionando-as ao racismo, ao gênero, ao território e ao Hip Hop. O Hip Hop é uma cultura com grande potencial para a luta dessas mulheres negras por equidade e elas precisam explorá-lo a fim de afirmar sua identidade, denunciar as situações vivenciadas e reivindicar suas pautas, além disso, as Geografias Feministas e de Gênero possuem inúmeras contribuições no entendimento das espacialidades das mulheres negras. Por meio desta pesquisa, espera-se contribuir para o aumento das discussões relacionadas ao racismo e ao gênero interligados, para o fomento de outras pesquisas que investiguem essa temática na ciência geográfica e para maior visibilidade ao Hip Hop e às mulheres negras inseridas nessa realidade.

Palavras-chave: Racismo; Gênero; Mulheres Negras; Território; Hip Hop.

**THE CONSTRUCTION OF TERRITORIES BY BLACK WOMEN BY
MEANS OF HIP HOP: THEORICAL APROXIMATIONS**

Abstract

The phenomenon of racism is malefic to the black population and when it comes with gender, results in black women having their lives conditioned by these factors – race and gender –, building the geographical space and establishing territories in different ways than the rest of social groups. In this sense, the present theoretical essay objectifies to explain about the potentialities that Geography possess on investigating the experienced reality by black women, therefore, the category of Territory is used as guiding to the Hip Hop culture study - rap element specifically - as a way to observe and analyze the materialization of black women in geographical space. Thus, the theme of the present research it's the black women, relating them to racism, gender, territory

and Hip Hop. The Hip Hop is a culture with big potential of fight for these black women for equity and they need to explore it more in the way of affirm their identity, report the experienced situations and claim their guidelines, besides that, the Feminist and Gender Geographies own numberless contributions in understanding the specialties of black women. Through the research, it's expected to contribute to the increase of discussions related to racism and gender interconnected, to the development of other researches the investigate the theme in geographical science and for greater visibility to the Hip Hop and the black women inserted in this reality.

Key words: Racism; Gender; Black Women; Territory; Hip Hop.

LA CONSTRUCCIÓN DE TERRITORIOS POR MUJERES NEGRAS A TRAVÉS DEL HIP HOP: ENFOQUES TEÓRICOS

Resumen

Se ha demostrado que el racismo es perjudicial para la población negra y cuando se combina con los resultados de género en mujeres negras que tienen sus vidas condicionadas por estos factores (raza y género), construyendo el espacio geográfico y estableciendo territorios de manera diferente al resto de los grupos sociales. En este sentido, el presente ensayo teórico pretende explicar las potencialidades que tiene la Geografía en la investigación de la realidad experimentada por las mujeres negras, para eso utilizamos la categoría Territorio como guía del estudio y la cultura Hip Hop, específicamente el elemento rap, como Modo de observar y analizar la materialización de las mujeres negras en el espacio geográfico. Así, el tema de investigación son las mujeres negras, relacionándolas con el racismo, el género, el territorio y el hip hop. El hip hop es una cultura con un gran potencial para la lucha de estas mujeres negras por la equidad y necesitan explotarla para afirmar su identidad, denunciar las situaciones experimentadas y reclamar sus agendas. Además, las geografías feministas y de género tienen numerosas Contribuciones a la comprensión de las espacialidades de las mujeres negras. A través de esta investigación, se espera que contribuya al aumento de las discusiones relacionadas con el racismo y el género interconectado, al estímulo de otras investigaciones que investiguen este tema en la ciencia geográfica y aumente la visibilidad de lo Hip Hop y las mujeres negras que se insertan en esta realidad.

Palabras-clave: Racismo; Género; Mujeres Negras; Territorio; Hip hop.

Introdução

Racismo e gênero são fatores determinantes na vida da população negra e das mulheres, condicionando-as a vivenciar um cotidiano permeado por desigualdades e discriminações. Quando estes elementos são combinados – raça e gênero – se tornam ainda mais decisivos e atingem especificamente as mulheres negras.

A produção do espaço geográfico pelas mulheres negras se torna diferenciada dos outros grupos sociais, uma vez que elas têm menos oportunidades e possuem acesso a apenas determinados espaços devido à exclusão social e racial, deste modo, os territórios criados e vivenciados por elas são importantes para o entendimento de sua representatividade na sociedade. Nesse sentido, é fundamental compreender como as mulheres negras criam

territórios e afirmam sua identidade, lutando pela equidade social e contra as discriminações e desigualdades raciais e de gênero.

Desta forma, o presente ensaio teórico objetiva explicar a respeito das potencialidades que a Geografia possui na investigação da realidade vivenciada pelas mulheres negras, para tanto, utiliza-se a categoria território como norteadora do estudo e a cultura Hip Hop como forma de observar e de analisar a materialização das mulheres negras, uma vez que ela possui cinco elementos – DJ, MC, grafite, danças urbanas e consciência – que se manifestam espacialmente por meio da apropriação do espaço geográfico pela fala, música, dança e pintura e que podem ocorrer em eventos, intervenções e reuniões. É importante que as mulheres negras utilizem essa ferramenta a seu favor, participem ativamente e instituem territórios por meio da cultura.

Para compreender toda a conjuntura explicitada, o artigo está estruturado em cinco partes. A primeira parte discute a materialização do racismo na sociedade e sua influência nas relações sociais. A segunda apresenta uma discussão a respeito de gênero e do Feminismo Negro, especificamente sua relevância na reivindicação das pautas das mulheres negras e outros grupos sociais. A terceira parte discorre a respeito das Geografias Feministas e a Geografia de Gênero e das contribuições que possuem nos estudos relacionados às mulheres negras. A quarta aborda a categoria Território e como ela pode contribuir para o entendimento das relações raciais e de gênero, e a quinta parte discorre a respeito da cultura Hip Hop e da contribuição que possui na luta das mulheres negras por equidade.

Materialização do racismo na sociedade

Os dados a respeito da população negra brasileira demonstram a materialização do racismo e das desigualdades no país. De acordo com o Atlas da Violência de 2018 (IPEA; FBSP, 2018), no ano de 2016 a taxa de homicídio de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros, sendo 40,2% contra 16% e segundo dados de 2018 do Programa Prisional em Números, 64% do sistema carcerário brasileiro é composto pela população negra e 35% é formado pela população branca (CNMP, 2018). Deste modo, as estatísticas são alarmantes e apontam para a necessidade da discussão da questão racial.

O racismo é uma ideologia perversa que postula a hierarquia entre os grupos humanos, atualmente no Brasil as maiores vítimas de racismo são as(os) negras(os). Deste modo, ele está diretamente relacionado à cor da pele: “Há uma violenta carga emocional em

torno de sua cor. O negro vive em um mundo branco, criado à imagem do branco e basicamente dominado pelo branco” (SANT’ANA, 2005, p. 59).

O racismo é derivado do termo raça, que em Castelhana Antigo servia para designar defeito ou enfraquecimento. Não há um acordo quanto ao uso deste termo, porém existem sentidos e efeitos provocados por seu uso. Segundo Petruccelli (2013), ao longo da história o termo raça possuiu fundamento científico, no século XIX a concepção de raça se baseava na suposta existência de uma diversidade biológica inscrita no corpo. No século XX o termo foi erradicado do meio científico, porém já estava disseminado no meio popular, não abolindo completamente seu uso.

Petruccelli (2013) ainda destaca que atualmente há um consenso quanto a ineficácia do termo raça como conceito biológico e científico, porém há persistência de seu uso na realidade simbólica, permeando as relações sociais e classificando os indivíduos com base em suas características fenotípicas. O termo foi inventado para justificar as relações de dominação colonial, em particular a escravidão, e se caracteriza por ser uma categoria socialmente construída ao longo da história, a partir de marcas inscritas no corpo dos indivíduos – cor da pele, tipo de cabelo, estatura e forma do crânio. Nos dias atuais, a denominação raça passou por um processo de ressignificação e politização e é identificada como uma construção social estrutural e estruturante para se compreender o complexo quadro de discriminações e desigualdades no Brasil (GOMES, 2012).

De acordo com Sant’Ana (2005) o ponto de partida da discriminação racial foi o século XV, em que os não brancos (negros e indígenas) eram alvo dos colonizadores europeus racistas, que se julgavam superiores e dominavam os povos, destruindo sua cultura e impondo sua superioridade. Neste período, o termo raça era utilizado para justificar a violência, os colonizadores defendiam que estavam levando a civilização a raça de degenerados.

Sant’Ana (2005) aponta que o racismo se fortaleceu a partir da Idade Média, por meio da produção de justificativas que adquiriram forma de tratados e teses, e se consolidou no século XIX adquirindo caráter científico e baseando-se em teorias como a eugenia. Apesar da abolição do caráter científico, os ideais de superioridade ainda permeiam as sociedades atuais.

Gonzalez (1988) defende que o racismo possui duas faces diferentes, mas que visam o mesmo objetivo de exploração e opressão: o racismo aberto e o racismo disfarçado. O racismo aberto é comum nas sociedades de origem anglo-saxônica, germânica e holandesa,

acredita-se que a pessoa é negra se possui antepassados negros e por isso ela deve ser segregada. O racismo disfarçado ou racismo por degeneração, é forte na América Latina e postula teorias de miscigenação, assimilação e democracia racial. O segundo é mais eficaz e mais alienador que o primeiro, sendo que no Brasil é o dominante.

No Brasil o racismo é estrutural, institucional e ocorre de maneira velada. De acordo com Wieviorla (2007) o racismo institucional brasileiro é algo que mantém os negros em uma situação de inferioridade por mecanismo não percebidos socialmente. Esse racismo está presente no funcionamento da sociedade e nos mecanismos rotineiros, manifestando-se por meio da dominação e inferiorização das(os) negras(os) sem que ninguém tenha necessidade de o teorizar ou justificá-lo com base na ciência. O racismo acontece de forma camuflada como se ocorresse sem atores, em que o conjunto dos que dominam são exteriores a sua prática e ainda sim se beneficiam, sem causar suspeitas e provocando a naturalização das práticas racistas.

O racismo possui conceitos derivados e que podem ser identificados nas relações sociais que permeiam a sociedade, são eles o preconceito, a discriminação, discriminação racial e estereótipo. Preconceito é uma opinião preestabelecida, imposta pelo meio, época ou educação. Discriminação é a materialização do racismo, é uma conduta que viola os direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, como raça, idade e religião. Discriminação racial é qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na cor, etnia, raça ou origem. Estereótipo é um modelo, uma tendência a padronização (SANT'ANA, 2005).

Há uma ideologia de que as desigualdades sociais são motivadas apenas pela questão econômica, Silva (2000) destaca que isso é fortemente sustentado pela bandeira da falsa democracia racial, “[...] está arraigada no pensamento social brasileiro a ideia de que o pobre é o único responsável por sua posição social, assim como o negro à pobreza, remetendo ao injustiçado a responsabilidade pela própria posição” (SILVA, 2000, p. 111), ou seja, ideais baseados na meritocracia.

É fundamental que se entenda que as desigualdades socioeconômicas da população negra estão diretamente ligadas a cor da pele e a classe social, geralmente as(os) negras(os) se concentram entre as classes populares da sociedade e isso não é uma opção adotada por essa população, mas sim o resultado de um processo muito amplo relacionado ao racismo:

[...] desafio mais crítico para aqueles que lutam contra o racismo no Brasil está justamente em convencer a opinião pública do caráter sistemático e não-casual destas desigualdades; mostrar a sua reprodução cotidiana

através de empresas públicas e privadas, através de instituições da ordem pública como a polícia e os sistemas judiciário e correccional; através das instituições educacionais de saúde pública. Assim pode-se esperar levantar o véu centenário que encobre as dicotomias elite/povo, branco/negro na sociedade brasileira (GUIMARÃES, 1998, p. 43).

Neste sentido, uma das formas de lutar contra a exclusão social, segregação espacial, desigualdade socioeconômica e o racismo é se reconhecer enquanto negro(a) e resistir. A história da população negra é marcada por resistências e é fundamental a denúncia dos problemas e luta por seu fim. Além disso, é importante que a população branca reconheça seus privilégios na sociedade e não reproduza o racismo.

A Geografia possui contribuições na discussão do racismo. Essa ciência investiga o espaço geográfico e analisa criticamente a forma como as relações sociais entre os sujeitos se materializam espacialmente, compreendendo suas espacialidades, intencionalidades, tensões e contradições.

A medida que o racismo se materializa no espaço geográfico, ele ocorre enquanto um fenômeno que organiza as relações sociais e define as espacialidades das populações, neste contexto, a raça e a classe social são fatores determinantes na vida das pessoas, interferindo em suas trajetórias de vida e inserção na sociedade.

Deste modo a Geografia pode contribuir ao responder perguntas ou oferecer direcionamentos na discussão de questões como: Quais os lugares em que a população negra brasileira se concentra e por quê? Em quais condições vive? Por que recebe os menores salários e qual o impacto disso em sua qualidade de vida? Quais os interesses que permeiam a organização da sociedade baseada na classe, na raça e no gênero que segrega a população negra? É fundamental mostrar que a população negra está presente no Brasil, que contribui para o desenvolvimento do país, que resiste a todo o racismo e segregação que lhes são impostos e que é alvo de uma série de condicionantes que os marginalizam e acentuam as desigualdades socioeconômicas.

Faz-se importante destacar ainda, que o racismo se materializa no espaço geográfico de formas diferenciadas no que diz respeito aos homens negros e às mulheres negras, sobre estas incide além do racismo, a discriminação de gênero. Por serem negras já são alvo do racismo, da discriminação racial e do preconceito, contudo, quando se insere o gênero na discussão, as desigualdades entre mulheres negras e o restante da população torna-se ainda maior. Neste sentido, os territórios das mulheres negras são diferenciados dos demais grupos,

uma vez que a realidade vivenciada por elas é permeada por determinados fatores – raça, gênero e classe – que tornam suas espacialidades restritas a determinados territórios.

Neste sentido, uma discussão que articule gênero e raça é necessária e o feminismo negro tem se evidenciado como uma das formas de luta e resistência contra as desigualdades raciais e de gênero.

Feminismo Negro

O gênero é um fator determinante na trajetória de vida das mulheres e quando somado à raça torna-se ainda mais excludente, fato que aponta para a importância do debate relacionado às questões raciais e de gênero para minimização dos efeitos perversos na vida das mulheres negras.

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 9), a icônica frase de Beauvoir define bem as discussões de gênero. Gênero é uma construção social em que o homem e a mulher são produtos moldados desde que nascem de acordo com o contexto e sociedade em que vivem. Deste modo, ninguém nasce mulher, torna-se mulher à medida que desde criança a mulher é ensinada a cuidar da casa, cuidar dos irmãos e em datas especiais ganhar presentes como utensílios infantis de cozinha, bonecas, carrinhos de bebê e ferros de passar, por exemplo. Quando faz algo que foge dos padrões estabelecidos é repreendida – “isso não é coisa de meninas”, “meninas devem ser comportadas”, “meninas são sensíveis” – frases que castram a mulher e a moldam de acordo com modelos tradicionais e convenções de mulher enquanto mãe e dona de casa.

Beauvoir (1970) aponta que a mulher é historicamente o Outro, ela nunca partilhou o mundo em igualdade de condições com o homem, esse mundo foi criado pelos homens ou pelo menos foram eles que levaram o crédito pela grande maioria das conquistas. Evidencia-se assim, a necessidade de que as mulheres assumam maior protagonismo e lutem por condições de equidade em relação aos homens.

Os dados brasileiros a respeito das desigualdades de gênero evidenciam a necessidade da luta contra a discrepância entre homens e mulheres e emergência do protagonismo feminino. De acordo com as Estatísticas de Gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, apesar das mulheres possuírem mais anos de estudo do que os homens, elas ainda ganham remuneração menor, os homens ganham em média R\$ 2.306,00 e as mulheres R\$ 1.764,00. Em 2017, apenas 10,5% dos assentos da Câmara dos Deputados eram ocupados por mulheres e no mundo, as mulheres ocupavam 23,6% dos

assentos. Em 2016, 37,8% dos cargos gerenciais eram de mulheres. Em relação ao tempo dedicado com cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos, em 2016 os homens gastavam em média 10,5 horas semanais enquanto as mulheres gastavam 18,1 horas semanais, cerca de 73% a mais que eles (IBGE, 2018).

A Tabela 01 apresenta as diferenças salariais entre homens e mulheres com os mesmos anos de estudo, segundo o Nexu Jornal em 2015. A partir dos dados representados, evidencia-se que conforme maior a escolaridade de homens e mulheres, maior é a diferença salarial entre os mesmos:

Tabela 01: Diferença salarial entre homens e mulheres com os mesmos anos de estudo

Anos de estudo	Homens	Mulheres	Diferença
Ensino fundamental incompleto	R\$ 1.153,00	R\$ 759,00	R\$ 394,00
Ensino fundamental completo	R\$ 1.417,00	R\$ 914,00	R\$ 503,00
Ensino médio completo	R\$ 1.950,00	R\$ 1.220,00	R\$ 730,00
Ensino superior completo	R\$ 5.916,00	R\$ 3.458,00	R\$ 2.458,00

Fonte: MENEZES; FREITAS, 2015;

Org.: os próprios autores.

Portanto, o movimento feminista representa um grande mecanismo de reivindicação do protagonismo feminino. Adichie (2014) acredita que feminista, é o homem ou a mulher que reconhece que há um problema de gênero e que é necessário resolvê-lo. A autora define: “Feminista: uma pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica entre os sexos” (ADICHIE, 2014, p. 40). O feminismo é alvo de grande preconceito e recebe duras críticas, muitas(os) não entendem o movimento e acreditam que as mulheres feministas odeiam homens, porém é o contrário, elas se importam com o cenário marcado pelas desigualdades de gênero e querem mudar essa situação, tornando a sociedade mais justa e com equidade. De acordo com Adichie (2014):

Perdemos muito tempo ensinando as meninas a se preocupar com o que os meninos pensam delas. Mas o oposto não acontece. Não ensinamos meninos a se preocupar em ser “benquistos”. Se, por um lado, perdemos muito tempo dizendo às meninas que elas não podem sentir raiva ou ser agressivas ou duras, por outro, elogiamos ou perdoamos meninos pelas mesmas razões [...] A questão de gênero é importante em qualquer canto do mundo. É importante que comecemos a planejar e sonhar um mundo diferente. Um mundo mais justo. Um mundo de homens mais felizes e mulheres mais felizes, mais autênticos consigo mesmos. E é assim que devemos começar: precisamos criar nossos filhos de uma maneira diferente (ADICHIE, 2014, p. 19-21).

Apesar de todas as lutas, resistências, debates e conquistas, assim como qualquer outra organização, o movimento feminista é atingido por um problema político, como destaca Butler (2003):

[...] há o problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo mulheres denote uma identidade – mesmo no plural – tornou-se um termo problemático, um ponto de contestação, uma causa de ansiedade [...] Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Recusa que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2003, p. 20).

A autora aponta que não há uma base universal para o feminismo e uma estrutura universal ou hegemônica de um patriarcado universal. Infelizmente, ao longo de seu desenvolvimento o movimento feminista não abrangeu as mulheres negras em suas pautas e lutas, encarando a mulher como gênero universal e deixando de reconhecer outros condicionantes que as diferenciam como classe, raça, identidade e cultura.

A interseccionalidade é fundamental, Ribeiro (2017) destaca que o movimento deve abdicar de sua estrutura universal e considerar outras interseções, como a raça, orientação sexual e identidade de gênero. Carneiro (2003a) discute a necessidade de o feminismo politizar as desigualdades de gênero e considerar as especificidades de cada grupo, transformando as mulheres em novos sujeitos políticos que assumem os lugares que ocupam, por exemplo, as mulheres negras e indígenas possuem demandas específicas que não podem ser tratadas apenas sob a rubrica da questão de gênero. A autora utiliza a expressão “Enegrecer o feminismo” para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro.

É preciso, portanto, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, respeitando as especificidades. O racismo incide violentamente sobre a mulher negra, sendo fundamental que a discriminação racial, o preconceito e os estereótipos sejam considerados. Ribeiro (2017) critica a universalidade do feminismo e das políticas públicas:

Quando muitas vezes, é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser

para todos. Mas quem são “todos” ou quantos cabem nesses “todos”? Se mulheres, sobretudo negras, estão num lugar de maior vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, se impossibilita o avanço de modo mais profundo. Melhorar o índice de desenvolvimento humano de grupos vulneráveis deveria ser entendido como melhorar o índice de desenvolvimento humano de uma cidade, de um país. E, para tal, é preciso focar nessa realidade, ou como as feministas negras afirmam há muito: nomear. Se não se nomeia uma realidade sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível. A insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto (RIBEIRO, 2017, p. 41).

Desta forma, as mulheres negras foram invisíveis por muito tempo no movimento feminista, que foi atingido por uma visão eurocêntrica e universalizante que não reconhece as diferenças existentes entre esse gênero. Porém há algum tempo, especificamente após a década de 1970, algumas autoras já denunciavam as situações vivenciadas pelas mulheres negras, nomes como Sojourner Truth, Ida Wells, Rosa Parks, bell hooks, Audre Lorde e Angela Davis merecem ser citados.

Considerando esse contexto marcado pela falta de consideração das especificidades das mulheres, cria-se o feminismo negro que “[...] tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2003b, p. 51). O feminismo negro é uma forma de luta e resistência que discute não só as desigualdades de gênero, mas também as implicações que o racismo e as desigualdades sociais possuem no aprofundamento das relações dissimétricas, que aumentam e consolidam a exclusão socioeconômica das mulheres negras.

As mulheres negras não enfrentaram a invisibilidade apenas no movimento feminista, mas também exigiram o reconhecimento dentro do próprio movimento negro brasileiro, reivindicando a inclusão em sua agenda da dimensão gênero como estruturante das desigualdades raciais e sociais. Esse processo tem resultado desde a década de 1980 na criação de diversas organizações de mulheres negras em nível nacional, a agenda feminista negra é composta de temas fundamentais que buscam romper com os efeitos do racismo e da discriminação racial e de gênero, as propostas giram em torno de temas como meios de comunicação, mercado de trabalho, violência e acesso à saúde, educação e moradia (CARNEIRO, 2003a). É importante destacar que o feminismo negro não luta apenas pelas mulheres negras, mas sim pela mudança na estrutura social, abrangendo desde as mulheres

brancas aos grupos LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais / transgêneros / travestis, queer, intersexuais e assexuais).

Um fator determinante para a interpretação do racismo e das mulheres negras é o sexismo, elemento muito discutido no feminismo negro. Gonzales (1984) afirma que a articulação do racismo com o sexismo produz efeitos violentos, especialmente sobre a mulher negra, há uma série de estigmas que a envolvem, sendo vista enquanto mãe, doméstica e mulata e associada a carnaval, prostituição e a corpo curvilíneo.

Para compreender a necessidade do feminismo negro basta analisar os dados brasileiros que combinam a intersecção entre cor e classe social. O Dossiê Violência Contra as Mulheres de 2016 aponta que em 2015 58,86% dos registros de violência doméstica referiam-se a mulheres negras de acordo com a Central de Atendimento à Mulher. Segundo o Ministério da Saúde em 2015, 53,6% das vítimas de mortalidade materna eram negras e em 2014, 65,9% das vítimas de violência obstétrica eram negras de acordo com Cadernos de Saúde Pública da Fiocruz (GALVÃO, 2016).

Segundo o Atlas da Violência de 2018, as mulheres negras têm duas vezes mais chances de serem assassinadas que as mulheres brancas, em 2016 a taxa de homicídios foi maior entre mulheres negras (5,3) que entre mulheres não negras (3,1), uma diferença de 71% (IPEA; FBSP, 2018). De acordo com o Mapa da Violência de 2015, entre 2003 e 2013 a taxa de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8% enquanto a taxa de homicídios de mulheres negras subiu 54,2% (WAISELFIZS, 2015).

Esse cenário demonstra como a combinação de raça, gênero e classe social expõe as mulheres negras em situações de maior vulnerabilidade e fragilidade social. As mulheres em geral, já são discriminadas por seu gênero, ocupando posições inferiores aos homens na sociedade, porém para a mulher negra essa situação se torna mais difícil, as oportunidades são ainda mais escassas evidenciando a necessidade do feminismo negro.

De acordo com Carneiro (2003a) a ação política das mulheres negras no Brasil tem promovido o reconhecimento: da visão universalizante de mulher; das diferenças intragênero; do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil; dos privilégios que as mulheres do grupo racial hegemônico possuem; da necessidade de políticas específicas para as mulheres negras visando a equalização das oportunidades sociais; da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza; e da violência simbólica e a opressão que a branca, como

padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres negras. São avanços significativos na vida dessas mulheres e que apontam para a necessidade de mais luta e resistência constante para que se alcance a equidade de gênero.

As ciências humanas possuem diversas contribuições nos estudos de gênero e da questão racial. A Geografia, por exemplo, apresenta potencialidades que possibilitam pesquisas a respeito da organização do espaço geográfico enquanto produto das relações de gênero e raciais que fazem com que as mulheres negras possuam determinadas espacialidades, mobilidades e territórios devido aos condicionantes sociais que as influenciam.

As Geografias Feministas e de Gênero

Os estudos de gênero foram por muito tempo negligenciados na Geografia. Monk e Hanson (2016) apontam que apesar do feminismo ser uns dos maiores responsáveis por instigar uma transformação na atual sociedade marcada pelas desigualdades e merecer atenção nos estudos, as pesquisas geográficas não atribuíram grande atenção às questões relacionadas às mulheres.

O estudo de Monk e Hanson (2016) intitulado “Não excluam metade da humanidade da geografia humana”, foi um marco para a Geografia Feminista, em que as autoras destacam a importância dos estudos geográficos relacionados às mulheres para se compreender a sociedade. As mulheres também constroem e modificam o espaço geográfico e suas espacialidades são distintas das espacialidades dos homens. Portanto, é fundamental que a Geografia pesquise as temáticas feministas.

As autoras apontam que a Geografia, em sua maior parte, ignora os problemas femininos e isso pode ser explicado por razões como: o conhecimento é um construto social e a Geografia foi formada nos moldes positivistas e por homens, predominando assim, a visão masculina nos estudos; mesmo com o positivismo lógico tendo perdido força e o marxismo ganhar destaque defendendo a transformação social, pouco se preocuparam em abordar as mulheres; ao longo de seu desenvolvimento a Geografia reforçou o sexismo consolidando a inadequada especificação dos problemas pesquisados, a cegueira de gênero que ignora esse elemento nas pesquisas, a presunção dos papéis de gênero tradicionais e a negação da significância do gênero e das atividades empreendidas por mulheres (MONK; HANSON, 2016).

Silva (2009a) afirma que a ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e de raça, dificultando as espacialidades das mulheres, da população negra e dos grupos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante. A razão dessa ausência de estudos que contemplem a diversidade é a legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da Geografia branca, masculina e heterossexual.

Neste sentido, é possível apontar dois caminhos alternativos para feminizar a Geografia:

Um deles é desenvolver uma sólida pesquisa feminista que se tornaria um fio entre muitos no espesso cordame da tradição geográfica. Nós apoiamos tal iniciativa como algo necessário, mas não suficiente. A segunda abordagem, pela qual optamos, é encorajar uma perspectiva feminista em todas as correntes da geografia humana. Desse modo, temas ligados às mulheres [...] seriam incorporados a todos os empreendimentos da pesquisa geográfica. Somente assim, acreditamos, a geografia poderá cumprir a promessa da profunda transformação social que seria acarretada pela eliminação do sexismo (MONK, HANSON, 2016, p. 32).

Apesar da invisibilidade das mulheres nas pesquisas geográficas, desde a década de 1980, mais significativamente após início do século XXI, os estudos relacionados às mulheres têm ganhado impulso na Geografia. Os estudos de gênero são geralmente realizados por geógrafas feministas – mas não apenas e não excluindo os homens – que pesquisam a organização espacial enquanto produto das relações de gênero e como essas relações influenciam na formação dos espaços, dos territórios e nas dinâmicas urbanas, por exemplo.

Silva (2009a) aponta que o projeto feminista da Geografia é ambicioso, porque vai além da complexidade teórica, possuindo um compromisso político com a transformação das estruturas de poder criadoras das diferenças de gênero, que atribuem às mulheres um status social inferior ao dos homens:

Isso demanda um trabalho que envolve desde relações cotidianas do espaço privado até relações sociais mais amplas, como o capital, o trabalho, a propriedade privada, o Estado e as religiões [...] O enfoque feminista envolvendo a concepção de gênero enquanto construção social de papéis a serem desempenhados por homens e mulheres permitiu às análises geográficas evidenciar que as características das relações de gênero variam de acordo com diferentes espaços e escalas. Assim, as áreas das geografias urbana, econômica e política foram campos férteis de desenvolvimento de estudos por parte das geógrafas feministas (SILVA, 2009a, p. 37).

Faz-se fundamental destacar, como ressalta Silva (2009b), que as Geografias feministas são influenciadas pelas teorias pós-coloniais, pós-estruturalistas e psicanalistas e

não estudam apenas as mulheres como categoria universal, as negras e indígenas também são contempladas e há ainda os estudos LGBTQIA+. Essas abordagens múltiplas fazem com que a nomenclatura Geografia feminista, seja substituída por Geografias feministas para representar a pluralidade científica e ideológica.

Reis (2015) aponta que as ciências sociais em suas pesquisas de gênero têm dado pouca importância às variações espaciais, assim a Geografia se mostra imprescindível ao realizar uma análise do tecido social e sua manifestação espacial:

Assim, o gênero deve ser considerado em duas perspectivas: como construção simbólica e como relação social material, que na realidade ambos os aspectos são inseparáveis. Em consequência, o propósito específico de uma geografia feminista é investigar e trazer à tona a relação entre as divisões de gênero e divisões espaciais, para descobrir como se constituem mutuamente, e mostrar os problemas ocultos trazendo sua aparente naturalidade. O propósito central é de examinar até que ponto os homens e as mulheres experimentam de forma diferente os lugares e os espaços, mostrando que tais diferenças formam parte da constituição social tanto do lugar quanto do gênero (REIS, 2015, p. 31).

A autora considera apenas a produção das mulheres, mas como já foi destacado, é importante contemplar os outros grupos sociais socialmente excluídos, a questão de gênero é mais abrangente, porém é possível realizar um recorte temático e assim não se tornaria incorreto considerar apenas as desigualdades entre homens e mulheres.

Em relação ao feminismo negro na Geografia, nos anos 1990 críticas foram formuladas denunciando a ausência de pesquisas geográficas realizadas por mulheres negras e homossexuais não brancos, além de outros grupos. Evidenciou-se a incapacidade teórica e metodológica da Geografia que provocou um grande debate epistemológico-metodológico apontando para a necessidade de abranger desses grupos (SILVA, 2009b).

Faz-se como essencial que as pesquisas geográficas contemplem não apenas as mulheres brancas, mas também amarelas, negras e indígenas, assim como a comunidade LGBTQIA+. Esses grupos também produzem o espaço e criam territórios, muitas vezes invisíveis a alguns, mas símbolo de resistência a outros. As dinâmicas espaciais geradas por esses grupos são fundamentais para compreender o espaço geográfico, sua estrutura social, formas e conteúdos.

A Geografia possui grandes potencialidades ao empreender estudos a respeito da mulher negra. Possibilita compreender onde estão essas mulheres, quem são e qual seu papel na produção do espaço. As mulheres experienciam espaços diferenciados dos homens e as

mulheres negras são ainda mais excluídas socialmente do que as brancas, pois sobre elas incide o racismo, o sexismo e o preconceito de gênero.

Compete a Geografia investigar como os elementos raça, classe e gênero atingem a vida das mulheres negras restringindo-as de vivenciar todo o espaço geográfico, destinando-as apenas determinados territórios – que influenciados pelas relações de poder são territórios excludentes – e efetivando que estabeleçam territorialidades distintas do restante da sociedade. Pesquisar a respeito de ferramentas que contribuam para a luta das mulheres por equidade e as empodere no estabelecimento de territorialidades específicas e afirmadoras é crucial e a cultura Hip Hop evidencia-se como uma destas ferramentas.

Acerca do conceito de território

Espaço e território não são termos equivalentes, de acordo com Raffestin (1993) o espaço é anterior ao território, o segundo se forma a partir do primeiro, sendo resultado de uma ação conduzida por um agente social que se apropria do espaço e o territorializa, ou seja, estabelece relações de poder:

Não se trata pois do “espaço”, mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É em suma, o espaço que se tornou território de um ator, desde que tomada numa relação social de comunicação (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

Assim, o território é um subproduto da produção do espaço, se estabelece a partir da materialização da sociedade e pode se apresentar de duas formas, simbólico (apropriação) e funcional (dominação), nesse contexto, Haesbaert (2004) agrupa noções de território em três vertentes: política ou jurídico-política, em que as relações de espaço e poder são institucionalizadas, o território é visto como um espaço delimitado e controlado; cultural ou simbólico-cultural, prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva em que o território é visto como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação a um espaço vivido; e econômica, em que o território é uma fonte de recursos incorporados no debate entre classes sociais e na relação capital-trabalho. Haesbaert (2007) destaca ainda que desde sua origem, o território está ligado a ideia de poder.

O território é também formado por materialidade e imaterialidade que, de acordo Coca (2014), permitem compreender a diversidade territorial e a capacidade que as classes sociais possuem de se apropriar do território:

Os territórios imateriais formam e são formados pelos territórios materiais, possuindo com eles uma relação de indissociabilidade. Pelo fato de tomarmos por referência a conceituação dos territórios como formados pelas relações de poder, evidentemente não podemos deixar de indagar e considerar como o poder é gerado e como ele influencia a configuração dos espaços, constituindo os territórios, daí a importância da imaterialidade como uma dimensão territorial. São constituintes dos territórios imateriais os seguintes componentes do poder: conhecimento, estratégias, sonhos, intencionalidades, ideologias, perspectivas, debates, políticas, ações, discursos e outros [...] Ao agirem, os sujeitos que constituem os territórios possuem uma determinada perspectiva simbólica que se manifesta em pensamentos, teorias, conceitos e ideologias; as quais são de fundamental importância na configuração física do território, demarcando sua forma e seus limites (COCA, 2014, p. 102-103).

A materialidade do território se expressa nas formas, objetos e estruturas, já a imaterialidade é dada pelos símbolos que estão ligados a aspectos como o conhecimento, crenças, culturas, ideologias e discursos. Quando um grupo social institui um território, ele está sendo influenciado por uma série de condicionantes e intencionalidades.

Turra Neto (2015) aponta que o território seria um tipo particular de ação, uma prática espacial que articula materialidade e sujeitos sociais em relação. O autor estabelece algumas ações que constituem um território:

Constituem território aquelas ações para as quais a formação de espaço abrange certa materialidade em que se deve marcar e demarcar a diferença em relação a outros, negociar e impor sua presença e visibilidade em meio a formações espaciais outras, ou em meio a formação espacial hegemônica, que tenderia a apagar ou invisibilizar sua presença em relação, num certo lugar, onde se realiza um encontro negociado. Ou seja, aquelas ações para as quais a materialidade do espaço é um recurso para afirmação social, política, para expressão e realização da alteridade, dos seus desejos, pulsões, encontros, em que a apropriação de uma área (de forma efêmera ou permanente) joga um papel crucial nas interações sociais com os outros e que permite ao grupo afirmar-se. Ações que constituem limites/fronteiras comunicacionais, bem como jogos, mais ou menos cambiantes, entre dentro e fora, nós e outros (TURRA NETO, 2015, p. 56).

Desse modo, para que um território exista é preciso que relações sociais sejam estabelecidas com base em negociação, coexistência de forças e diversidades, disputa e diálogo. Essa construção do território realizada pelos indivíduos é expressa pela territorialidade, ou seja, a materialização/territorialização da sociedade no território. Raffestin (1993) acredita que a territorialidade reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade ou da sociedade em geral.

Um elemento fundamental para compreender o território no presente artigo – o território das mulheres negras – é a identidade, os significados e símbolos que determinados grupos sociais atribuem ao território. A territorialidade das mulheres negras é construída à medida que se apropriam do território e estabelecem uma identidade com ele, sentindo que podem construir sua vida, relacionar-se e produzir territorialidades. Saquet (2005) ressalta que a identidade é produzida historicamente por relações identitárias, coletivas e grupais:

Há uma construção do território que produz identidade e, no nosso entendimento, uma construção da identidade que produz o território; este processo é produto de ações coletivas, recíprocas, de atores sociais. A própria territorialidade é construção, movimento, no tempo e no espaço [...]. Há uma relação íntima entre território e identidade, como há uma reciprocidade entre apropriação e produção territorial. São processos simultâneos, complementares, enfim, movimento. [...] De diferentes formas e intensidades, em diferentes lugares, constitui-se identidades, ligadas, interligadas. No lugar, há enraizamento e movimento simultaneamente, atores sociais que vivem, relacionam-se mutuamente, edificam formas e conteúdos, experienciam suas próprias vidas (SAQUET, 2005, p. 13872-13873).

Portanto, os grupos sociais desenvolvem identidades com determinados territórios de acordo com suas experiências e enraizamentos. No sentido de compreender a relação entre a questão racial e o território, Raffestin (1993) oferece caminhos. O autor defende que as diferenças raciais e étnicas servem para alimentar um preconceito útil à afirmação de um poder, sendo este preconceito político, econômico, social e cultural, objetiva-se assegurar o máximo de trunfos de poder para reforçar uma dominação baseada na superioridade triunfando sobre a inferioridade.

Raffestin (1993) aponta que numa sociedade multirracial ou multiétnica há um conjunto de dispositivos possíveis para que um grupo aumente seus trunfos em detrimento de outros grupos. Introduce-se assim, o conceito de discriminação que pode assumir várias formas, uma delas é a segregação socioespacial em que um grupo – denominado pelo autor de A e aqui entendido enquanto população branca – impõe ao outro grupo – B, aqui entendido como população negra – uma localização determinada, restringindo o acesso a outras partes do território. As relações de poder do grupo B tornam-se determinadas pelo grupo A. Há ainda a possibilidade do próprio grupo B impor a si um território para resistir a uma eventual perseguição do grupo A. Esta discriminação espacial vem acompanhada de outras medidas como restrição a serviços de saúde, segurança, educação, informação e comércio.

Como ressalta Raffestin (1993), esta discriminação espacial é marcada por relações de poder que institucionalizam territórios excludentes:

Quer se trate de uma discriminação institucionalizada ou não, é lícito dizer que nas relações reina a dissimetria, isto é, funciona completamente o processo de equalização do não-equivalente em proveito das organizações que impõem esse sistema. Nesse nível, há a convergência de todas as organizações cuja estratégia é quase idêntica: isolar e explorar os grupos dominados que manifestam diferenças, nas quais é encontrada a legitimação do poder exercido (RAFFESTIN, 1993, p. 136).

Deste modo, entende-se que a questão racial pode ser compreendida por meio da noção de território e de como as relações de poder se manifestam neste, grupos sociais com maior poder segregam outros grupos a determinados territórios, privando-os de o vivenciar em sua totalidade, evidenciando um processo de dominação e subordinação. Neste sentido, a segregação sócio-espacial causada por alguns agentes no território aprofunda as desigualdades raciais e socioeconômicas.

No que diz respeito à população negra, os territórios criados por ela são marcados pela luta contra a dominação e a subordinação. Deste modo, quando as(os) negras(os) estabelecem um território, estão quebrando uma ordem hegemônica e resistindo ao processo de segregação sócio-espacial. Na cultura Hip Hop – e nesta pesquisa especificamente no rap – os grupos criam territórios e por meio deste resistem e verbalizam todas as injustiças com as quais convivem diariamente.

Além disso, também criam uma identidade com o território, as batalhas de rima são realizadas em determinados locais, geralmente periferias, espaços que os grupos possuem maior vivência e conseqüentemente, identidade. Ao experienciar este território, os grupos reconhecem as relações de poder que os cercam e como estas podem excluí-los de condições básicas e dignas de vida.

Assim, por meio do rap denunciam essa situação, abordando temas como a desigualdade, a criminalidade, a repressão, o racismo e a falta de infraestrutura como forma de contraponto aos territórios hegemônicos e a ordem estabelecida.

Considerando as potencialidades do Hip Hop, as mulheres negras podem encontrar nessa cultura espaço para constituírem seus territórios e expressarem suas identidades por meio do rap, denunciando as desigualdades raciais e de gênero a que são submetidas diariamente, resistindo a segregação sócio-espacial e lutando pela equidade social.

Cultura Hip Hop

O Hip Hop é cultura criada nos guetos de Nova Iorque entre os anos de 1960 e 1970. Apesar de sua criação ocorrer nos Estados Unidos, o Hip Hop não é uma invenção propriamente estadunidense. Ele foi criado por Kool Herc, um DJ (disc jockey) jamaicano que após realizar diversas viagens entre o Caribe e a África do Sul e conhecer ritmos que se assemelhavam ao reggae, levou essa tradição aos guetos nova iorquinos, elaborando mixagens nas festas de quarteirão. Além de Kool Herc, há a influência de Grandmaster Flash e Afrika Bambaataa, ou seja, a cultura pode ser percebida a partir da influência de diversos grupos, como africanos, estadunidenses, jamaicanos, porto-riquenhos e outros jovens latinos (MACHADO, 2012).

Os guetos de Nova Iorque enfrentavam diversos problemas sociais como pobreza, violência, tráfico de drogas, fome, racismo e ausência de direitos básicos como infraestrutura, moradia, educação e segurança. Assim, o Hip Hop foi criado como forma de denúncia e reivindicação (MACHADO, 2012). A cultura possibilitou as classes menos favorecidas – em sua maioria negras(os) – terem voz, se afirmarem enquanto negras(os) e resistirem às desigualdades socioeconômicas e à exclusão social se expressando por meio da música, dança e pintura.

No Brasil, o Hip Hop ganhou força na década de 1980 por meio dos bailes *blacks* realizados no Rio de Janeiro e em São Paulo, com maior expressividade na segunda cidade. O termo Hip Hop pode ser definido como movimentar os quadris (hip) e saltar (hop). Ele possui originalmente quatro elementos: MC (mestre de cerimônia) e DJ que resultam na música – o rap –, grafite e danças urbanas. Em relação ao elemento danças urbanas, diversas autoras(es) como Matsunaga (2006), Santos (2013) e Souza (2005) denominam este elemento de Break, porém consideramos que a denominação restringe o elemento, uma vez que Break é um ritmo de dança. Neste sentido, a denominação danças urbanas é mais abrangente e contempla outros ritmos que também são incorporados no Hip Hop, como Locking, Popping, House e Freestyle, por exemplo.

Além dos quatro elementos, nos últimos anos como destaca Souza (2005) ocorreu a introdução de um quinto:

O que hoje é denominado Hip Hop, no Brasil, constitui-se de cinco elementos: O DJ, o rap, o Break, o grafite e a consciência. Originalmente, somente o break, o grafite e o rap (que englobava o DJ e o MC) eram denominados como elementos constituintes do Hip-Hop. Até hoje, muitos de seus praticantes nomeiam quatro elementos, acrescentando a

essas três iniciais o desdobramento do DJ. O quinto elemento, a consciência, começou a ser evocado a pouquíssimo tempo e nem sempre é mencionado quando se descreve o Hip-Hop. A inserção desse quinto elemento pode ser analisada como uma ideologização dessas manifestações artísticas, ao mesmo tempo em que também é um modo de um determinado grupo delimitar e tomar posse como guardião e praticante do “verdadeiro Hip Hop” (SOUZA, 2005, p. 23).

As danças urbanas representam a arte no Hip Hop. Há uma ocupação simbólica do espaço geográfico realizada pelas(os) dançarinas(os) por meio da dança e de seu corpo. Os movimentos e gestos podem ser cadenciados, lentos, rápidos, quebrados, robóticos ou milimétricos, variando de acordo com o ritmo e objetivo (XAVIER, 2005). As(os) dançarinas(os) experienciam a cidade a sua maneira, se apropriam dos espaços públicos e reafirmam suas existências, seu direito aos espaços e suas reivindicações por meio do corpo (SANTOS, 2013).

O grafite representa a pintura, é a expressão plástica com desenhos e letras acerca de diferentes assuntos feita com spray e outros materiais como rolinho e pinceis em muros e paredes. Pode ser denominado de Grafite ou Graffiti que significa “marca ou inscrição feita em um muro” (MACHADO, 2012). Os grafites geralmente possuem a intenção de chamar a atenção do público para problemas como uso de drogas e armas ou situações do cotidiano dos sujeitos do Hip Hop (MATSUNAGA, 2006).

A consciência, elemento adotado pela cultura há pouco tempo, representa o conhecimento e sabedoria. É importante no sentido de que as(os) praticantes do Hip Hop se reconhecem enquanto sujeitos do conhecimento, cidadãos com consciência de classe e que por meio dos outros elementos podem ensinar, sensibilizar e provocar reflexões a respeito das desigualdades existentes na sociedade.

A(o) DJ é a(o) operadora(or) do toca discos que faz as bases e colagens rítmicas em que se articulam os outros elementos. A(o) MC é a(o) mestre de cerimônias, porta-voz do grupo que relata por meio de rimas os problemas, demandas e experiências das comunidades e da cultura. Tem também a função de animar as reuniões (MACHADO, 2012). Juntas(os), DJ e MC resultam no elemento rap.

O rap representa a música no Hip Hop, significa “*rhythm and poetry*”, ou seja, ritmo e poesia. Por meio dos conteúdos das letras, o rapper afirma sua importância política, denunciando um cotidiano de sobrevivência difícil marcada pelas desigualdades existentes na cidade por meio da articulação da crítica social com a poesia e o ritmo da música, mobilizando pessoas que se identificam com os problemas relatados (XAVIER, 2005).

Considerando o rap enquanto um elemento que denuncia as desigualdades socioeconômicas, o racismo, a segregação urbana e o direito à cidade e à expressão, ele está diretamente ligado com a Geografia, assim como a cultura Hip Hop, se manifestando espacialmente por meio dos territórios, identidade, afirmação do lugar, segregação urbana e direito à cidade. Ele tem a linguagem do cotidiano, expressa a ligação com o lugar e as identidades presentes no território. Busca a valorização de seu território, apontando sua importância, ao mesmo tempo em que reivindica sua melhoria, denunciando as injustiças e a má gestão que segregam socioespacialmente a população mais pobre destinando-as locais desprovidos de infraestrutura básica. Os grupos se apropriam deste território, mesmo com suas carências e o transformam em espaço de resistência, ação política, cultura e educação, criando uma identidade territorial.

Com todas as potencialidades que seus elementos apresentam, a cultura Hip Hop se evidencia como uma importante ferramenta que pode ser utilizada pelas mulheres negras para a luta contra as desigualdades de gênero, raciais e sociais. Como em outros espaços, o Hip Hop ainda apresenta predominância masculina e discursos machistas que precisam ser desconstruídos. Seu principal objetivo é resistir e denunciar as desigualdades socioeconômicas e o racismo na sociedade, assim, as mulheres negras devem se inserir nessa luta, reivindicar suas demandas e expor suas ideias, como a equidade por exemplo, desconstruindo discursos e empoderando companheiras. Sob elas recai o preconceito de gênero, sexual, de classe e racial, sendo fundamental que ocupem esses espaços, empoderando-se e estimulando a presença de outras mulheres.

Portanto, a temática do Hip Hop tem importância para a Geografia à medida que se materializam espacialmente, alterando o arranjo espacial e construindo territórios. A cultura contribui para a afirmação da população negra, imprimindo suas marcas no espaço geográfico e denunciando as desigualdades socioeconômicas, o racismo e a segregação espacial. Interessa à ciência geográfica o arranjo espacial e o rap está diretamente ligado a este, alterando e criando dinâmicas.

A presença das mulheres no rap tem aumentado nos últimos anos e é fundamental que a Geografia investigue essa questão, uma vez que o território das mulheres negras é diferente do território dos homens à medida que estes possuem maior predominância na cultura, maior representatividade e desta maneira conseguem estabelecer mais territórios consolidados, enquanto as mulheres negras devido às desigualdades raciais e de gênero que permeia a sociedade e o rap, possuem maiores barreiras para se consolidarem como rappers

e constituírem territórios. A partir da construção e afirmação dos territórios das mulheres negras no rap, elas podem se apropriar da cultura e por meio dela reivindicar suas necessidades, afirmar suas identidades e expor seus discursos.

Conclusões

Ao fim deste artigo são evidentes as desigualdades raciais e de gênero vivenciada cotidianamente pela população negra, pelas mulheres em geral e, especificamente, pelas mulheres negras. O racismo está presente nas diversas instituições da sociedade subordinando o povo negro a conviver em situações de exclusão sócio-espacial e quando somados, gênero e raça, colocam a mulher negra em posição ainda mais dissemelhante do restante da população brasileira.

Uma vez que o racismo e a questão de gênero se manifestam espacialmente, as mulheres negras experienciam espaços diferenciados dos outros grupos e neste sentido, território se caracteriza como uma categoria extremamente pertinente para a compreensão da temática, ele está diretamente relacionado a materialização, poder, identidade e empoderamento, possuindo potencialidades no entendimento da realidade das mulheres negras. Além disso, as Geografias Feministas e a Geografia de Gênero são correntes que se evidenciam no estudo das mulheres e oferecem contribuições para a pesquisa.

Refletindo em territórios em que as mulheres negras podem se expressar e expor suas pautas e demandas, há a cultura Hip Hop que tem em sua gênese a crítica social aos problemas vivenciados como principal característica. A partir da criação de territórios nos mais diversos âmbitos da sociedade, as mulheres negras se materializam no espaço geográfico e mostram que também possuem direito à instituição de territórios – revelando a dimensão funcional deste – e a terem voz e lugar de fala – estabelecendo um território simbólico. Com o estabelecimento de territórios, elas inspiram outras mulheres e as incentivam a participarem da luta pela equidade, empoderando-se individualmente e coletivamente.

É fundamental destacar que os estudos geográficos relacionados às mulheres negras precisam ocorrer também em outros âmbitos, investigando sua realidade em locais como centros urbanos, instituições – por exemplo, mercado de trabalho e escolas – e no meio rural, estes espaços são permeados por diversas desigualdades e, certamente, a racial e a de gênero estão presentes. Além disso, os trabalhos devem pesquisar a realidade de outros grupos como mulheres não-negras e LGBTQIA+.

Portando, espera-se que o presente artigo fomente debates relacionados à questão racial e de gênero, estimule a elaboração de trabalhos geográficos que investiguem as temáticas e proporcione maior visibilidade para as mulheres negras, ainda há um estigma em torno da cultura Hip Hop e é fundamental entender que ela possibilita à jovens se expressarem e lutarem pela garantia e manutenção de seus direitos.

Referências

- ADICHIE, C. N. **Sejamos todos feministas**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003a.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASAKA Empreendedores sociais; TAKANO Cidadania (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003b.
- CNMP. **Sistema Prisional em Números**. 2018. Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>>. Acesso em: 08 nov. 2018.
- COCA, E. L. F.. Uma revisão sobre o conceito/categoria de território. **Revista de Geografia (UFPE)**, Recife, v. 31, n. 3, p. 96-112, 2014.
- GALVÃO, A. P. **Dossiê violência contra as mulheres**. 2016. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/violencia/violencias/violencia-e-racismo/#por-que-abordar-a-questao-racial>>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- GOMES, N. L. Movimento Negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012.
- GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.
- GONZALES, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.
- GUIMARÃES, A. S. Preconceito e discriminação: queixas e ofensas no tratamento desigual dos negros no Brasil. Salvador: Novos Toques, 1998.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.
- IBGE, I. B. G. E. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2018. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/9d6f4faeda1f1fb7532be7a9240cc233.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

IPEA; FBSP. **Atlas da Violência 2018**. 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MACHADO, C. G. R. **O ensino de Geografia e o hip hop**. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MATSUNAGA, P. S. **Mulheres no hip hop: identidades e representações**. 2006. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MENEZES, M.; FREITAS, W. **A renda de mulheres e homens conforme a escolaridade**. 2015. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/interativo/2015/11/30/A-renda-de-mulheres-e-homens-conforme-a-escolaridade>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

MONK, J.; HANSON, S. Não excluam metade da humanidade da geografia humana. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista (Org.). **Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016, p. 31-54.

PETRUCCELLI, J. L. Raça, identidade e identificação: abordagem histórico conceitual. In: PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. **Características étnico-raciais da população: classificações e identidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2013, p. 13-29.

RAFFESTIN, C. **Por um Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, M. L. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista na produção do espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 11-34, jul./dez. 2015.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala**. 1ed. Belo Horizonte: Letramento / Justificando, 2017.

SANT' ANA, A. O. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-67.

SANTOS, L. H. **As letras de rap do movimento hip-hop como desdobramento do processo de segregação sócioespacial: antigamente quilombos, hoje periferia**. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 2013.

SAQUET, M. A. Território e identidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 13869-13881.

SILVA, J. M. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, J. M. (Org.). **Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades**. 1 ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009a. p. 25-54.

SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: _____ (Org.). **Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades**. 1 ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009b. p. 93-114.

SILVA, M. N. O negro no Brasil: um problema de raça ou de classe?. **Meditações**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 99-124, jul./dez. 2000.

SOUZA, A. R. M. **A favela de influência: uma análise das práticas discursivas dos Racionais MCs**. 2004. 315 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

TURRA NETO, N. Espaço e lugar no debate sobre território. **Geograficidade**, Niterói, v. 5, n. 1, p. 52-59, dez./mar. 2015.

WASELFISS, J. J. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. 2015. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

WIEVIORLA, M. **O racismo, uma introdução**. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

XAVIER, D. P. **Repensando a periferia no período popular da história**: o uso do território pelo Hip Hop. 2005. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

Sobre os autores – Informações prestadas pelos autores

Ana Carolina dos Santos Marques

Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Especialista em Ensino de Geografia pela mesma instituição. Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho - Campus de Presidente Prudente (FCT/UNESP).

Ricardo Lopes Fonseca

Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá. Mestre e Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina. Docente do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina.

Como citar esse artigo

MARQUES, Ana Carolina dos Santos; FONSECA, Ricardo Lopes. A construção de territórios por mulheres negras por meio do Hip Hop: aproximações teóricas. **Revista Geografia em Atos (Geo Atos online)** - Dossiê “Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade”- v. 1, n. 16, p. 20-44, mar, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7286

Recebido em: 27-07-2019

Aceito em: 25-01-2020

GÊNERO, EMPODERAMENTO E TERRITÓRIO: CONSTRUINDO RELAÇÕES E ESTABELECENDO PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Simone Léia Rui

orcid.org/0000-0003-2754-2582
Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
E-mail: simonelrui@gmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7334

Resumo

Este artigo corresponde aos resultados da dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/FCT. Com o intuito de colaborar com os estudos sobre gênero, foi estabelecida uma tríade de conceitos e categorias afim de proporcionar uma ampla discussão sobre os temas gênero, empoderamento e território. O denominador comum que se encontra na tríade são as relações de poder. Desta forma, foi realizada uma revisão bibliográfica, no qual foram utilizados autores como Scott (1990), Saffioti (1987; 1992; 2004), Butler (2003), Raffestin (1993), Foucault (1979; 1988), entre outros, para construir as relações possíveis com o poder exercido nas relações de gênero. Busca-se também estabelecer relações com a ciência geográfica, no qual é enfatizada a relevância desta temática para esta ciência.

Palavras-chave: Gênero; Empoderamento; Território.

GENDER, EMPOWERMENT AND TERRITORY: BUILDING RELATIONS AND ESTABLISHING THEORETICAL PERSPECTIVES

Abstract

This article corresponds to the results of the master dissertation presented to the Graduate Program in Geography of UNESP / FCT. In order to collaborate with gender studies, a triad of concepts and categories was established to provide a broad discussion on gender, empowerment and territory. The common denominator in the triad is power relations. Thus, a literature review was carried out, using authors such as Scott (1990), Saffioti (1987; 1992; 2004), Butler (2003), Raffestin (1993), Foucault (1979; 1988), among others to build the possible relations with the power exercised in gender relations. It also seeks to establish relationships with geographical science and emphasizing the relevance of this theme to this science.

Key words: Gender; Empowerment; Territory.

GÉNERO, EMPODERAMIENTO Y TERRITORIO: CONSTRUYENDO RELACIONES Y ESTABLECIENDO PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Resumen

Este artículo corresponde a los resultados de la disertación magistral presentada al Programa de Posgrado en Geografía de UNESP / FCT. Para colaborar con los estudios de género, se estableció una tríada de conceptos y categorías para proporcionar una discusión amplia sobre género, empoderamiento y territorio. El denominador común en la tríada son las relaciones de poder. Por lo tanto, se realizó una revisión bibliográfica, utilizando autores como Scott (1990), Saffioti (1987; 1992; 2004), Butler (2003), Raffestin (1993), Foucault (1979; 1988), entre otros, para construir posibles relaciones con el poder ejercido en las relaciones de género. También busca establecer relaciones con la ciencia geográfica, lo que enfatiza la relevancia de este tema para esta ciencia.

Palabras-clave: Género; Empoderamiento; Territorio.

Introdução

O movimento feminista no mundo surge em torno dos anos sessenta e setenta do século passado, junto com uma cultura contestatória, principalmente através dos grupos marginalizados, além da progressiva entrada das mulheres no mercado de trabalho, do aumento da escolaridade e da diminuição das taxas de fecundidade e do aumento da expectativa de vida das mulheres.

O feminismo "procurou articular modos de resistência ao questionamento de "verdades" estabelecidas que permeiam a produção e a reprodução das relações entre homens e mulheres, de forma hierárquica e desigual" (MEYER, 1996, p. 41). Sendo assim, as relações de gênero nos mostram que até então não existiam relações igualitárias nos espaços públicos e nos privados. Ao entender que sexo também é político, pois nele contem relações de poder, o feminismo rompe com os modelos tradicionais e aponta também para um caráter subjetivo da opressão.

Joan Scott, no artigo, *Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*, afirma que "o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder, além de o gênero se tornar uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos (SCOTT, 1990, p. 14). Partimos deste excerto para iniciar e destacar alguns pontos na busca de refletir sobre o quadro atual das teorias feministas e os desdobramentos do conceito de gênero de autoras relevantes nestas abordagens.

Partindo da afirmação de que a Geografia está em toda parte, as discussões sobre gênero, sexualidade e espacialidade podem ser um interessante caminho para que levantemos nossos olhos de nosso pequeno mundo, para este grande, rico e complexo mundo (ORNAT, 2008). É preciso estabelecer uma correlação entre a categoria de gênero e o conceito geográfico de território, pois o território é sem sombra de dúvidas a primeira maneira de dar significado às relações de poder, ou seja, o território é um primeiro campo no seio do qual o poder se articula.

Na possibilidade de compreender o poder, estabeleceremos uma relação com o termo empoderamento, pois este vem sendo muito utilizado nos dias atuais, em especial pela comunidade feminista, sendo que o conceito de empoderamento (*empowerment*) surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos 1970, e o termo começou muito rapidamente a ser usado também pelo movimento de mulheres.

Teorias de gênero: do patriarcado à construção social

Neste momento, escolhemos investigar na leitura de grandes autoras feministas, sendo elas Joan Scott, Judith Butler e Heleieth Saffioti, pois são textos profundos em definições que vêm ao encontro do trabalho aqui apresentado, além de reforçar a importância dos estudos de gênero.

No artigo citado de Joan Scott, a autora contextualiza o termo gênero, cujo uso pareceu primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. O gênero também estava relacionado ao aspecto das definições normativas das feminilidades, que utilizavam o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional ao vocabulário analítico.

A princípio entendia-se gênero como um elemento constitutivo das relações sociais e se torna, assim, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É, portanto, uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (SCOTT, 1990).

Para a autora, a definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Em suas palavras,

[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 1990, p.21).

Assim, se gênero é um conceito útil, rico e vasto, sua ambiguidade deveria ser entendida como uma ferramenta para maquiagem exatamente aquilo que interessa ao feminismo: o patriarcado, como um fato inegável para o qual não cabem as imensas críticas que surgiram (SAFFIOTI, 2004).

Para Saffioti (2004), o gênero pode ser compreendido das mais diversas maneiras. A autora realiza a seguinte revisão bibliográfica sobre o tema:

Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, mas também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações

homem – mulher, mas também relações homem – homem e relações mulher – mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997; SAFFIOTI E ALMEIDA, 1995) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero havendo um campo, ainda que limitado de consenso: o gênero é a construção social do masculino e feminino (SAFFIOTI, 2004, p. 44-45).

Em relação à construção das análises de gênero, Machado (1997, p. 108) apresenta potencialidades do termo.

Em primeiro lugar, porque se está diante da afirmação compartilhada da ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero. Em segundo lugar, porque se está diante da afirmação do privilegiamento metodológico das relações de gênero, sobre qualquer substancialidade das categorias de mulher e homem ou de feminino e masculino. E em terceiro lugar, porque se está também diante da afirmação da transversalidade de gênero, isto é, do entendimento de que a construção social de gênero perpassa as mais diferentes áreas do social.

Dessa forma, as teorias de gênero apresentadas trazem à tona a construção social do ser individual como algo determinante e não somente as suas características biológicas. De fato, algumas dessas teorias construíram a sua lógica sob analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”.

A teoria do patriarcado concentra sua atenção na subordinação das mulheres em relação ao homem. Para Saffioti (1987), no livro *A dominação Masculina*, torna-se bem claro o processo de construção social da inferioridade e a construção social da superioridade.

Da mesma forma como não há ricos sem pobres, não há superiores sem inferior. Logo, a construção social da supremacia masculina exige a construção da subordinação feminina. Mulher dócil é a contrapartida do homem macho. Mulher frágil é a contraparte de macho forte. Mulher emotiva é a outra metade de homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do macho superior (SAFFIOTI, 1987, p.29).

Na contramão do pensamento da teoria do patriarcado, Judith Butler (2003), anuncia que a urgência do feminismo no sentido de conferir um *status* universal ao patriarcado, motivou ocasionalmente um atalho na direção de uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum da subjugação das mulheres. Nesse sentido para Butler (2003, p.20), “a noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada em anos recentes, por seu fracasso em explicar mecanismos de opressão de gênero nos contextos culturais concretos”.

Partindo desse pressuposto, a mesma determina que o gênero pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente; contudo, mesmo assim esse significado só existe em relação a outro significado oposto. Para Butler (2003, p. 25);

Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura.

Para Judith Butler (2003), a noção de sexo também é tão culturalmente construída quanto a de gênero, no qual o gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza. O sexo é também um meio discursivo e cultural, sendo este uma superfície politicamente neutra na qual age a cultura. Embora gênero represente uma categoria de análise de grande poder para explicar as desigualdades entre as pessoas, representa apenas parte da construção social complexa em que elas estão envolvidas (SAFFIOTTI, 1992), ou como aponta Butler (2003), a noção de gênero precisa ser reformulada, para abranger as relações de poder.

Posto isso, as mais variadas posições acerca dos estudos de gênero corroboram para uma maior compreensão deste tema tão amplo, o que nos confirma que o gênero possui um conjunto de atributos, que ora se estabelece na dicotomia homem x mulher, ora se realiza na individualidade do ser, ao se estabelecer uma relação entre sexo e natureza, na qual imprime a sua identidade.

Relações de gênero na ciência geográfica: abordagens feministas

Para Silva (2003), a categoria de gênero passa a ser objeto da Geografia Humana ao mostrar que o elemento humano é essencial em toda a Geografia, portanto, que o homem é um fator geográfico, ao desenvolver um estudo sobre a distribuição dos homens na superfície terrestre. Silva (2003) ainda argumenta que a categoria de gênero na Geografia deve levar em consideração que é dinâmico, que constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas. Para Ornat (2008), a Geografia com enfoque feminista nasce na segunda onda do movimento feminista, sendo este composto por três marcos:

Como dissertado por Narvaz e Koller (1996), este pode ser periodizado a partir de três ondas: a primeira onda representa o surgimento do movimento feminista, entre o final do séc. XIX e início do XX, nascendo como um movimento de luta das mulheres por igualdades de direitos civis. Este foi estruturado na Inglaterra, França, Estados Unidos e Espanha; a segunda onda ressurgiu nas décadas de 1960/70, em especial nos Estados Unidos e na França. E enquanto as feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade (feminismo de igualdade), as francesas postulavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando visibilidade, principalmente, à especificidade da experiência feminina, geralmente negligenciada (feminismo de diferença); a terceira onda, forjada anos 1980, introduz o paradigma da incerteza no campo do conhecimento, tendo por influência

as proposições feitas por Michel Foucault e Jacques Derrida. É nesta terceira fase que se observa uma intensa justaposição entre movimento político e academia. (ORNAT, 2008, p. 314).

A categoria de gênero na Geografia deve levar em consideração que é uma temática bastante dinâmica, pois Silva (2003) cita, por exemplo, alguns aspectos de interesses dos pesquisadores, tais como: a organização da vida cotidiana em áreas rurais e urbanas; o mercado de trabalho segundo o gênero e a localização espacial das indústrias e dos serviços (creches, escolas, transportes, etc.); a utilização do espaço (público e/ou privado) segundo o gênero; o trabalho doméstico e o número crescente de mulheres que sustentam economicamente a família; a queda da taxa da fecundidade e os direitos reprodutivos. (SILVA, 2003).

Segundo Martínez (1995, p. 18), existe, em linhas gerais, três grandes áreas na Geografia em que é fundamental o enfoque de gênero. São elas:

1) as relações existentes entre gênero e conceitos chaves na Geografia como são o espaço, o lugar e a natureza;

- o espaço enquanto construção social e de gênero,
- o conceito de lugar e a importância que em sua definição introduzem as diferenças de gênero,
- a relação entre gênero e natureza (o ambiente em seu sentido amplo);

2) as diferenças territoriais nos papéis e relações de gênero;

3) o uso e experiências diferenciais do espaço entre homens e mulheres, em distintas escalas: desde a escala local (utilização do espaço cotidiano, por exemplo) até a global (movimentos migratórios transnacionais).

Contudo, ainda hoje, os geógrafos e geógrafas brasileiros são muito tímidos no que diz respeito a esta temática. No Brasil, são poucos os geógrafos que procuram analisar o espaço sob a perspectiva das relações de gênero. Citamos o trabalho de Rossini (1988) que estudou a presença da mulher na lavoura canavieira paulista em sua tese de Livre Docência. Em 1992, o Boletim de Geografia Teórica, de Rio Claro, São Paulo, publicou diversos trabalhos empíricos, de geógrafos e de outros cientistas sociais, que versaram sobre a temática Mulher e Trabalho. A Geografia brasileira, a exemplo da anglo-saxônica e espanhola, precisa estar atenta para esses novos movimentos sociais e lançar mão da categoria gênero como mais um instrumento de análise do social que, conseqüentemente, produz diferentes espaços geográficos (VELEDA da SILVA, 2000).

Rossini (1993), por sua vez, aponta que toda mudança carrega alterações que serão consideradas positivas ou negativas de acordo com a perspectiva que se vê. Comparando-se o trabalho da família no colonato, parceria, arrendamento e assalariamento, pesquisa realizada na macro área de Ribeirão Preto, no período de 1977 e 1986, a autora constatou que a mulher não perdeu sua autoridade, já que não a tinha, o que na realidade aumentou foram suas responsabilidades. Em geral, continuaram reservados à elas os mesmos trabalhos domésticos, como operária ela vai à luta para "complementar" os ganhos familiares.

As relações entre poder e epistemologia são centrais nas discussões epistemológicas, pois o simples fato da percepção distinta entre homens e mulheres da organização espacial já tem criado distintas aproximações ou possibilidades de produção de conhecimento (NAST, 1994, apud ORNAT, 2008). A utilização da categoria gênero pretende, assim, explicar as relações de poder, revelando condições extremamente desiguais de seu exercício, já que as mulheres vêm ocupando posições subalternas e secundárias em relação aos homens.

O território através das concepções culturalista e política; o poder simbólico e o poder do Estado

Dessa forma, para Haesbaert (2004, p.20 - 21), o território, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação.

Para Bourdieu (1989, p.14 e 15), o poder simbólico é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder, além de confirmar ou transformar a visão do mundo. Para Santos (1999, p.1),

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar.

De acordo com Haesbert e Limonad (1999), o território apresenta três concepções básicas:

- Cultural (ista): prioriza a dimensão simbólico-cultural mais subjetiva, a partir da qual o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço,
- Econômica (muitas vezes economicista): bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.
- Jurídico-política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, visto como o poder político do Estado.

Como foi identificado, existem diversas abordagens, mas destacaremos as vertentes culturalista e jurídico-política, pois estas destacam, primeiro, os aspectos ligados às identidades e representações e, a segunda, estabelece relações de poder principalmente através do Estado. Rogério Haesbaert aponta que é importante analisar o território também pelo viés político, que, aliás, é uma das noções clássicas do conceito. Essa escolha se faz necessária, sobretudo para a formulação de políticas públicas que tenham por objetivo desenvolver ou implementar ações direcionadas para comunidades específicas. (HAESBAERT, 1995). Para o autor, o território, além de ter um sentido político, possui também o seu sentido simbólico, no qual a dupla dimensão do território, cultural e política, pode estar relacionada. Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados” (HAESBAERT, 2004, sem página).

Saquet (2003) diferencia o território do espaço geográfico a partir de três características principais: as relações de poder, as redes e as identidades; os três processos espaço-temporais que marcam determinadas parcelas do espaço, nas formas área-rede, rede-rede ou área-rede-lugar. Nessa perspectiva, o território significa articulações sociais, conflitos, cooperações, concorrências e coesões; é produto de tramas que envolvem as construções (formas espaciais), as instituições, as redes multiescalares, as relações sociais e a natureza exterior ao homem; é objetivo-material e subjetivo-imaterial ao mesmo tempo. (SAQUET, 2003).

Para Souza (2009), o que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil.

Ao comparar o território a um “campo de força”, Souza (2009, p.66) aponta que:

[...] o território é, obviamente, um aspecto, uma dimensão do espaço social, e ele depende, de várias maneiras, da dimensão material do espaço; mas ele é, em si mesmo, intangível, assim como também o poder é impalpável, como relação social que é. O poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso. A existência do território é impossível e inconcebível sem o substrato espacial material, da mesma maneira que não se exerce o poder sem contato com e referência à materialidade em geral; ao mesmo tempo, porém, o território não é redutível ao substrato, não devendo ser com ele confundido. (SOUZA, 2009, p.66).

Segundo Raffestin, “o poder visa ao controle sobre os homens e sobre as coisas, este é multidimensional, por isso faz parte de todas as relações e toda relação é o ponto de surgimento do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 53). O poder é emanado pelo Estado, mas também pelos movimentos sociais. Assim, “o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência” (RAFFESTIN, 1993, p.59-60). Sendo assim, o território não pode ser classificado como algo físico ou inanimado, mas como uma área ou uma autoridade que exercem uma centralidade sobre as pessoas de um lugar. Sendo assim, o território é uma categoria analítica da geografia que teve primeiramente a contribuição de Ratzel, no qual pensava o território sem as contradições internas e com o poder emanado somente pelo Estado. Dimensões políticas, afetivas, uma vez que o território é demarcado pela apropriação do espaço e relações de poder que controlam essa apropriação. Para Corrêa (2002, p.251) “o território é revestido da dimensão política, afetiva ou ambas”.

Em Saquet (2007), o autor destaca que o território fundamenta-se no real, no qual o movimento está no interior do próprio território. O movimento é histórico e multiescalar, de contradições sociais; das forças econômicas, políticas e culturais. O território significa identidade, entendida como produto de interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza. Dessa maneira, o autor reforça que,

O território significa (i)materialidade; não é apenas substrato (palco) ou formas espaciais, nem apenas relações sociais. As próprias relações sociais têm uma (i)materialidade; são objetivas e subjetivas ao mesmo tempo; são plurais e coexistentes, mudam e permanecem, na vida cotidiana. Há uma unidade concreto-abstrata no e do território que precisa ser abstraída (SAQUET, 2007, p.73).

Assim sendo, o território pode ser compreendido de diferentes maneiras, e há quem priorize uma das dimensões sociais, deste modo o uso do território e suas representações

estabelecem relações entre dominantes e dominados. A partir do exposto, a tentativa deste trabalho, que é construir uma tríade entre gênero, território e poder busca dar visibilidade a um grupo social cuja característica de gênero implica, como veremos, diversas posições no território, desigualmente distribuídas, posto que marcadas por relações de poder.

Empoderamento feminino e os territórios de poder

O empoderamento consiste em quatro dimensões, cada uma igualmente importante, mas não suficiente para levar as mulheres a atuarem em seu próprio benefício. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de auto-estima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente) (STROMQUIST, 2002, apud SARDENBERG, 2009).

A origem do conceito é disputada tanto pelos movimentos feministas, como pelo movimento American Blacks, que nos anos 1960 movimentou o cenário político norte-americano exigindo o fim do preconceito e da discriminação que marcavam a vida dos negros nos EUA. Contudo, é na interseção com gênero que o conceito de empoderamento se desenvolve tanto em nível teórico quanto como instrumento de intervenção na realidade. Nos anos 1970 e 1980, feministas e grupos de mulheres espalhadas pelo mundo desenvolveram um árduo trabalho de conceitualização e de implementação de estratégias de empoderamento, com o qual buscaram romper com as diferentes dinâmicas que condicionavam a existência e impediam a participação e a cidadania plena das mulheres (ROMANO; ANTUNES, 2002, p.21).

Já no Brasil, Paulo Freire foi o primeiro a traduzir o termo, criado em 1977, pelo psicólogo norte-americano Julian Rappaport, que, transformou o verbo “*to empower*” (“dar poder”) no substantivo “*empowerment*”. Isso porque ele queria destacar que era preciso dar às minorias oprimidas meios para que elas adquirissem autonomia e se desenvolvessem.

Na página da ONU MULHERES¹ encontramos uma definição mais detalhada de como o termo vem sendo percebido e utilizado para a promoção de políticas públicas:

O empoderamento das mulheres consiste em realçar a importância de que as mulheres adquiram o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-las nesse processo, de forma a lhes garantir a possibilidade de realizarem todo o seu potencial na sociedade, e a construírem suas vidas de acordo com suas

¹ A ONU Mulheres foi criada, em 2010, para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres e, especialmente pelo apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais. A ONU Mulheres atua como secretariado da Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres (CSW), que se reúne, no mês de março, em Nova Iorque, há mais de 60 anos. Essa é uma das principais instâncias de negociação e de monitoramento de compromissos internacionais sobre direitos humanos das mulheres. Site: <http://www.onumulheres.org.br/>

próprias aspirações. O empoderamento inclui para as mulheres o direito à liberdade de consciência, religião e crença; sua total participação, em base de igualdade, em todos os campos sociais, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder; o reconhecimento explícito e a reafirmação do direito de todas as mulheres a acessarem e de controlarem todos os aspectos de sua saúde; o acesso das mulheres, em condições de igualdade, aos recursos econômicos, incluindo terra, crédito, ciência e tecnologia, treinamento vocacional, informação, comunicação e mercados; a eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres e meninas; e o direito à educação e formação profissional e acesso às mesmas. Para fomentar o empoderamento das mulheres é essencial elaborar, implementar e monitorar a plena participação das mulheres em políticas e programas eficientes e eficazes de reforço mútuo com a perspectiva de gênero, inclusive políticas e programas de desenvolvimento em todos os níveis (ONU MULHERES, 2016, p.15).

Numa perspectiva mais ampliada, Horochovski (2006), ressalta que a definição de empoderamento é,

[...] próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se aúfere poder e liberdades negativas e positivas. Pode-se, então, pensar o empoderamento como resultante de processos políticos no âmbito dos indivíduos e grupos (HOROCHOVSKI, 2006, p.01).

Nesse sentido, pode-se pensar que o empoderamento das mulheres poderia representar um desafio às relações patriarcais, significar uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, na busca de lhes proporcionar garantias e autonomia. O processo de empoderamento da mulher pode trazer à tona, por conseguinte, uma nova concepção de poder, assumindo formas mais democráticas, construindo, assim, novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas.

Uma das contradições fundamentais do uso do termo ‘empoderamento’ se expressa no debate entre o empoderamento individual e o coletivo. Para aqueles que o usam a partir da área do indivíduo, com ênfase nos processos cognitivos, o empoderamento se circunscreve ao sentido que os indivíduos se autoconferem. Tomo um sentido de domínio e controle individual, de controle pessoal. E ‘fazer as coisas por si mesmo’, e ‘ter êxito sem a ajuda dos outros’. Esta é uma visão individualista, que chega a assinalar como prioritários os sujeitos independentes e autônomos com um sentido de domínio próprio, e desconhece as relações entre as estruturas de poder e as práticas da vida cotidiana de indivíduos e grupos, além de desconectar as pessoas do amplo contexto sócio-político, histórico, do solidário, do que representa a cooperação e o que significa preocupar-se com o outro (LEÓN, 2001, p. 96 apud SIQUEIRA, 2014).

No livro *Microfísica do Poder*, Foucault (1979), de uma forma bastante abrangente, nos apresenta indagações acerca do poder, considerando-o como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir, pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalcamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. O poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política. O poder político teria, neste caso, encontrado na economia sua razão de ser histórica. Nesse sentido, para o autor, o poder não se dá, não se troca e nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação; o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas, acima de tudo, uma relação de força.

Partindo dessa relação entre poder e território, Saquet (2007), afirma que o território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas. Dessa forma, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos (BATLIWALA, 1994, p. 130 apud SIQUEIRA, 2014). Para León (2001), o processo de empoderamento deve estar atrelado ao gradual reconhecimento, por parte das mulheres, das estruturas de poder que estão presentes na vida dos indivíduos (na própria vida delas) e dos grupos (a que elas pertencem) (SIQUEIRA, 2014).

Já no livro *a História da sexualidade I*, Foucault (1988) aborda de uma forma bem densa o que determina por poder, ao se referir sobre esse tema o autor propõe dizendo que poder, não significa "o Poder", como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entende poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. Enfim, não o entende como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro (FOUCAULT, 1988, p. 88).

Deste modo, o autor introduz algumas proposições acerca do poder, sendo elas:

- que o poder não é algo que se adquira ou algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis;

- que as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhes são imanentes; são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdades e desequilíbrios que se produzem nas mesmas;
- que o poder vem de baixo; isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados. Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social;
- que as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas, contudo, não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos;
- que onde há poder, há resistência e, por isso mesmo, esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão.

O empoderamento é pensado como um meio e um fim para a transformação das relações de poder existentes e para superar o estado de pobreza. É propagado como um meio de construção de um futuro possível, palpável, capaz de recuperar as esperanças da população e de mobilizar suas energias para a luta por direitos no plano local, nacional e internacional. Mas, o empoderamento também pode ser compreendido como um fim, porque o poder está na essência da definição e da superação da pobreza. Por isso, é visto como necessitando ser constantemente renovado para garantir que a correlação de forças não volte a reproduzir as relações de dominação que caracterizam a pobreza (ROMANO; ANTUNES, 2002).

O objetivo principal do empoderamento é a tomada de consciência e das próprias competências, não é somente construir uma sociedade de mulheres empoderadas, porém isoladas, mas contribuir para a construção de uma nova ordem socialmente justa e politicamente democrática.

Conclusões

As teorias que nortearam este trabalho estabeleceram uma relação entre gênero, território e empoderamento e colaboraram para entendermos que as relações de gênero são determinadas por relações de poder. As categorias território e gênero foram essenciais para estabelecer uma relação com o empoderamento, pois as três têm em comum a ligação com o poder, seja ele exercido pelas pessoas, pelo Estado ou as instituições. Sendo assim, ninguém contesta que o poder seja central na discussão sobre gênero. Para além de definir gênero como uma privilegiada instância de articulação das relações de poder, a noção de empoderamento vem buscando a participação e a integração por meio da igualdade e do fim da subordinação das mulheres. Fica nítido o quanto ainda precisa ser desenvolvido em relação a essa temática nas ciências geográficas, para que possamos aumentar as nossas perspectivas sobre as relações humanas nos territórios em que estão inseridos.

Concluimos que o poder é agente que move as três categorias trabalhadas nesse artigo, no qual o empoderamento converge tanto questões ligadas ao gênero, quanto ao território, pois através do ato de se empoderar desenvolve-se mecanismos pessoais e sociais de mudança da realidade e do espaço vivido, sejam as relações homem x mulher, dominantes x dominados, indivíduos x sociedade a transformação empregada nos poderes vigentes na sociedade podem ser minimizadas.

Agradecimentos

Agradecimento ao auxílio da CNPq recebido para a realização da pesquisa de mestrado que contribuiu para a elaboração deste artigo.

Referências

- BOURFIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa, 1989.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CORRÊA, R. L. **Territorialidade e corporação: um exemplo**. In: Território: globalização e fragmentação. Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza, Maria Laura Silveira (orgs). 5º ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: o cuidado de si**. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- HAESBAERT, R. **A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: CASTRO, I. E., et. al, Geografia: Conceitos e temas. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-206.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. **O território em tempos de globalização**. GeoUERJ, Rio de Janeiro, UERJ, v. 3, n. 5, p. 7-20, 1999.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOROCHOVSKI, R.S. **EMPODERAMENTO: DEFINIÇÕES E APLICAÇÕES**. 30º Encontro anua da ANPOCS, 24 A 28 DE OUTUBRO DE 2006.

MACHADO, L. Z. **Estudos de gênero**: Para além do Jogo entre Intelectuais e Feministas. In: SCHPUN, M. (org.). **Gênero sem Fronteiras**. Florianópolis, Editora das Mulheres, pp.35-78, 1997.

MEYER, D. E. **Do poder ao gênero**: uma articulação teórico-analítica. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

ONU MULHERES. **Princípios de empoderamento das mulheres**. 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf. Acesso em: 18/10/2018.

ORNAT, M. J. **Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista**. Terr@Plural, v. 2, n.2, p. 309-322, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

ROMANO, J. O. **Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza**. In: ROMANO, Jorge O; ANTUNES, Marta (Org.). Empoderamento e direitos de combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 9-44.

ROSSINI, R. E. **Geografia e Gênero**: A mulher como força de trabalho no campo. Informações Econômicas, São Paulo, v.23, 1993.

ROSSINI, R. E. **Geografia e Gênero**: a mulher na lavoura canavieira paulista. Tese de Livre Docência. São Paulo: USP, 1988.

SARDENBERG, C. M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, A. A.; SARDENBERG, C. M. (Org.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM/UFBA, 2002. p. 89-120.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira. **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAFFIOTI, H.I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. Universidade de São Paulo- USP. GEOgraphia, ano. 1, n. 1 1999, São Paulo. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/wiewFile/2/2>. Acesso em: 22/01/2020.

SAQUET M., **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre, EST Edições, 2003.

SAQUET, M. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Geosul, v.22, n.43, 2007.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, v.16, n.2, p., 5-22, jul/dez., 1990.

SILVA, J. M. **Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. Revista de História Regional, Ponta Grossa, 2003.

SILVA, J. M. **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa - PR, 2009.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira de. **Empoderamento de mulheres agricultoras:** possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

SOUZA, M.L. **O território:** sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORREA, R.L. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 77-116.

VELEDA DA SILVA, S. **Os estudos de gênero no Brasil:** algumas considerações. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, n. 262, 15 de noviembre de 2000.

Sobre a autora – Informações prestadas pela autora

Simone Léia Rui

Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2008) e mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2019). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia humana e agrária, atuando principalmente no seguinte tema: gênero e agricultura familiar. Foi professora da rede estadual e municipal de São Paulo, no período de 2009 a 2013.

Como citar esse artigo

RUI, Simone Léia. Gênero, empoderamento e território: construindo relações e estabelecendo perspectivas teóricas. **Revista Geografia em Atos (Geo Atos online)** - Dossiê “Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade” - v. 1, n. 16, p. 45-60, mar, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7334

Recebido em: 05-09-2019

Aceito em: 22-01-2020

BELEZA PLÁSTICA: A FETICHIZAÇÃO DO CORPO FEMININO COMO MERCADORIA NO ESPAÇO HETERONORMATIVO

Bruna Fernandez Guimarães Borsoi

orcid.org/0000-0002-9879-7198
Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
E-mail: bruna.borsoi@unesp.br

DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7287

Resumo

Busco tentar compreender como o corpo feminino se associa ao processo de produção de mercadorias com base nas transformações por cirurgias plásticas estéticas, em que transforma esse corpo em um fetiche socialmente construído pelo espaço heteronormativo. Os processos que ocorrem em um corpo são processos seletivos. Exigindo-se que certos corpos, certas pessoas, certos sexos e gêneros recebam tratamentos sociais diferenciados. Sendo as mulheres que mais sofrem com esses processos, relacionando-se ao consumo de cirurgias plásticas, o número cresce a cada ano. Apenas em 2016 mais de 8 milhões de procedimentos estéticos cirúrgicos e não cirúrgicos de acordo com a International Society of Aesthetic Plastic Surgery (ISAPS). Visto esses processos, percebe-se também mudanças nas questões relacionadas a saúde-doença dessas pessoas. Trago aqui diversos questionamentos com o intuito de provocar o pensamento crítico e reflexões acerca do tema.

Palavras-chave: Geografia da saúde, gênero, cirurgia plástica, fetichização, processo saúde-doença.

PLASTIC BEAUTY: THE FETICHIZATION OF THE FEMALE BODY AS MERCHANDISE IN HETERONORMATIVE SPACE

Abstract

I seek to understand how the female body is associated with the process of production of goods based on transformations by aesthetic plastic surgery, in which it transforms this body into a socially constructed fetish for heteronormative space. The processes that occur in a body are selective processes. Certain bodies, certain people, certain sexes and genders are required to receive differentiated social treatments. As women suffer most from these processes, related to the consumption of plastic surgeries, the number grows every year. In 2016 alone more than 8 million surgical and non-surgical aesthetic procedures according to the International Society of Aesthetic Plastic Surgery (ISAPS). Considering these processes, we can also notice changes in the issues related to health-disease of these people. I bring here several questions in order to provoke critical thinking and reflections on the subject.

Key words: Health geography, gender, plastic surgery, fetishization, health-disease process.

BELLEZA PLÁSTICA: LA FETICHIZACIÓN DEL CUERPO FEMENINO COMO MERCADERÍA EN EL ESPACIO HETERONORMATIVO

Resumen

Busco entender cómo el cuerpo femenino está asociado con el proceso de producción de bienes basados en transformaciones mediante cirugía plástica estética, en el cual transforma este cuerpo en un fetiche socialmente construido para el espacio

heteronormativo. Los procesos que ocurren en un cuerpo son procesos selectivos. Ciertos cuerpos, ciertas personas, ciertos sexos y géneros están obligados a recibir tratamientos sociales diferenciados. Como las mujeres sufren más de estos procesos, relacionados con el consumo de cirugías plásticas, el número crece cada año. Solo en 2016, más de 8 millones de procedimientos estéticos quirúrgicos y no quirúrgicos según la Sociedad Internacional de Cirugía Plástica Estética (ISAPS). Teniendo en cuenta estos procesos, también podemos notar cambios en los problemas relacionados con la salud y la enfermedad de estas personas. Aquí traigo varias preguntas para provocar pensamientos críticos y reflexiones sobre el tema.

Palabras-clave: Geografía de la salud, género, cirugía plástica, fetichización, proceso salud-enfermedad.

*Fantástica
Beleza plástica
Da sutileza à perfeição
Tanto talento, merece consagração*

(Samba Enredo: “No universo da beleza, Mestre Pitanguy”. Caprichosos de Pilares, 1999)

Introdução

Quando proponho aqui, iniciar este artigo com a epígrafe do Samba Enredo da Caprichosos de Pilares do Carnaval de 1999 no Rio de Janeiro, que levava como tema do desfile “No universo da beleza, Mestre Pitanguy”, estou nesse momento, tentando provocar a todas e todos leitores, inclusive eu, sobre qual beleza e qual perfeição de que falavam?

Paremos para pensarmos juntos.

No Final da década de 90 um novo milênio se aproximava da humanidade, em fevereiro, no carnaval brasileiro, uma Escola de Samba decidiu entrar no desfile com o tema cirurgias plásticas. Parecia ser naquele momento, um grande ponto a ser homenageado, o famoso cirurgião plástico brasileiro Ivo Pitanguy e seus trabalhos manuais.

A localização, nada mais era do que, a cidade de Rio de Janeiro, na costa brasileira, com grandes e belas praias no qual todo brasileiro já ouviu falar, como Copacabana e Ipanema, o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar, corpos esculturais, esbeltos, mostrando-se ao mar e queimados ao sol, no verão brasileiro.

Quando nos situamos no espaço e no tempo, podemos parar e olhar para representarmos os acontecimentos. Olhando para trás também podemos perceber quais questões atuais ainda são permeadas por esse passado. Aqui, vemos um endeusamento ao cirurgião plástico, como o homem enviado, um ‘Deus’ que irá moldar os corpos transformando-os em perfeitos, mas que só conseguirão atingir essa perfeição a partir de cirurgias plásticas.

Mirian Goldenberg (2007) analisou que o Rio de Janeiro nos anos 90 era o lugar dos corpos esbeltos e esculturais que estavam ali para ser vistos e que a beleza estava associada a desnudação desse corpo nas famosas praias da cidade. Para o brasileiro o Carnaval também era uma dessas representações. O corpo nu era e é aceito nessas duas condições, mas para realmente ser aceito é necessário que esse corpo passasse uma imagem, considerada, perfeita.

É na década de 90 que a cirurgia plástica estética atinge seu glamour e aceitação pública. Percebe-se então, que a Caprichosos de Pilares apenas reproduziu aquilo que estava no auge, porém ao entendermos que disso não existe glamour e sendo apenas um processo perverso que ocorre a centenas de anos, percebemos que esse samba enredo nada mais representa o que hoje muitos ainda acreditam e tentam impor.

Mas continuemos a nos indagar. E agora, que corpo é esse que merece ter beleza e perfeição pelas mãos do grande cirurgião? A própria Caprichosos de Pilares ao iniciar seu samba nos responde:

*“Criando e modelando a natureza
As mãos do arquiteto aqui estão
No universo da beleza, o jardim da inspiração
Doando aos homens o valor do seu cinzel
Do barro a vida uma dádiva do céu
De Afrodite à Oxum negra do amor
Todas as gueixas tem um encanto sedutor”*

(Samba Enredo: “No universo da beleza, Mestre Pitanguy”. Caprichosos de Pilares, 1999, grifo da autora).

Após essas provocações, podemos refletir por todas essas questões e levantamentos que propus. Acho que devemos entender assim: o que uma música e um desfile de Escola de Samba pode representar?! Não apenas uma comemoração de carnaval, mas toda uma questão cultural, social, econômica e política, que podem ser encontradas no Brasil, como também mundo afora. Por isso, aqui, propus e continuarei a propor questões. Acredito que o tempo e o espaço podem nos trazer grandes respostas para entendermos nossa atualidade e por assim dizer, os problemas. Creio que até esse momento, todos puderam pensar nas respostas que iniciei nesse texto, sendo apenas uma ponta da qual pretendo continuar dissertando.

Essa Introdução tem como base, quebrar algumas formas estruturais de pensamento e escrita comuns à textos científicos, por isso, a ideia de iniciar e finalizar meu texto com a chamada de um samba enredo. Tento aqui trazer essa citação como uma crítica que o leitor deva se atentar para compreender o objetivo geral do texto, pois existem diversas formas de se iniciar um pensamento e finalizá-lo. Quebrems as regras juntos, para irmos além do que está posto.

A questão do endeusamento do cirurgião plástico, a questão do corpo feminino e a valorização das cirurgias plásticas são os pontos principais que destaco aqui e são chamadas importantes no que tange esse texto.

Esse trabalho tem como o intuito continuar um progresso de um pensamento que tive durante a graduação e estou levando para o mestrado como hipótese de pesquisa, e no qual, levo na vida, enquanto geógrafa e mulher e feminista. Para conseguir atingir tal intuito, escrevo esse texto buscando assim, tentar compreender como o corpo feminino se associa ao processo de produção de mercadorias com base nas transformações por cirurgias plásticas estéticas, em que transforma esse corpo em um fetiche socialmente construído pelo espaço heteronormativo.

Posto isto, acredito que o leitor possa sempre voltar (em pensamento) ao samba enredo para compreender a crítica que estará presente no texto. Dessa forma, instituo questionamentos que irão embasar minha discussão nas subseções do texto: “Como o espaço heteronormativo e as cirurgias plásticas conduzem o processo de produção de mercadorias?”; “Como o trabalho transforma o corpo em mercadoria?” e “Como o corpo é fetichizado em forma de mercadoria?”.

Nesses três questionamentos que dão base para as subseções do artigo, acompanham uma linha de raciocínio presente dentro do objetivo geral desse texto, no qual, trouxe durante toda a discussão pontos para responder essas indagações. Por fim, para finalizar esse artigo entendo que as respostas já foram dadas aos leitores e por isso, volto ao início, na discussão sobre o samba enredo como uma forma crítica de trazer ao leitor novos olhares e pensamentos sobre o tema.

Desejo assim, uma boa leitura para todas e todos.

Como o espaço heteronormativo e as cirurgias plásticas conduzem o processo de produção de mercadorias?

Os processos que ocorrem em um corpo são processos seletivos. Exigindo-se que certos corpos, certas pessoas, certos sexos e gêneros recebam tratamentos sociais diferenciados. Para entendermos isso, precisamos discorrer sobre as questões do corpo natural e biológico. Esse corresponde a um sexo que é pré-determinado. Já ao considerarmos o gênero, devemos entender que existe uma diversidade de construções (BUTLER, 2018) sociais, culturais, políticas e outras que se encontram em uma pessoa. Com isso podemos ver como se distingue e também se normalizam os corpos em uma sociedade.

Ao tratar de corpos modificados por cirurgias plásticas, entendo que esses corpos, do sexo e gênero feminino -aqui, as mulheres-, são corpos muitas vezes que se pré-determinam pelas questões heteronormativas¹. Certamente, os corpos femininos são tratados a partir de funções sociais pré-estabelecidas por normas. Enquanto socialmente construídos, estes corpos sofrem dos processos econômicos, políticos, históricos e culturais. Joseli Silva (2013) discorre que são representações do próprio espaço, por serem matéria e ocuparem um espaço e estando sujeitos a processos de saúde-doença.

Mirian Goldenberg (2005) afirma que ocorre uma construção cultural do corpo e que, ao mesmo tempo que se valorizam atributos e comportamentos, desvalorizam-se outros, gerando assim, socialmente, um corpo típico. Reproduzindo a “sua relação social, biológica e física no espaço no qual a pessoa está inserida. O indivíduo retrata no corpo o que é socialmente imposto, transformando-o numa extensão do espaço social que o produziu” (BORSOI, 2019, p.2).

O corpo feminino é um dos corpos que mais sofrem com os processos apresentados, por serem tratados socialmente como um objeto de funções para os homens. Isso porque, estamos inseridas e inseridos em uma cultura e sistema político do patriarcado, na qual está estruturado todo um pensamento heteronormativo e machista². Tanto como

¹ “A heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade” (MISKOLCI, 2009, p.156-7).

² “O machismo é um discurso de desigualdade. Consiste na discriminação baseada na crença de que os homens são superiores às mulheres” (GARCIA, 2015, p.18).

pensamento quanto espaço, a heteronormatividade, impõe normas sobre as pessoas. O espaço heteronormativo parte das questões de poderes presentes nos processos do espaço geográfico (BORSOI, 2018). Portanto, para se adequarem a cultura dominante, dentro do processo histórico, corpos se (trans)formam dia a dia para que sejam aceitos, carregando símbolos que os posicionam socialmente (GOLDENBERG, 2005). Encontramos nos produtos, na mídia, revistas, internet, academias e procedimentos estéticos os diversos tipos de mudanças que um corpo pode e deve sofrer para se encaixar nessas normas sociais vigentes. Inferimos que “o corpo de muitas mulheres de hoje [...] é um corpo controlado, mutilado...” (Ibdem, p.79).

A Geografia, especificamente da Saúde, tem olhado este processo. Como explicita Raul Guimarães (2019) ao se pensar a saúde e a relação do espaço/natureza, deve-se pensar a “relação a partir das características do meio impõe uma série de condições que conformam a saúde como espaço, numa unidade complexa e indissociável dos componentes físicos, biológicos e sociais” (p.125). Nessa perspectiva, Rosa Fonseca (1997) argumentou que o processo saúde-doença é determinado pelas funções de consumo e do processo de reprodução social, ambos vistos a partir de um padrão que cada sociedade re-produz, no ponto de vista das classes, criando-se modelos de desgastes e potencialidades, podendo ser negativos como no sentido de adoecimento, ou positivos, no sentido de sobrevivência.

Mostra-se para nós, pesquisadoras e pesquisadores, que existe um limiar entre o processo de saúde-doença e a questão das normas heteronormativas nos corpos de mulheres. Esse é um processo imposto, rigorosamente, para diferenciá-los e rebaixa-los perante o outro sexo e gênero, o do homem/masculino.

Silvia Federici (2017; 2019) ao estudar a questão da caça às bruxas na Idade Média com o surgimento do capitalismo, reconhece que o sistema se apoiou na grande degradação da mulher na sociedade, argumentando que o ataque contra as mulheres vem, sobretudo, da necessidade de o capital destruir o que não consegue controlar e degradar aquilo de que mais precisa para sua reprodução. “Trata-se do corpo das mulheres, pois, mesmo nessa era de superautomação, nenhum trabalho e nenhuma produção existiria a não ser como resultado de nossa gestação” (Federici, 2019, p.140). Assim para o disciplinamento do corpo da mulher, reconhecido como um corpo rebelde, foi preciso violentar e amedrontar toda uma classe, visto que a reprodução humana, principal fonte de trabalho, só ocorre por meio de um útero.

Na mesma linha, Heleith Saffioti (2013) discute que é por isso que não se pode compreender as questões de submissões entre gêneros e sexos de forma individual, pois devemos entender que as relações sociais, políticas e espaciais ocorrem diferentemente para cada sujeito, conforme se coloca diante da sociedade. Diante disto, afirmo que existe um medo da exclusão social, pois o corpo feminino veio sofrendo por séculos, como afirma Frederici, com a exploração para a acumulação do capital, e isso, é um disparador para uma mudança corporal do próprio ser (BORSOI, 2018), sendo assim, a mulher busca na cirurgia plástica um processo de mudança corporal, acumulado durante séculos, no qual serve especificamente para o controle social de seu corpo e classe. Quando entendemos que “a doença encontra-se imersa numa teia social em que todos negociam constituição do objeto médico e a direção do corpo material” (ALMEIDA FILHO, 2011, p.82), compreendemos que a cirurgias plásticas estéticas, correspondem diretamente com os processos de saúde-doença.

Para se pensar a cirurgia plástica estética, devemos nos atentar para as questões que circundam esse procedimento, no qual a heteronormatividade presente na sociedade e no espaço, enquanto normas e formas estruturais de poder, utiliza esse procedimento como ferramenta para as mudanças corporais das pessoas, para que elas se encaixem nos padrões.

Sendo assim, os dados apresentados pela *International Society of Aesthetic Plastic Surgery* (ISAPS) demonstram que o número da clientela feminina se destaca em comparação ao do número de homens que buscam mudarem seus corpos. Independentemente do tipo de procedimento, cirúrgicos ou não cirúrgicos, a busca pela transformação corporal no modelo vigente é alta e atinge diferentes gêneros e sexos de diferentes formas, das quais essas pessoas podem escolher o tratamento que irão satisfazê-las.

É notório o número de procedimentos estéticos que mulheres realizaram no mundo, chegou a ser mais de 20 milhões no ano de 2016³. Por outro lado, a população masculina tinha pouco mais de 3 milhões de procedimentos efetuados neste mesmo ano. Já os procedimentos cirúrgicos realizados por mulheres eram de um total de 8,810,717 procedimentos, enquanto o número para a população masculina não chegava a 2 milhões.

Evidencia-se que existe um mercado médico envolvido diretamente na busca por aperfeiçoamento de técnicas e uma grande produção de serviços para atender essa demanda

³ Dados recolhidos em ISAPS Global Statistics: Disponível em: <<https://www.isaps.org/medical-professionals/isaps-global-statistics/>> acesso em 18 de abril de 2018.

pela busca de procedimentos estéticos cirúrgicos e não cirúrgicos, sendo que, o número de cirurgias plásticas constitui parte dessa representação na busca e na oferta de serviços e produtos estéticos (BORSOI, 2016).

Dito isso, não me preocupa aqui definir quais aperfeiçoamentos e técnicas que desenvolvem nesse mercado médico, mas compreender como esse processo produtivo englobou os corpos femininos transformando-os em uma mercadoria que a sociedade consome, e como o espaço heteronormativo acompanha e dita esse processo.

Por isso entendo que a heteronormatividade não está presente só nas questões culturais e sociais, mas que exista um espaço heteronormativo, que impõem regras como forma de dominação e questão de poder, dentro de um sistema capitalista que classifica e desclassifica corpos femininos, para manter-se em uma estrutura.

Os grupos dominantes (tendo como referente o homem, branco, ocidental) estão aptos a tomar sua posição como sujeitos desincorporados [...] Essa abordagem tem evidenciado os espaços de dominação e de possibilidades ... (SILVA, 2013, p.30).

O corpo é espaço, como Joseli Silva (2013) já nos disse, mas devemos entender a partir de Natália Alves (2010) que é o corpo feminino, também espaço, que integra cultura e política, sendo “uma escala construída a partir de relações sociais e espaciais”, por isso que os autores Ana Azevedo, José Pimenta e João Sarmiento (2009) ao discutirem as questões geográficas e culturais que existem em um corpo, argumentam que a “representação cultural do corpo pode ser perspectivada de diversas formas”(p.20) sendo que “cada retrato e cada discurso sobre o corpo é sempre resultado da ideologia e política reinantes, ora celebrando-as ora contestando-as” (p.21)

Se o corpo é espaço e a saúde também, como argumentou Raul Guimarães (2019), devemos assim nos perguntar como um corpo que é transformado diariamente pode fazer saúde, e como um corpo pode se ressignificar nessa luta diária ao fazer sua saúde? Deixo aqui essa pergunta, mas não para ser solucionada, mas para refletirmos juntos em nosso âmbito enquanto pesquisadores, leitores e pessoas que estão inseridas em um espaço, em um sistema capitalista e patriarcal, entendendo que as diferenças corporais representadas em cada sujeito ocorrem “porque é sobre o corpo que convergem interesses sociais, econômicos e acumula uma série de práticas e de discursos” (ALVES; PEDROSO; GUIMARÃES, 2019, p. 16).

Posto isso, podemos entender que é nesse espaço heteronormativo -com regras, normas e padrões- e as cirurgias plástica - como produto para consumo- que impõe todas

esses instrumentos de dominação aos corpos femininos. É esse conjunto de situações que faz o corpo feminino se associar e acompanhar ao processo produtivo de mercadorias.

Para entendermos a produção de mercadorias e como o corpo se transforma em tal precisamos estender esse pensamento para a acumulação da força de trabalho de cirurgiões plásticos para a produção de objetos.

Como o trabalho transforma o corpo em mercadoria?

“Na cirurgia o corpo é "trabalhado" pelas mãos de outro” (EDMONDS, 2007, p.235)

Dando continuidade na discussão, precisamos entender como o corpo foi englobado ao processo produtivo de uma mercadoria, para assim entender também a partir não só das questões heteronormativas, mas a partir de todo um conjunto de fatores que os corpos femininos são expostos e compreender como ele veio sendo construído e transformado.

Quando uma pessoa se pré-dispõem a entrar em um processo cirúrgico estético, ela se insere em um processo não só médico, mas em um processo econômico e produtivo do mercado de cirurgias plástica. Um cirurgião plástico é um ser social que trabalha, e seu trabalho corresponde a aplicar sua força de trabalho nos corpos de pessoas para transformá-los. A vista disso, no mercado médico o corpo se insere na produção a partir do trabalho que os cirurgiões produzem naquelas pessoas.

Karl Marx (2017) discorre que o trabalho é um processo entre os homens (pessoas) e a natureza e que esse processo faz com que o próprio homem (pessoa) se modifique por meio da sua força de trabalho, colocando valor ao seu trabalho no final desse processo, transpondo-se na própria mercadoria, o trabalho morto. Sendo assim, “para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada em valores de uso, isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo” (MARX, 2017, p.255). Logo o médico, insere sua força de trabalho nos procedimentos cirúrgicos, no caso o trabalho vivo, produzindo uma mercadoria (objeto) no qual representado aqui pelo corpo feminino.

Como discorri acima, o valor de uso que Marx traz em seu estudo, na mercadoria, para nós, no corpo, é o valor imposto pelos homens da afamada heteronormatividade. Naomi Wolf (2018) discorre que os ideais de beleza são consequência de algo para servir à

alguém e um projeto, em que traz lucros, deduzindo-se assim que “o ideal [...] também servia a um fim político”, que também veio sendo representado pelos homens nos últimos séculos.

Para ter qualidade de uso, uma mercadoria deve em si ter valor. Marx traduziu esse valor como uma natureza de necessidades do ser humano. Quando compreendemos que os procedimentos estéticos se encontram em um patamar social de valorização e que a causa e relação do efeito de se submeter à um procedimento é supervalorizado, podemos aqui compreender também, como esse corpo transformado em mercadoria a partir dessas cirurgias, possuem grande valor dentro da própria cultura, da economia e sociedade.

Ao mesmo tempo que se banaliza esses procedimentos cirúrgicos, por conta do acesso e da exposição midiática, inflaciona-se o mesmo por ser aceito e por satisfazer uma necessidade considerada humana. No qual sabemos que não é!

A busca por procedimentos para mudar corpos é uma construção cultural como Leal, Catrib, Amorim e Montagner (2010) indicam. É “nessa busca da adequação aos padrões socialmente construídos e potencializados pelos meios de comunicação, estabelecidos pela valorização da estética, tem-se preterido a própria saúde” (p.78).

Nas questões de saúde-doença, o espaço geográfico deve ser tomado não só como forma de estratificação física, mas, como base da formulação de políticas de saúde para o desenvolvimento da qualidade de vida dos cidadãos. É por isso que [...] as marcas inscritas no corpo integram a saúde e o gênero enquanto expressão da produção social do espaço (ALVES; PEDROSO; GUIMARÃES, 2019, p. 16).

Enquanto valor de uso social, como Mirian Goldenberg (2005) analisa em seu trabalho, e como valor dentro de um processo econômico, o corpo, o sexo e o gênero perpassam concomitantemente por diversas construções sociais e espaciais.

Como o corpo é fetichizado em forma de mercadoria ?

“O corpo torna-se, também, capital, cercado de enormes investimentos (de tempo, dinheiro, entre outros)” (GOLDENBERG; RAMOS, 2007, p.9)

Ao pesquisar o significado de fetiche⁴ o dicionário nos dá duas definições: “objeto a que é prestada adoração ou que é considerado como tendo poderes sobrenaturais” e “objeto, parte do corpo ou tipo de comportamento que provoca excitação sexual”. Já na

⁴ [Significado de Fetiche. Dicionário do Aurélio Online, 2019. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/fetiche>. Acesso em: 24 de Jul. de 2019.](https://dicionariodoaurelio.com/fetiche)

pesquisa para fetichismo⁵ temos três definições: “culto e prática de feitiços”; “culto ou adoração a uma pessoa ou a uma ideia” e “interesse sexual por fetiches”.

Analisemos juntos esses significados e o que melhor se encaixa em nossa discussão.

Discorrendo sobre as questões do espaço heteronormativo, posso dizer para pensarmos que o fetiche se traduz, aqui para nós, como algo ou parte do corpo feminino que os homens sentem atração sexual e assim prestam adoração a essa parte em específico, como se o corpo fosse literalmente um objeto.

Agora ao tratarmos de fetichismo, o que melhor se enquadra nesse trabalho é questão de adoração e culto a uma ideia ou pessoa. Que ao trazer novamente a discussão do espaço heteronormativo, podemos entender que existe um culto ao corpo como analisa Mirian Goldenberg (2005) e um mito a beleza como diz Naomi Wolf (2018).

Mas também existe uma terceira concepção do conceito de Fetichismo, que o próprio Marx (2017) se apropria para fazer sua análise do sistema capitalista e das mercadorias. Para ele o caráter fetichista provém de questões sociais inseridas nos objetos, frutos do trabalho humano, um caráter que vai além da questão de valor de uso da mercadoria, é “apenas um relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (p.147).

Com isso, ao entender que o corpo da mulher é transformado a partir da força de trabalho morto e é objetificado no sistema e na sociedade podemos afirmar que existe uma fetichização pela mercadoria-corpo. A objetificação do corpo feminino é feita a partir das práticas médicas e da beleza ideal, que é transposta a partir de uma beleza socialmente construída.

Marx inicia O Capital discorrendo que “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual como sua forma elementar”. Dessa maneira,

Uma economia que depende da escravidão precisa promover imagens de pessoas escravizadas que “justifiquem” a instituição da escravidão [...] A economia contemporânea depende neste exato momento da representação das mulheres dentro dos limites do mito da beleza. (WOLF, 2018, p.37).

Ao entendermos que o corpo é visto como uma mercadoria e objeto, podemos entender o que o Naomi Wolf (2018) diz a respeito dessa economia escravista, na qual ela

⁵ [Significado de Fetichismo. Dicionário do Aurélio Online, 2019. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/fetichismo>. Acesso em: 24 de Jul. de 2019.](https://dicionariodoaurelio.com/fetichismo)

relaciona a questão de mulheres serem ‘escravizadas’ a um mito dentro de um sistema econômico.

Bru (2006) ao discorrer sobre as questões do corpo como mercadoria nos indica que existem diferentes formas da economia se apropriar de corpos femininos e infantis. Disso, entendemos que o fetiche que existe por trás do desejo sexual masculino é comercializado não só na forma material do corpo de mulheres, mas também na imagem e ideário desse corpo. A autora traz em seu texto questões como a venda de pornografia, a imagem e identidade vendida pelo mercado, escravização e tráfico de seres humanos, a prostituição e a reprodução artificial. Todos esses temas fazem parte do que a autora considera ser as formas de mercantilização do corpo, no qual, com base na teoria foucaultiana de que *“la articulación de instancias materiales y simbólicas que, a lo largo de nuestra historia, han hecho posible y han convertido en ‘acceptable’ el hecho de que el cuerpo- los cuerpos de los seres humanos- hayan tomado el carácter de mercancías”* (p.468).

O processo de fetichização da mercadoria se converge no corpo feminino a partir das normas sociais e culturais impostas na busca por uma estética perfeita, acumulando procedimentos cirúrgicos para se adequarem ao contexto social.

Conclusões

É nessa construção cultural, social, econômica, política e histórica dos seres humanos, fez com que o corpo, em especial o feminino, venha sofrendo com diversos processos e sendo transformado diariamente até chegar no que entendemos hoje, uma mercadoria e objeto.

Logo é no espaço heteronormativo que dita as normas culturais e sociais para esses corpos, mas também, é no processo de produção de mercadorias, no sistema econômico, que condiciona ao mesmo tempo essas normas. Assim ambos existem e se executam concomitantemente.

Quando Raul Guimarães (2019, p.23) diz que “ser geógrafo e geógrafa da saúde é ser um geógrafo e geógrafa preocupados com a vida das pessoas. Preocupado em desenvolver uma Geografia na perspectiva das pessoas”, venho aqui indagar-lhes a parar e pensar nesses processos, que constituem os diferentes corpos e propor uma nova visão. Não estou inventando a roda, longe de mim, mas acredito que estou aqui fazendo e ajudando-a a girar.

Quando inicio esse texto com uma parte do Samba Enredo da Caprichosos de Pilares, estou aqui, acredito eu, fornecendo pontos para você leitor compreender que não é atual essa discussão, como não é atual esse processo, e são esses que atingem os corpos femininos diariamente. Paremos e refletimos.

Como disse, a cirurgias plástica estética é apenas uma das ferramentas. Devemos nos atentar a todas. Em suma devemos estar preocupadas e preocupados com a vida das pessoas, pois além de fazermos parte desse espaço, dividindo diariamente esses processos, temos a opção de estudá-los, entendê-los e criticá-los para tentar trazer algo melhor, para nós e para os outros.

Agradecimentos

“O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil”.

Referências

- ALMEIDA FILHO, N. **O que é saúde?** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
- ALVES, N. C. A cidade inscrita no meu corpo: gênero e saúde em Presidente Prudente- SP. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente: [s.n.], 2010.
- ALVES, N. C; PEDROSO, M. F; GUIMARÃES, R. B. Corpos que falam: interpretações geográficas entre saúde, gênero e espaço. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades” p. 09-24, jul-dez, 2019.
- AZEVEDO, A. F. de; PIMENTA, J. R.; SARMENTO, J. As geografias culturais do corpo. In: AZEVEDO, A. F. de; PIMENTA, J. R.; SARMENTO, J. (Orgs.) **Geografias do Corpo: ensaios de Geografia Cultural**. Porto: Figueirinhas. 2009. p. 11-30
- BORSOI, B. F. G. A distribuição espacial de cirurgias plásticas no Brasil e a mercantilização do corpo. In: **VIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 2016, São Luis- MA. Cidade/Urbano, 2016.
- BORSOI, B. F. G. O espaço heteronormativo e transformação do corpo pela cirurgia plástica em meninas do ensino médio de Presidente Prudente- SP. In: **XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, 2018, João Pessoa. Cidade/Urbano, 2018.
- BORSOI, B. F. G.; GUIMARÃES, R. B. Impactos sociais das cirurgias plásticas e a saúde de meninas jovens no Brasil. In: **IX SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA DA SAÚDE**. Blumenau-Santa Catarina, 2019.
- BRU, J. El cuerpo como mercancía. In: NOGUÉ, J; ROMERO, J. **Las otras Geografías**. 1ed. Valencia: Tirant Humanidades. 2006
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

- EDMONDS, A. No universo da beleza: Notas de campo sobre cirurgia plástica no Rio de Janeiro. In: . Goldenberg (org.). **Nu & vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. 2ed. Rio de Janeiro: Record, 2007
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. 464p.
- FEDERICI, S. **Mulheres e a caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. Tradução Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FONSECA, R. M. G. S. da. Espaço e gênero na compreensão do processo saúde-doença da mulher brasileira. **Rev.latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 5-13, janeiro 1997.
- GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 3ª edição. 120p. 2015.
- GOLDENBERG, M. Gênero e corpo na cultura brasileira. **Psicol Clin**. Rio de Janeiro. v. 17, n. 2, p. 65-80, 2005.
- GOLDENBERG, M.; RAMOS, M. S. A civilização das formas: O corpo como valor. In: . Goldenberg (org.). **Nu & vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. 2ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- GUIMARÃES, R. B. Saúde Coletiva e o fazer Geográfico. **Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente**, n. 41, v. 1, Dossiê “60 Anos do Departamento de Geografia da UNESP/FCT”, p. 119-132, jan-jun, 2019.
- LEAL, V. C. L. V.; CATRIB, A. M. F.; AMORIM, R. F.de; MONTAGNER, M. A. O corpo, a cirurgia estética e a Saúde Coletiva: um estudo de caso. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2010, vol.15, n.1, pp.77-86. ISSN 1413-8123. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000100013>>
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MISKOLC, RICHARD. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.
- SAFIOTTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3ªed. São Paula: Expressão Popular, 2013. 528p.
- SILVA, J. M. Corpo, corporeidade e espaço na análise geográfica. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Claudia Luisa Zeferino (Orgs.). **Maneiras de ler: geografia e cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre/Compasso Lugar Cultura, 2013. p. 28-36.
- WOLF, N. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. 3ªed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

Sobre a autora – Informações prestadas pela autora

Bruna Fernandez Guimarães Borsoi

Mestrado em Geografia Acadêmico em andamento pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT) - Campus Presidente Prudente - SP com início 2019. Possui Graduação em Licenciatura (2017) e Bacharel (2018) em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT-UNESP). Atuante no Observatório de Geografia da Saúde e membro do Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde (BIOGEOS).

Como citar esse artigo

BORSOI, Bruna Fernandez Guimarães. Beleza plástica: a fetichização do corpo feminino como mercadoria no espaço heteronormativo. **Revista Geografia em Atos (Geo Atos online)** - Dossiê “Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade” - v. 1, n. 16, p. 61-75, mar, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7287

Recebido em: 29-07-2019

Aceito em: 29-01-2020

MASCULINIDADES Y GEOGRAFÍA: EXPERIENCIAS DE HOMBRES TRANS EN EL ESPACIO HEGEMÓNICO DE SANTIAGO DE CHILE

Martin Ignacio Torres

orcid.org/0000-0003-0413-0024

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

E-mail: martin.torres.r@gmail.com

DOI: [10.35416/geoatos.v1i16.7342](https://doi.org/10.35416/geoatos.v1i16.7342)

Resumen

Este artículo, trata sobre cómo se constituyen las masculinidades plurales en la experiencia de vida de hombres trans en un espacio hegemónico como la ciudad de Santiago de Chile; comprendiendo que la masculinidad es un proceso social, una construcción cultural, en la cual la geografía del lugar, tendrá un papel preponderante en cuanto al entendimiento y simbolismo de masculinidad. Así mismo, comprender como esa masculinidad puede ser vivencia de formas no hegemónicas, los conflictos que eso puede traer, tanto desde un prisma interno subjetivo, como también desde una esfera pública social. De este modo, también se hace un análisis sobre la corporalidad trans, entendida desde una masculinidad plural, y como este traspaso hacia una masculinidad puede o no, implicar una ganancia de privilegios patriarcales. A su vez, el alcance corporal de la investigación en relación a como se constituye la relación con el cuerpo en los hombres trans, entendido desde la percepción de Preciado (2008). Este artículo, logra comprender la teoría en cuanto a masculinidad y corporalidades disidentes en relación a la experiencia y trayectorias de vidas de hombres trans, en cuanto a su constitución de la masculinidad plural. Esto se logra mediante la entrevista a ocho hombres trans de la ciudad de Santiago de Chile, mediante la metodología de Snow Ball, en donde un hombre trans indicaba a otro para ser entrevistado; a su vez la síntesis de esas entrevistas fue realizada mediante el análisis de contenido de Bardin (1977). Es así como este trabajo nos permite una comprensión de otras masculinidades no exploradas en la geografía, y cuáles son sus alcances espaciales, así como entender a grandes rasgos la relación entre corporalidad, cultura y masculinidad.

Palabras-clave: Geografía y Género, Hombres Trans, Masculinidades y Corporalidad.

MASCULINITIES AND GEOGRAPHY: EXPERIENCES OF TRANS MEN IN THE HEGEMONIC SPACE OF SANTIAGO DE CHILE

Abstract

This article is about how plural masculinities are constituted in the life experience of trans men in a hegemonic space such as the city of Santiago de Chile; understanding that masculinity is a social process, a cultural construction, in which the geography of the place will have a preponderant role in the understanding and symbolism of masculinity. Likewise, to understand how this masculinity can be an experience in non-hegemonic ways, the conflicts that this can bring, both from a subjective internal prism, as well as from a social public sphere. In this way, an analysis is also made of trans corporality, understood from a plural masculinity, and how this transfer to masculinity may or may not imply a gain of patriarchal privileges. At the same time, the corporal scope of the research in relation to how the relationship with the body is constituted in trans men, understood from the perception of Preciado (2008). This article allows to understand the theory in terms of masculinity and dissident corporality in relation to the experience and life trajectories of trans men, in terms of their constitution of plural masculinity. This is achieved by interviewing eight trans men from the city of Santiago de Chile, using the Snow Ball methodology, where one trans man indicated another to

be interviewed; At the same time, the synthesis of these interviews was carried out by means of the content analysis of Bardin (1977). This is how this work allows us an understanding of other masculinities not explored in geography, and what their spatial goals are, as well as broadly understanding the relationship between corporality, culture and masculinity.

Key words: Geography and Gender, Trans Men, Masculinities and Corporality.

MASCULINIDADES E GEOGRAFIA: EXPERIÊNCIA DE HOMENS TRANS NO ESPAÇO HEGEMÔNICO DE SANTIAGO DE CHILE

Resumo

Este artigo tem por argumento entender como se constituem as masculinidades plurais na experiência da vida de homens trans no espaço hegemônico, como é a cidade de Santiago do Chile; compreendendo que a masculinidade é um processo social, uma construção cultural, na qual a geografia do lugar, terá um papel fundamental em relação ao entendimento simbólico da masculinidade. De essa forma compreender, como essa masculinidade pode ser vivenciada de formas não hegemônicas, os conflitos que isso pode trazer, tanto no pensamento interno subjetivo, como também no âmbito público social. Faz-se um análise sobre a corporalidade trans, entendida como uma masculinidade plural, assim, como também, o traspasso dessa masculinidade pode, ou não provocar uma ganância de privilégios patriarcais. Como também, o alcance corporal da pesquisa, em relação de como se constituem os corpos masculinos trans pensando em Preciado (2008). O artigo consegue compreender a teoria em quanto à masculinidade e corporalidades dissidentes em relação à experiência e trajetórias de vida de homens trans, na abordagem da constituição masculina plural. Foi conseguido mediante a entrevista de oito homens trans da cidade de Santiago do Chile, com a metodologia de Snow Ball, onde um homem trans indicava a outro para ser entrevistado; assim também, a síntese das entrevistas foi realizada mediante o análise de conteúdo de Bardin (1997). Desta forma, a pesquisa permite a compressão de outras masculinidades não desenvolvidas na geografia, tendo uma lacuna no pensamento espacial corporal e a relação com a cultura e masculinidade.

Palavras-chave: Geografia e Gênero, Homens trans, Masculinidades e corpo.

Consideraciones iniciales

El objetivo de este artículo es comprender la construcción de la masculinidad en la experiencia espacial de ocho hombres trans en la ciudad de Santiago, con ello entender como esa masculinidad plural puede generar trayectorias de vida diferenciadas a la hegemonía, convirtiéndose así en una corporalidad subversiva en relación a los privilegios patriarcales.

Para esto es fundamental comenzar teniendo en cuenta la relación próxima con la comunidad estudiada, dejando en claro el conocimiento situado que se esta generando en esta investigación; dado que el mismo autor también es parte de la comunidad trans masculina, es relevante colocar de manifiesto que, debido a ello, también, fue posible generar una cercanía y obtener material de primera fuente en las entrevistas realizadas para este trabajo.

Por ende, la posicionalidad en este sentido, tendrá relación con una visión no hegemónica, y alejada del ojo investigativo imparcial, sino que más bien será una relación estrecha entre el investigador y el investigado; como plantea Haraway (1998), el conocimiento situado, deja de manifiesto que las investigaciones, lejos de ser objetivas, están también, expuestas a la subjetividad del investigador.

En este sentido, es inherente la posicionalidad, como parte de una corporalidad subversiva, por ende, esto queda de manifiesto desde la bibliografía escogida, hasta las categorías de análisis que serán expuestas, esto también es planteado en la necesidad de situar el conocimiento (ROSE, 1997), al momento de elaborar un trabajo feminista, y en este caso, trans feminista.

Los alcances metodológicos de la investigación

Existe una posibilidad de cercanía, en cuanto a la comunidad estudiada, en este sentido como plantea Rose (1997), el desarrollo del conocimiento situado, plantea la posibilidad de conocer una comunidad y poder generar materiales de subjetivos que sean más incisivos; por ende, podría aclarar que la cercanía con la comunidad trans masculina se debe en gran medida a mi pertenecía, y por ende, frecuentar un círculo trans masculino en donde se me pudo proporcionar fácilmente los contactos requeridos para las entrevistas.

De este modo, las entrevistas fueron realizadas mediante el método de Snow Ball, el cual consiste en conocer a un participante de la investigación, y que este entrevistado otorgue a otros participantes que quieran ser parte del estudio en cuestión. Como fue explicado anteriormente, esto se dio de manera fácil, debido al conocimiento previo con la comunidad.

En cuanto a los entrevistados, estos son hombres trans, que se han autodefinido de este modo por voluntad propia, pertenecen a la ciudad de Santiago de Chile, y están en un rango etario de los 20 a los 30 años de edad. Se encuentran en su mayoría cesantes, todos poseen estudios escolares acabados, y algunos de ellos poseen estudios universitarios, completos e incompletos.

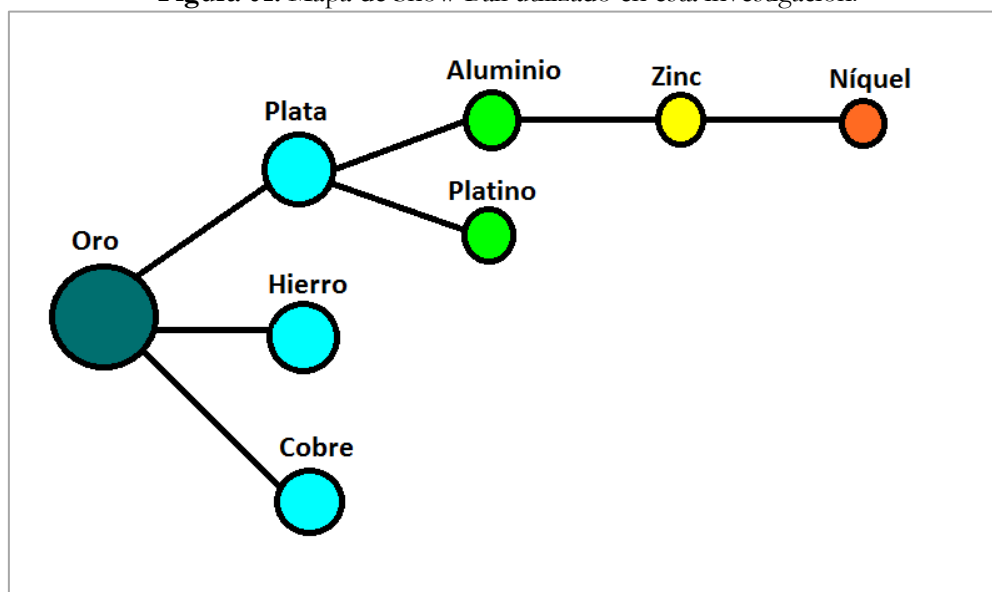
Para otorgar una protección a los entrevistados se utilizan nombres de fantasía, los cuales fueron otorgados por metales, de manera aleatoria. Del mismo modo fue obligatorio llenar un consentimiento informado, sobre cuáles eran los alcances de la investigación, y de este mismo modo informar que la identidad sería protegida mediante nombres de fantasía.

En cuanto a la metodología de Snow Ball, se puede decir que mi primer contacto fue Oro (bola verde azulado), esto posibilitó un gran abanico de posibilidades, ya que Oro, poseía diversos contactos que entraban en el rango etario que yo buscaba, y además que vivieran en Santiago, el proporciono tres hombres trans más para las entrevistas (las bolas calipso), donde estaba Plata, Hierro y Cobre. A su vez, Plata proporciono a Aluminio y Platino (bolas verdes); y Aluminio llevo a Zinc (bola amarilla), quien a su vez otorgo la posibilidad de entrevistar a Níquel (bola naranja). Cerrando así las entrevistas con ocho hombres trans.

Se presenta un mapa conceptual de cómo fue dada la metodología de Snow Ball en terreno, en cuanto a las entrevistas. La verde azulado, es el contacto inicial, y quien ayudo a fortalecer este trabajo con las personas proporcionadas para la realización de entrevistas.

Se muestra de manera gráfica, como fue realizada la metodología de Snow Ball, este mapa conceptual fue realizado mediante una gráfica simple en el software Paint.

Figura 01. Mapa de Snow Ball utilizado en esta investigación.



Fuente: elaboración propia.

Por otra parte, las entrevistas fueron analizadas mediante el método de análisis de contenido de Bardin (1977), organizándose así, categorías discursivas en base a las evocaciones lingüísticas que aparecen en las entrevistas de forma espontánea. En total fueron 291 evocaciones lingüísticas, las cuales se agruparon en dos grandes categorías discursivas.

De estas dos categorías, se intenta dar respuesta a nuestro objetivo inicial, el cual se basa en la comprensión de la construcción de la masculinidad plural en la experiencia de hombres trans. Estas dos categorías fueron divididas según las evocaciones que fueron encontradas y catalogadas en las entrevistas.

Tenemos que, las categorías son: I. Construcción de masculinidad, la cual tiene un total de 153 evocaciones lingüísticas que a su vez también fueron subdivididas en dos categorías discursivas. Por otra parte, tenemos que la otra categoría discursiva, II. Corporalidad, tiene 138 evocaciones lingüísticas, las cuales también fueron reagrupadas en dos subcategorías discursivas.

Se presenta un mapa conceptual de la elaboración de las categorías discursivas, en conjunto con el nombre está el número de evocaciones lingüísticas, esto se refiere a la cantidad de veces que las entrevistadas aludió a esa evocación. La elaboración de este mapa conceptual esta realizado en el software Excel.

Tabla 01. Mapa conceptual de análisis de contenido, por categorías discursivas y número de evocaciones lingüísticas.

I. construcción de masculinidad: 153	I. 1. masculinidad hegemónica: 91	no llorar	20
		no sentir	13
		la familia	38
		el trabajo	9
		el dinero	11
	I. 2. otras formas de ser hombre: 62	paternidad	2
		homosexualidad	3
		sensibilidad	14
		ser libre	10
		trans	33
II. Corporalidad: 138	II. 1. negación de la corporalidad: 97	pechos	24
		vagina	17
		manos	19
		menstruación	9
		voz	28
	II. 2. reencuentro corporal: 41	barba	5
		músculos	10
		clítoris	16
		voz	7
		cabello	3

Fuente: elaboración propia.

De este modo, cada categoría, tiene sus evocaciones, las cuales están representadas por palabras que fueron evocadas de manera espontánea, ya sea pronunciando la palabra textual, o aludiendo a ella.

Fundamentación

La masculinidad, como construcción social, asume un rol de privilegio en nuestra forma de entendimiento social binario y heteronormativo occidental. En este sentido, si bien las corporalidades aquí tratadas, pasan a una supuesta categoría de privilegio, hay que pensar, recordar, y repensar nuevamente, que estas corporalidades, vivieron el desmedro de la feminidad, y la segregación social de ser corporalidades entendidas como una feminidad no hegemónica.

La forma de rechazo a la sumisión, y la penalización de estas corporalidades debido a no obedecer el mandado corporal del destino femenino (BEAUVOIR, 2017) en cuanto al embarazo, es parte de la punición social que afectara estos cuerpos.

Para esto es importante entender que la construcción social tanto de lo femenino como lo masculino, está ligado a un modo de producción económica, el cual se fundamenta en el matrimonio heterosexual, y el consumo, esto último potenciado en la era post moderna, en donde el consumo, lo neoliberal, y la forma de entender el mercado, serán formas de construcción social relacionadas al éxito tanto masculino como femenino.

En este sentido Evans (2018), explica como esa corporalidad, es llevada al mercado mediante la industria según su rol de sexo. Lo expresa de la siguiente manera:

El sistema industrial ha reducido el sexo a una actividad productiva, del mismo modo que reduce todas las funciones humanas a meras actividades productivas. Bajo el industrialismo, el propósito del sexo se ha convertido en algo puramente económico: alimentar a los consumidores, trabajadores y soldados por cumplir su papel en las jerarquías industriales y militares. Las relaciones sexuales se han reducido a relaciones productivas. La unidad básica de producción de personas es la familia heterosexual monógama. (EVANS, 2018. p. 231).

Dentro de este orden sexual, no es difícil comprender las motivaciones de castigo de un cuerpo que se fuga del género; ya que estos cuerpos colocan de manifiesto como los privilegios fálicos pueden ser otorgados mediante simbólicos y construcción sociales, lejanas al falo.

En este sentido, según lo asegurado por los entrevistados, el privilegio masculino es otorgado hasta el momento de la revelación de la no existencia de un falo. Es más ante la idea de no poder generar herederos, existe la idea de un bajo existo, un desmedro de la

masculinidad.

De este modo la comprensión, de una masculinidad no hegemónica, expone de ante mano el temor existente en la mayoría de los entrevistados en relación a revelación de la transexualidad. Entendiendo esto como un componente simbólico de abyección social. Comprender que esa abyección, según Butler (2005), será relacionada a generar una no importancia de sus cuerpos, lo que aumenta el temor, de la muerte, el ser violentados, y por ultimo rechazados.

Las corporalidades femeninas según Bourdieu (2018), están subyugadas al dominio masculino, dado que esta dominación ha sido de manera histórica, y sin duda según el autor, no de manera azarosa. Explicándolo de la siguiente forma:

La fuerza del orden masculino se descubre en el hecho de que prescinde de cualquier justificación: la visión androcéntrica se impone como neutra y no siente la necesidad de enunciarse en unos discursos capaces de legitimarla. El orden social funciona como una inmensa maquina simbólica que tiende a ratificar la dominación masculina en la que se apoya: la división sexual del trabajo. Distribución muy estricta de las actividades asignadas a cada uno de los sexos, de su espacio, su momento, sus instrumentos [...]. (BOURDIEU, 2018. p 35).

En este sentido, podemos comprender que las corporalidades trans masculinas, pasan de una historia de subyugación, a poder generar una corporalidad con privilegios, solo que estos privilegios estarían otorgados por un simbólico basado en la construcción social, el cual es derribado en cuanto se evidencia el mandato genético, el genital, y el mandato femenino rechazado de la feminidad, y con ello la maternidad.

Esta no linealidad entre sexo-género-deseo-cuerpo (BUTLER, 2006), es fundamental para comprender la corporalidad trans masculina como un componente subversivo dentro de una sociedad hegemónica.

De igual manera una de las formas de fundamentar esta investigación, tienen que ver con los derechos corporales de las personas, lo cual genera una interrogante social, tanto como académico, como también, parte de la comunidad trans, esta investigación es parte de un aporte en el entendimiento social, espacial y simbólico de la cultura en relación a la corporalidad trans masculina. Más también, es parte fundamental de poder visibilizar una realidad poco atendida, incluso dentro del mundo trans.

Esta fundamentación académica, y social, puede generar un impacto en la comprensión cultural de la geografía, y desde este punto, aportar en la creación de nuevos conceptos y epistemologías geográficas

Resultados

De los ocho entrevistados, trans masculinos, estos lograron expresar como eran entendidos sus cuerpos en relación a la hegemonía masculina. En este sentido podemos decir que, de los ocho, si bien existe una relación estrecha entre algunas vivencias, si podemos concluir que las vivencias trans, no son inherentemente lineales, y, por ende, cada vivencia es subjetiva, y cada transexualidad es vivida de manera diferencial, otorgando así no solo un material de masculinidades plurales, sino que también de transexualidades plurales (TORRES, 2012).

La composición de la muestra está dada por hombres trans, que en su totalidad son cesantes, se puede decir que el nivel de escolaridad de los entrevistados es medio y universitario, lo cual coloca a los entrevistados en una situación de un privilegio medio, ya que cuentan con capital social y cultural.

Tabla 02. caracterización básica.

nombre fantasía	edad	nivel educacional	situación laboral	identificación
Oro	30	media completa	cesante	hombre trans heterosexual
Plata	27	universidad completa	cesante	hombre trans pansexual
Hierro	30	media completa	cesante	hombre trans heterosexual
Cobre	25	media completa	cesante	hombre trans heterosexual
Aluminio	22	universitario incompleto	cesante	hombre trans bisexual
Platino	21	universitario incompleto	cesante	hombre trans homosexual
Zinc	23	universitario incompleto	cesante	hombre trans heterosexual
Níquel	28	media completa	cesante	hombre trans heterosexual

Fuente: elaboración propia.

Una de las mayores diferencias que se encontraron en la muestra, tiene relación con la orientación sexual, la cual, en los hombres trans entrevistados es diversa, encontrando de

los 8 entrevistados, que 5 son heterosexuales, 1 es bisexual, 1 es pansexual, y 1 es homosexual. Dado que la muestra es pequeña, no podemos asegurar si esta situación se repetiría de la misma forma en una muestra mayor.

Para comprender de mejor manera las formas de masculinidad encontradas en los entrevistados, se realizó una entrevista exhaustiva, lo que arrojó una cantidad de evocaciones lingüísticas que pudieron ser agrupadas en categorías discursivas.

De estas categorías, se pueden dividir en dos grandes categorías discursivas, las cuales tienen relación con las identidades masculinas, en cuanto a la construcción de la masculinidad, tanto la social como la propia, y la corporalidad. Ver gráfico número 1.

Estas dos grandes categorías, tienen la facultad de lograr englobar la comprensión de la masculinidad no hegemónica, y como la hegemonía logran vincularse en un mandato social nuevo para estas corporalidades trans, vale decir, pasar del mandato social de la feminidad, a tener un mandato nuevo de masculinidad hegemónica existista.

Gráfico 01. Categorías discursivas.

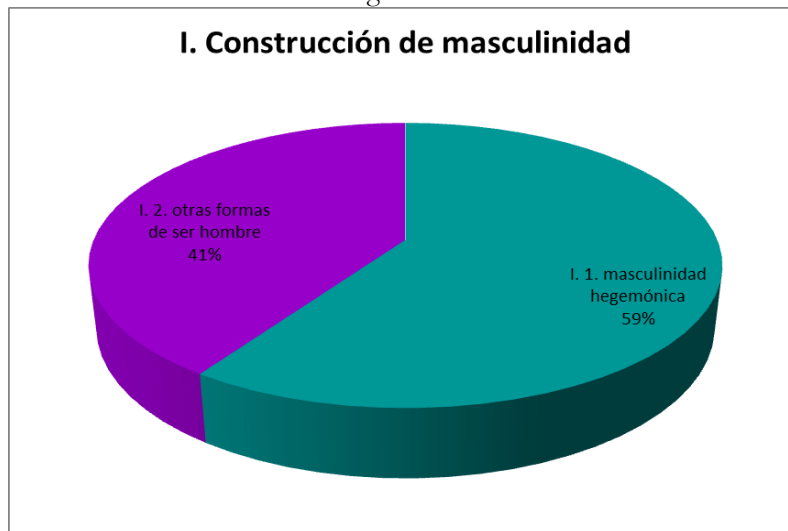


Fuente: elaboración propia.

De esta forma la primera categoría, de: Construcción de la masculinidad, tiene un total de 153 evocaciones lingüísticas, las cuales también serán subdivididas en otras categorías. Y la categoría de: Corporalidad, tiene un total de 138 evocaciones lingüísticas, las cuales están subdivididas en subcategorías sobre negación corporal y la posterior aceptación.

Se presenta la subdivisión de la categoría número 01, ver gráfico número 02.

Grafico 02. Subcategorías discursiva número I.



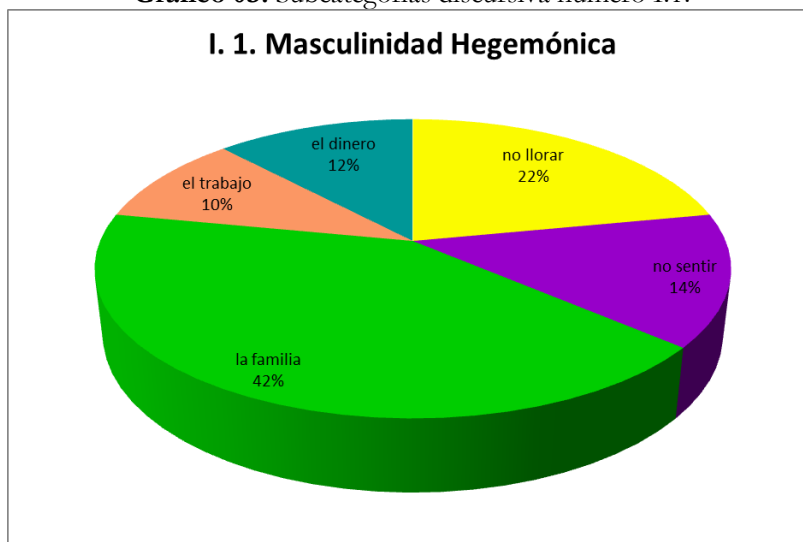
Fuente: elaboración propia.

Estas dos subcategorías, dan la proporción entre las evocaciones marcadas por una imposición de masculinidad hegemónica, con 91 evocaciones lingüísticas, y la creación de una masculinidad alternativa con 62 evocaciones lingüísticas, dando lugar así a que el mandato social suele ser mayor que la posibilidad de crear nuevas formas d masculinidad.

En este sentido al elaborar la categoría de la masculinidad hegemónica, nos encontramos que las corporalidades trans masculinas, viven la semejanza del mandato masculino cis-género, el cual promueve una idea de masculinidad exitista, basada en no poseer, o no demostrar los sentimientos, lo cual se refleja en la posición de asumir un privilegio masculino el cual estaría otorgado por una nueva apariencia.

Dentro de este mandato hegemónico, nos podemos dar cuenta, de que, una de las mayores evocaciones, que se repite a lo largo de las entrevistas en relación a la comprensión de la masculinidad, tiene relación con la familia. Quedando de manera casi igualitaria, los mandatos de no llorar, no sentir, el trabajo y el dinero. Ver gráfico número 03.

Grafico 03. Subcategorías discursiva número I.1.



Fuente: elaboración propia.

El mandato familiar en cuanto a la masculinidad, a diferencia del mandato biológico femenino, sobre la maternidad, radica, según Foucault (1998), en la obtención del derecho a la familia, la potestad masculina de poder mantener una familia, y otorgar las necesidades económicas de la misma. Por ende, la masculinidad recae en la posibilidad no solo de engendrar, sino que de poder mantener dicha prole.

La situación de la familia, queda evidenciada en las declaraciones de los participantes, como puede ser reflejado en las siguientes citas.

*Yo ya me di cuenta que la sociedad me ve como menos hombre por ser infértil, siempre me preguntan si tengo pene o no, y pero más allá de eso, la pregunta es si puedo engendrar mis propios hijos, me preguntan si tengo semen o no, cosas que a veces me cuestiono de si debería de contestar; parece muy importante para los demás el saber si yo puedo tener hijos. Me preguntan, me cuestionan, siempre, tengo pareja, y entonces ¿Por qué no hay hijo?, es recurrente. (Declaración de entrevista participante **PLATA**. Octubre 2018. 18:35 pm).*

No puedo tener familia, eso es lógico, o sea, no puedo yo hacer mi propia familia, de poder tener gente que uno considera familia, claro que se puede, pero de igual manera, siempre esta ese juicio moral del resto, de hacerte sentir que esa familia no es tuya, es como postiza. Es fuerte, doloroso, al final siempre te están recalcando que vas a morir solo por tus elecciones de vida. Me aburre que la gente continuamente me abrume con lo mismo. En mi caso es peor, porque soy gay, y siempre me preguntan qué porque me saque el útero, que tal vez si tuviera útero, me podría embarazar de mi pareja, nadie se

*cuestiona si yo quiero o no quiero embarazarme, sigo sintiendo que me tratan como una mujer, y que me presionan por que lleve a cabo un embarazo no deseado. (Declaración de entrevista participante **NÍQUEL**. Noviembre 2018. 20:00 pm).*

Estas declaraciones nos llevan a comprender diversas situaciones, aflora el mandato social del embarazo femenino, pero también el mandato de la paternidad en cuanto a poder hegemónico patriarcal, inclusive en relación a ello, se enfoca en la posibilidad económica, quedando esto más claro en la siguiente declaración.

*A mí me queda claro una cosa, no es solo el que me digan que debería ser padre, o que soy menos hombre por no tener pene, o por no tener semen, me siento que si yo fuera rico, no sería igual, de alguna manera me dicen que no soy lo suficientemente hombre para poder tener un trabajo bueno, ganar dinero, y poder mantener a una mujer, y a una familia, cuando lo pienso me da rabia y pena, pero también si sigo pensando, pienso en porque debería ser así, seguimos pensando que el hombre debe de mantener una mujer y a una familia, y yo no sé si quiero, o si puedo ser ese tipo de hombre; son las mismas formas de machismo de las cuales me escape, las que ahora me atormentan. De hecho este último tiempo he tenido crisis de pánico, y creo que tiene que ver con esa exigencia de trabajo, el tener que trabajar y mantener a todos, se asume que si quiero ser hombre debo ser un proveedor, eso es abrumador, no sé si el resto de los hombres que no son trans como yo se dan cuenta, o se agobian de la misma forma como me pasa a mí. (Declaración de entrevista participante **PLATA**. Octubre 2018. 18:35 pm).*

En cuanto a los sentimientos que afloran a raíz de la entrevista, y al indagar en el ámbito familiar, nos encontramos que la hegemonía masculina, coloca el mandato de que los sentimientos son prohibidos, incluso aquellos en relación a los mandatos de familia y trabajo; de esta forma se evidencia la presión social que las corporalidades trans masculinas sufren en relación al ocultar sus sentimientos. Queda expresado de la siguiente forma:

*Mira, ya me dijeron de todo, me han dicho –no querías ser hombre, yapo, ahora asume-, eso es típico, cuando he dicho que me siento presionado por el trabajo, o que me siento que presionado por el tema del dinero, afloran esas cosas, me dicen, –yapo, si eso es ser hombre, no es nah jauja-, la verdad es que me he dado cuenta que cuando lloro, o expreso mis sentimiento de cualquier cosa, inmediatamente me dicen que yo soy raro, y si continuo preguntando qué a que se refieren con raro, me dicen que si acaso soy homosexual, lo peor es que cuando digo que soy trans, siempre dicen –ahh, por eso, eso lo explica todo-, explica que, que es lo que explica, no entiendo, acaso eso es explica que sea sensible. (Declaración de entrevista participante **ORO**. Agosto 2018. 18:35 pm).*

A pesar de esta imposición social, según Foucault (1998 y 2003), en cuanto exista opresión, existe resistencia, lo cual ha ocasionado que los participantes de esta entrevista, generan formas diversas de entender la masculinidad, y evidenciar que existen otras construcciones de masculinidad, en cuerpos diferentes, no fálicos, y sobre todo, con estructuras culturales diferenciadas a las expuestas por una hegemonía patriarcal.

En relación a ello, se agrupan las evocaciones de la categoría discursivas sobre: otras formas de ser hombre. En donde destaca la evocación de ser trans, y la sensibilidad, seguido de ser libre. Ver gráfico número 04.

Grafico 04. Subcategorías discursiva número I.2.



Fuente: elaboración propia.

En este sentido, referente a los más bajos porcentajes que reflejan la idea de paternidad y homosexualidad, se puede destacar el hecho de generar una paternidad diferente, en donde no este implícito el engendrar de manera propia. De igual manera referente a la orientación, es la defensa de que la orientación no tendría relación con las identidades de género, en donde se destaca el libre albedrío de la construcción masculina de las corporalidades trans.

Referente a lo más característico de esta categoría, sobre el ser trans, la sensibilidad y el ser libre, se puede dejar expresado en las siguientes declaraciones.

*La masculinidad para mí está ligada con el activismo de ser trans, ya no me veo como algo fuera de lo trans; mi identidad es esa ser trans, más que ser hombre yo soy trans. (Declaración de entrevista participante **COBRE**. Octubre 2018. 19:15 pm).*

*Me sentí libre después de decir que soy trans, ya no me importo nada, si me miraban, si me criticaban, ya era libre, decirlo fue lo mejor, y no sentir temor de que me descubran, y de alguna manera se quedó conmigo solo las personas que me quieren realmente. Sabes, sentí una libertad de poder vestirme como quería, de poder hablar con las palabras que me gustaban, de poder decir que me gusta y que, y al fin poder experimentar una libertad que antes solo estaba en mi imaginación. (Declaración de entrevista participante **PLATINO**. noviembre 2018. 14:45 pm).*

Los participantes concuerdan en que las formas de sentirse libre en poder generar una masculinidad no hegemónica, radicaban en poder decir abiertamente su transexualidad,

lo cual dejaba en evidencia la fuga de género, y la fisura que esto ocasiona en el sistema. De igual manera la respuesta contestaría en relación a los sentimientos que pueden expresar las corporalidades entendidas como masculinas queda expresada en la siguiente declaración:

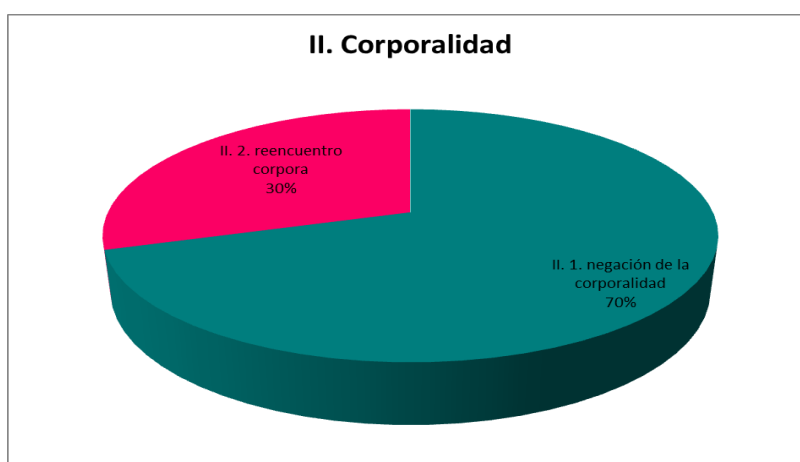
*En mi caso, ya me aburrí de tratar de ese hombre que me han dicho que debo ser, antes cuando recién empecé mi transformación, yo trate, trate mucho, de ser un hombre así, bien duro, sabes, un tipo bien como macho, esa imagen del hombre fuerte, ese que no llora, medio frío, y que no habla, no dice sus sentimientos. Ahora ya no, si tengo llorar, lloro, me emociono viendo propagandas, películas románticas, me costó, pero la verdad no creo que sea menos hombre por llorar, o por tener sentimientos, incluso me cuestiono otras cosas, ¿Qué es ser hombre?, ¿Qué significa ser hombre?, ya no tengo tan claro que es la masculinidad, o si es un invento de nuestra sociedad para tratar de mantenernos enfocados en una sola cosa. No sé, pero ya me libere de eso de no expresarme. (Declaración de entrevista participante **HIERRO**. octubre 2018. 15:30 pm).*

Este tipo de declaraciones, también dejan en evidencia que existe un nivel educacional en las personas entrevistadas, este hecho no puede ser pasado por alto al momento de comprender las declaraciones de las personas entrevistadas, ya que este hecho, genera que la posibilidad de comprensión de una transformación sea diferencial, en relación a aquellas personas trans que no poseen ese capital social y cultural.

Desde otro punto de vista, tenemos que la siguiente categoría, la categoría número II, referente a la Corporalidad, con 138 evocaciones lingüísticas, fue subdividida en dos subcategorías, 1 sobre la Negación de la corporalidad con 97 evocaciones lingüísticas y 2, sobre el reencuentro con el cuerpo con 41 evocaciones lingüísticas.

Esto también tiene una interpretación, en donde podemos ver que existen más evocaciones lingüísticas referentes a la negación corporal, que en relación al reencuentro corporal. Ver gráfico número 05.

Gráfico 05. Subcategorías discursiva número II.



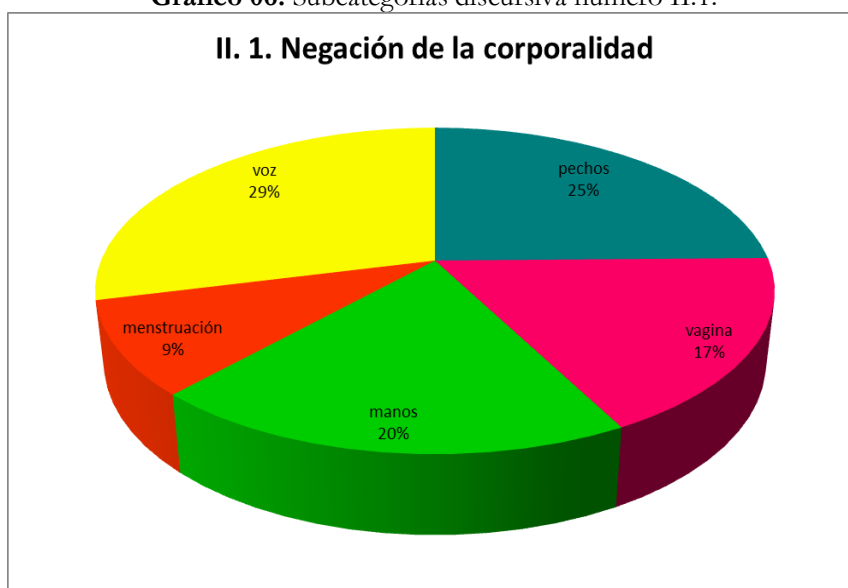
Fuente: elaboración propia.

Dentro de estas subcategorías, la categoría II.1 de negación de la corporalidad, tiene relación con el mandato fálico sobre el cuerpo masculino, en este caso, sobre la corporalidad trans masculina. En donde se puede apreciar que las evocaciones que más se repiten tienen relación con las características genitales, y características sexuales secundarias, como pechos y voz.

A pesar de ello, la evocación que más se repite, es sobre el tamaño de las manos, en donde generalmente la evocación va ligada a la idea de las manos como un símbolo visible de masculinidad, ya sea el tamaño, pero también la forma, vale decir si estas son ásperas, fuertes, en fin, formas de entender la masculinidad relacionadas a características corporales, las cuales no pueden ser modificadas por medio de hormonas o cirugías.

Esto se puede ver en el siguiente gráfico, (ver gráfico número 6), como también en la siguiente declaración:

Gráfico 06. Subcategorías discursiva número II.1.



Fuente: elaboración propia.

Me carga cuando la gente me mira, y ve mis manos, y me dicen que tengo manos de mujer, es absurdo, hay acaso una forma de tener manos de mujer o de hombre, además he visto hombres con mis manos, pero siento que la gente intenta justificar cualquier característica física en el hecho de que soy trans, y lo cual me dejaría entre comillas, con un cuerpo más femenino, o de alguna manera se justifica que tenga poca fuerza, porque en el fondo soy mujer, en fin, no son cosas que yo piense o crea, sino que son cosas que las personas colocan mi cabeza, en mi cuerpo, dándole valor a algunas partes de mi cuerpo en las cuales yo nunca me había fijado. (Declaración de entrevista participante ZINC. Noviembre 2018. 17:30 pm).

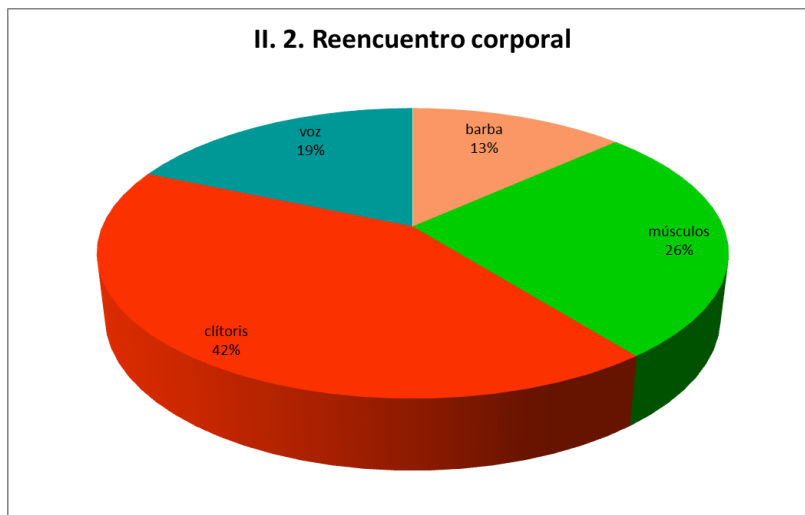
Referente a otras partes del cuerpo, se destaca en la misma declaración, la negación del cuerpo femenino, en pro de obtener un cuerpo masculino. Además de ello, colocando de manifiesto que sus corporalidades son disminuidas a mayor feminidad expresada, caso contrario, su corporalidad es elogiada, si se tiene características de masculinidad. Expresado de la siguiente forma.

*Tengo que admitir que siento un poco de rechazo sobre mi cuerpo, por ejemplo, me da vergüenza que me vean desnudo, a veces estoy con alguien, y ahí, me da vergüenza sacarme la ropa, que me vea los pechos, y si tenemos sexo, como mostrar que tengo, tu sabes...vagina, es fuerte, para mí es muy fuerte, y a veces prefiero no tener nada con nadie, solo para no pasar por eso. Es triste, no sé, quiero operarme luego, y también he pensado en la cirugía de sexo, porque, igual da miedo, dicen que no funciona, o que la cosa al final uno no siente nada, pero igual no sé si puedo sobrevivir así, me da miedo que me vean, o que me descubran, o incluso no se tener más sexo así. (Declaración de entrevista participante **PLATINO**. octubre 2018. 15:30 pm).*

A pesar de existir relatos que son de dolor, y rechazo corporal, tanto propio como social, se puede evidenciar también, como un foco de resistencia, en donde el acto de subversión corporal también tiene relación con la aceptación. Según Foucault (1998), la subversión y la resistencia están donde existe opresión, por lo cual el acto de ser una corporalidad subversiva cobra sentido solo en una sociedad que la oprime.

Del mismo modo, encontramos que estos cuerpos, abyectos socialmente por su corporalidad y sexualidad (BUTLER, 2005, 2006), son de alguna forma corporalidad en fuga de género, proporcionando una fisura sistemática, evidenciando que las masculinidades pueden ser comprendidas desde otro punto de vista. De esta forma, nace la categoría del reencuentro corporal, donde destaca una vez más la forma del genital, y las características secundarias de sexualidad. Ver gráfico número 07.

Gráfico 07. Subcategorías discursiva número II.2.



Fuente: elaboración propia.

Este nuevo entendimiento corporal, que genera una subversión de la masculinidad, y de la sexualidad, en cuanto, a las características de la corporalidad, y de la construcción social de lo masculino, pueden ser evidenciadas en las siguientes declaraciones:

*Logre volver a mirarme cuando me creció la barba, los pelos en general, me dieron la confianza que necesitaba sobre mi masculinidad, con pelos en la cara nadie duda de tu hombría, es hasta chistoso, nada más importa si tienes barba, ahí no hay duda, a veces me afeito, y me doy cuenta que la gente vuelve a dudar de mi masculinidad, es muy extraño. (Declaración de entrevista participante **ALUMINIO**. octubre 2018. 16:50 pm).*

*Una de las cosas que me tiene feliz de la testosterona, es el cambio en el cuerpo, sabes, mira me crecieron músculos con muy poco ejercicio, es bakan eso, me siento con un cuerpo mucho más masculino, la testosterona es mágica, tengo voz de hombre, se me engrosa como a los 4 meses de inyectarme, y los músculos no es que sea algo mágico, igual hago ejercicio, pero en si siempre hice, y no me crecían nada. Ahora esto es genial. (Declaración de entrevista participante **ORO**. octubre 2018. 15:40 pm).*

Estas características, son dentro de todo, una forma de reafirmar una forma de masculinidad, la cual es exigida de forma social, a pesar de ello, se busca generar una masculinidad diferenciada de la normativa, lo cual queda mucho más evidencia en la repetición de evocaciones respecto al clítoris, dejando en claro que la masculinidad, puede ser de una forma no fálica.

*Sabes, aprendí que mi masculinidad nueva, si puede ser incluso fálica, solo que con un neo falo, mi clítoris híper desarrollado, es mi falo, y con el penetró, esto puede ser incluso una forma feminista de entender que mi nuevo cuerpo masculino es hecho desde una vagina, para mí es una manera de burlarme del sistema. (Declaración de entrevista participante **HIERRO**. octubre 2018. 15:30 pm).*

Mira, me gusta que con la testosterona me ha crecido el clítoris, no es un pene, pero me hace sentir bien el hecho de que me haya crecido. Para mí no es un pene, pero tampoco

es una vagina, es algo diferente, algo que no tengo como definirlo, pero me hace sentir que mi genital ya no es femenino, y eso, a pesar de que sé que suena estúpido o muy fálico, siento que de alguna forma refuerza mi masculinidad el sentir de alguna manera que tengo algo distinto, igual soy consciente que tampoco es como un hombre biológicamente nacido hombre, pero es como un nuevo tipo de hombre, en sí un hombre trans. (Declaración de entrevista participante NÍQUEL. Noviembre 2018. 20:00 pm).

Esto demuestra de alguna manera un camino hacia la subversión de las corporalidades trans masculinas, en la búsqueda de un cuerpo no entendido desde el binarismo hegemónico, pero sí desde la resistencia de la disidencia sexual y corporal.

Consideraciones finales

Se puede considerar que este artículo logra dar cuenta de una breve concepción de la construcción de la masculinidad en las corporalidades trans masculinas de Santiago de Chile, lo cual fue logrado mediante la recopilación de entrevistas con 8 hombres transexuales.

De esta forma, según las declaraciones vertidas en la investigación, podemos dar como conclusión, o más bien como una consideración final, el hecho de que las masculinidades en las corporalidades trans masculinas, pueden ser entendidas como una forma de subversión y resistencia a la masculinidad hegemónica, pero también son blanco de discriminación, presión social, y de alguna manera son cuerpos colocados en juicio, por no seguir los mandatos femeninos, y posteriormente por no adecuarse a los mandatos masculinos.

Por ende, a modo de dar una consideración final, podemos colocar que este trabajo, abre un camino hacia la exploración de la masculinidad en corporalidades silenciadas en el ámbito académico, y con ello, mostrar una realidad cultural, en cuanto a la construcción social de los cuerpos y sus géneros.

Bibliografía

- BUTLER, J. **El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad**. Barcelona - España. Editorial Paidós. Edición 2006. 316 p
- BUTLER, J. **Cuerpos que importan: Sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"**. Buenos Aires - Argentina. Editorial Paidós. Edición 2005. p. 352.
- FOUCAULT, M. **Historia de la sexualidad: Volumen 1: La voluntad de saber**. Buenos Aires - Argentina. Editorial siglo XXI, Edición: 1998. p. 152.

FOUCAULT, M. **Vigilar y castigar: nacimiento de la prisión.** Buenos Aires - Argentina. Editorial siglo XXI, Edición: 2003. p. 314.

MASSEY, D. **Pelo espaço. Uma nova política de espacialidade.** Rio de Janeiro – Brasil. Editorial Bertrand, 2005. p. 314.

PRECIADO, B. **Manifiesto Contrasexual.** Barcelona - España. Editorial Anagrama. 2002. 176 p.

ROSE, G. **Situando conhecimentos, posicionalidade, reflexibilidade e outras táticas.** Referência no Original, ROSE, Gillian. Situating knowledges, positionality, reflexivities and other tactics. Progress in Human Geography, 21, 3. 1997. p. 305-320.

SILVA, J. M. **A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade.** Revista Geo UERJ. Ano 10 - nº 18 - Vol. 1 - 1º semestre de 2008. Editorial Universidade Estadual de Rio de Janeiro – Brasil. 2008. 16p.

SILVA, J. M. **Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica.** In: PIRES, C; HEIDRICH, A; COSTA, B. P. (Orgs). **Pluralidades dos Sujeitos: representações e ações no território.** Porto Alegre – Brasil. Editorial: Compasso Lugar e Cultura, 2016. p. 56-75.

RODRÍGUEZ. M. T. **Vivencias de sujetos en procesos transexualizadores y sus relaciones con el espacio urbano de Santiago de Chile.** Universidade Estadual de São Paulo, UNESP. Tesis presentada para obtención de título de magister. Presidente Prudente – SP, Brasil. 2012. p. 191.

RODRÍGUEZ. M. T. **Territorialización del Cuerpo: el cuerpo como un espacio de lucha.** Revista geográfica de América Central. v. 2. N. 47E. 2011. p. 1-11.

Sobre o autor – Informações prestadas pelo autor

Martin Ignacio Torres

Possui graduação em Geografia - Universidad de Chile (2009). Atuando principalmente na área social, posteriormente com um interesse na área do gênero trabalhando com os seguintes temas: transexualidade, gênero, sexualidade, espaços urbanos, cidade, Santiago de Chile e sociabilização. Mestre em geografia na Universidade Estadual Paulista (2012), com a orientação do Professor Doutor Raul Guimarães. Possui especialização em gênero e feminismo na Universidade Central de Santiago do Chile (2015). Aluno aceito para o doutorado com projeto de teses na orientação da Professora Doutora Joseli Maria Silva, o quem é a coordenadora do Grupo de pesquisa GETE de Estudos Territoriais.

Como citar esse artigo

TORRES, Martin Ignacio. Masculinidades y geografía: experiencias de hombres trans en el espacio hegemónico de Santiago de Chile. **Revista Geografia em Atos (Geo Atos online)** - Dossiê “Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade” - v. 1, n. 16, p. 76-94, mar, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7342

Recebido em: 29-08-2019

Aceito em: 26-01-2020

TERRITORIALIZAÇÃO E CONTEXTO HISTÓRICO DA PROSTITUIÇÃO TRAVESTI EM PRESIDENTE PRUDENTE – SP: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO BAIRRO VILA NOVA E JARDIM JABAQUARA

Mateus Vantuir Cardozo Lopes

orcid.org/0000-0002-3342-3435
Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
E-mail: mateusvantuir@gmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7285

Resumo

Neste trabalho procuramos compreender as relações socioespaciais que acontecem na prática da prostituição travesti em Presidente Prudente, mais especificamente no bairro Vila Nova, que foi palco dos bordes antigos da cidade e já foi considerado periférico, mesmo estando próximo ao centro. Os conceitos de território e territorialidades nos permitem fazer uma leitura geográfica do fenômeno. O trabalho também faz uma reconstituição histórica da expansão urbana desta parcela da cidade, que foi pouco explorada nos trabalhos acadêmicos. Trabalhando tempo e espaço de forma indissociável, o propósito central da pesquisa é fazer uma associação entre as dinâmicas de produção do espaço urbano e os trajetos da prostituição travesti, que instituíram um lugar complexo em que se encontram os moradores locais, os clientes e as travestis e manifestam múltiplas territorialidades.

Palavras-chave: Travesti; Territorialidade; Presidente Prudente; Prostituição.

TERRITORIALIZATION AND HISTORICAL CONTEXT OF TRANSVESTITE PROSTITUTION IN PRESIDENTE PRUDENTE – SP: AN APPROACH FROM VILA NOVA NEIGHBORHOOD AND JARDIM JABAQUARA

Abstract

In this work we seek to understand the socio spatial relationships they happen in the practice of transvestite prostitution in Presidente Prudente, more specifically in the Vila Nova neighbourhood, which was the scene of the old city's riverbanks and was already considered peripheral, even being close to the center. The concepts to make a reading of the geographical phenomenon. The work also makes a historical reconstruction of the urban expansion of this part of the city, which was little explored in the academic works. Working time and space in an inseparable way, the central purpose of the research is to make an association between the dynamics of production of the urban space and the paths of transvestite prostitution, which have established a complex place in which locals, clientes and transvestites and manifest multiple territorialities.

Key words: Transvestite; Territoriality; Presidente Prudente; Prostitution

TERRITORIALIZACIÓN Y CONTEXTO HISTÓRICO DE LA PROSTITUCIÓN TRAVESTI EN EL PRESIDENTE PRUDENTE – SP: UN ENFOQUE DESDE BAIRRO VILA NOVA Y JARDÍN JABAQUARA

Resumen

En este trabajo buscamos entender las relaciones socioespaciales que se producen en la práctica de la prostitución travesti en Presidente Prudente, más concretamente en el

barrio Vila Nova, que fue escenario del antiguo burdel de la ciudad y ya se consideraba periférico Incluso estando cerca del centro. Los conceptos de territorio y territorialidad nos permiten hacer una lectura geográfica del fenómeno. La obra también hace una reconstrucción histórica de la expansión urbana de esta parte de la ciudad, que fue poco explorada en obras académicas. Tiempo de trabajo y espacio de manera indisoluble, el propósito central de la investigación es hacer una asociación entre la dinámica de producción del espacio urbano y los caminos de la prostitución travesti, que instituyó un lugar complejo en el que se encuentran los residentes Clientes y Travestis y manifiestan múltiples territorialidades.

Palabras-clave: Travesti; Territorialidad; Presidente Prudente; Prostitución

Introdução

Este artigo faz uma breve apresentação de uma pesquisa desenvolvida entre 2016 a 2018 junto às travestis que desempenham o papel de prostituição no bairro Vila Nova em Presidente Prudente. O processo investigativo do trabalho partiu em responder questões relacionadas ao corpo e sexualidade e a territorialização destes sujeitos na cidade ao longo do processo de urbanização em Presidente Prudente.

As questões de gênero e sexualidade são temas relativamente novos na geografia brasileira. Em uma pesquisa feita por Silva; Ornat; Cesar; Chimin Junior; Przybys (2013), são levantando trabalhos – dissertações, teses e artigos periódicos – realizados no Brasil de 1987 a 2011, chegando a um total de 34 trabalhos sobre sexualidades e 50 sobre gênero.

A importância dos estudos de gênero e sexualidade está em que, por meio deles, é possível debater algumas das relações de poder que se estabelecem entre sujeitos marginalizados/excluídos e os espaços urbanos. Estamos nos referindo a sujeitos definidos por Silva (2013) como “abjetos”, que causam repulsa por parte da sociedade heteronormativa.¹

A compreensão destes temas pela geografia tem passado, normalmente pelo conceito de território, que envolve uma apropriação real e simbólica de espaço, sua negociação e controle (HAESBAERT, 2007). Uma apropriação que é, também, uma delimitação de fronteiras que separam os de dentro e os de fora, num jogo do qual, na cidade, participam tanto as travestis, quanto seus clientes, mas também a sociedade heteronormativa, que tem aversão a estes corpos.

Silva (2011, p. 32) afirma que a formação de territórios da prostituição surge como anseios da sociedade em construir um espaço de exclusão destinado à prostituição ou, às

¹ “Normas estabelecidas para dizer que apenas relações heterossexuais são naturais e/ou socialmente aceitas” Santana e Benevento (2013, p. 01).

vezes, espaços são criados para dar visibilidade a estes sujeitos. Ornat (2013, p. 238) utiliza o conceito de território paradoxal para explicar as relações *insider/outsider* produzidas pelas travestis e seus clientes, em territórios de prostituição descontínuos e combinados, nos quais estas posições se alternam. A prostituição é caracterizada pela sociedade como uma prática levada a efeito por um grupo marginal. Para nossa sociedade, o espaço “natural” da travesti, enquanto sujeito marginal, é o da prostituição que, via de regra, ocorre em locais “degradados” da cidade e no período noturno.

O trabalho que apresento está dividido em três pontos no qual apresento em um primeiro momento os conceitos de território mostrado em Haesbaert (2004 e 2007) e o de território paradoxal discutido na tese de Ornat (2011 e 2013). A compreensão de território mostrado pelos dois autores foi relevante ao evidenciar as formas de territorialidades da prostituição travesti em Presidente Prudente.

Em um segundo momento faço uma breve apresentação do contexto histórico da prostituição na cidade e das redes de prostituições que atuavam e as mudanças que tiveram ao longo do tempo, estes dados foram coletados através de duas entrevistas realizadas para a construção destes processos na cidade – dona da pensão que acolhe as travestis; travesti e ex-prostituta que atuou nos anos de baixo meretrício.

As entrevistas foram definidas em horários marcados e aplicadas de forma anônima para preservar a complexidade das relações que são dadas nos bairros. O nome das pessoas que puderam contribuir com esta pesquisa foi denominado com letras do alfabeto.

No terceiro ponto de destaque é apresentado o processo de urbanização do bairro Vila Nova e como foram dadas as práticas de prostituição ao longo do tempo e que tiveram embates entre para a sua consolidação e o desmanche do território.

Território da prostituição

Como dito logo na introdução, são múltiplas as discussões em que podem se encaixar as questões das travestis. A mais adequada para fazer uma relação entre o bairro Vila Nova e a prostituição é a partir da utilização do conceito de território. Ornat (2011) discute a questão da territorialidade travesti na cidade de Ponta Grossa. Ao introduzir o conceito de território o autor explica como acontecem as performances travestis no espaço:

A compreensão – das territorialidades – parte da prerrogativa de que o espaço é feito, segundo as práticas incorporadas, segundo a produção social de um espaço vivenciado cotidianamente, resultado de versões

particulares de performances relacionais. Da mesma forma, todas as interseções de diferentes dimensões de categorias identitárias das travestis são co-constituídas através destas relações entre espacialidades e temporalidades (ORNAT, 2011, p. 78).

O autor traz como exemplo as construções indenitárias das travestis prostitutas e suas construções nos espaços ao longo do tempo. Em Presidente Prudente, nos relatos das primeiras travestis que foram às ruas trabalhar com prostituição, mesmo sofrendo repressões policiais e a repulsa da população, o ato de resistir e ali permanecer todas as noites acabou por identificar a área como território da prostituição travesti na cidade – uma construção negociada, que se deu pela apropriação periódica e que é fundamental para a própria realização da atividade, que precisa de um ponto de referência no espaço, onde o serviço do sexo é oferecido. As intenções deste grupo de pessoas não eram causar a repulsa da sociedade para adquirir os espaços centrais que lhes são negados, mas conquistar o direito de estarem ali e exercer uma das únicas profissões abertas às travestis (a venda de serviços sexuais).

As travestis são caracterizadas por Silva (2011) como sujeitos abjetos, que causam repulsa na sociedade. A autora compreende que a prostituição se torna uma condição imposta para ter autonomia e independência financeira.

Ornat (2013, p. 210) afirma que “[...] se a prostituição é uma das poucas possibilidades que a sociedade ocidental oferece para as travestis, elas fazem desse espaço de prostituição seu território”.

A complexidade do território da prostituição travesti, que envolve tanto a rua, onde ocorre a exposição e o contato com o cliente se estabelece, onde os valores são combinados, quanto aos locais em que a transação é efetivada, que pode ser desde ruas desertas e terrenos baldios, até motéis e hotéis já preestabelecidos. Estes territórios descontínuos e as relações cambiantes entre travestis e clientes em cada um deles faz com que o território da prostituição travesti seja entendido como um “território descontínuo paradoxal”, tal como proposto por Ornat (2011), visto que neste território e nestas relações básicas (travesti/cliente) que o constituem não estão claramente definidos quem são os *insiders* e os *outsiders* do território. Numa definição mais convencional, território delimita um nó e um eles, demarca uma relação de alteridade, pela comunicação de fronteira. Mas no território da prostituição travesti, os clientes estão dentro e em cada uma das situações (no contato e na efetivação do serviço) muda sua posição de poder na relação.

A territorialidade da prostituição protagonizada pelas travestis acontece de forma diferente da feminina. Silva (2011, p. 26) argumenta que as performances das travestis prostitutas na cidade são distantes de outras performances femininas, pois a sociedade heteronormativa recusa as travestis na cidade. Em outras palavras, a prostituição de mulheres é aceita de forma que não causa tanto impacto e a prostituição de travestis acontece somente à noite e não durante o dia, como pode acontecer com a prostituição feminina.

Na área de estudo em Presidente Prudente é possível perceber que durante o dia, nos finais de semana, acontece a prostituição feminina. Ao anoitecer, as mulheres param suas atividades para dar lugar à territorialização da prostituição das travestis.

Estas duas práticas de prostituição – prostituição de mulheres e prostituição travesti – não se dão de forma simultânea (mesmos horários) no bairro Vila Nova. No decorrer do trabalho faço uma explicação sobre essas duas práticas e o papel da territorialização travesti, na qual a travesti mais antiga exerce o papel de organizar as diferentes formas de prostituição na cidade.

Nas noites da cidade de Presidente Prudente, a espacialização desta atividade, ao contrário do que se pensa, não resulta do mero acaso. A prostituição travesti acontece, sabidamente, numa área que pode ser considerada área degradada do centro (CORRÊA, 2003), próxima à rodoviária e ao terminal de transporte coletivo urbano. À noite, é uma área lúgubre, marcada pela presença de muitos outros sujeitos marginais, como moradores de rua e outros “nômades”.

Recorremos a Haesbaert (2004) para ressaltar a questão do território em dimensões simbólicas. O autor afirma que o conceito de território, mesmo que seja bastante polissêmico, contempla três dimensões fundamentais, quais sejam: política, econômica e a cultural. É através delas que a espacialidade que produz a territorialização se expressa. Assim, o território é um recorte espacial no qual um grupo social ou um sujeito “toma a posse” e, através de determinadas práticas, busca permanecer neste espaço a fim de cumprir seus objetivos. Haesbaert (2007, p. 28) também considera o processo de apropriação simbólica pois “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”.

A apropriação é, também, uma delimitação de fronteiras que separam os de dentro e os de fora, num jogo do qual participam tanto as travestis, quanto seus clientes, mas também toda a sociedade heteronormativa, que tem ojeriza destes corpos. Assim, a disputa

por território em que as travestis estão inseridas no seu cotidiano também se expressa como luta pela sua própria vida; por acesso à cidade da qual são excluídas.

Esses sujeitos travestis, ainda que marginalizados, vivem na cidade e dependem dela, afinal, como nos lembra Corrêa (2003), o espaço urbano é resultado do conflito entre interesses de vários agentes, inclusive de grupos sociais excluídos. Essas considerações nos permitem compreender a temática tanto do ponto de vista da geografia urbana, quanto da geografia das sexualidades, considerando suas múltiplas implicações, num esforço de produzir um trabalho que transita e conecta ambos estes subcampos da geografia.

Primeiros indícios de prostituição travesti em Presidente Prudente

Os primeiros indícios de prostituição travesti nas ruas de Presidente Prudente, especificamente no bairro Vila Nova, aconteceram por volta do final da década de 1980. Anteriormente ao início da prostituição na rua, esta acontecia de forma velada dentro de casas e hotéis.

Em entrevista com as travestis que estão há mais tempo na cidade, foi relatado que as áreas onde aconteciam práticas de prostituição estavam no bairro Jardim Jabaquara, que tem quatro ruas, e fica a 10 quilômetros do centro da cidade. Estas áreas eram conhecidas como zona do baixo meretrício. Mattos (2011) caracteriza áreas de “zona” e “meretrício” e define estes espaços na cidade do Rio de Janeiro como:

O inter-relacionamento entre a “zona” do meretrício e o “baixo” meretrício pode ser entendido como uma forma de distinção social entre dois tipos de prostitutas que dividem essas áreas. As prostitutas da “zona” eram mais novas e refinadas [...] que desenvolviam suas atividades em “pensões”, hotéis aristocráticos e casas de espetáculos sofisticada [...]. As prostitutas de “baixo” meretrício, em contrapartida, eram mestiças, que se instalavam em hospedarias, botequins, estalagens e “alcouces”, estando a imagem cotidiana desses logradouros associados à desordem em função da prática comum das rameiras nas calçadas das ruas de sua área (MATTOS, 2011, p. 48).

Assim como no Rio de Janeiro, as casas de “zonas” em Presidente Prudente se davam a partir da junção entre a prostituição travesti e a feminina no Jardim Jabaquara, até o final dos anos de 1980. Este bairro, era caracterizado como área de baixo meretrício por não proporcionar um ambiente de prostituição sofisticado e requintado, mas somente as casas voltadas à prostituição.

Ribeiro e Oliveira (2011) afirmam que a prostituição feminina acontece em espaços de “fachada”, com anúncio de prestação de serviços relacionados à massagem, casas de dança e bares. Este modo de prostituição tende a ter um custo maior do que as de rua.

O Jardim Jabaquara, por volta dos anos de 1970, não tinha uma estrutura de saneamento básico e era composto apenas por uma rua denominada de Rua Mercúrio, onde atualmente está localizado o pensionato que acolhe as travestis vindas de outras cidades para a prática de prostituição em Presidente Prudente.

Em entrevista, a travesti T² descreve o bairro – Jardim Jabaquara – e as casas destinadas à prostituição feminina e travesti no baixo meretrício, que aconteciam de forma simultânea:

Antes, na casa maior que eu morava, era a casa maior que eu tinha, porque era a mais conhecida, porque eram as mulheres mais lindas, só tinha gaúchas na casa, do olho azul e os homens vendiam casa, vendiam carros para pagar essas mulheres, porque tudo era novidade [...] tem mulher hoje aqui no bairro que tem cinco ou seis casas por causa, em relação a isso, porque eram mulheres de programa na época, e foi viver uma vida normal, fora dessa profissão [...] inclusive o nome das ruas desse bairro é tudo nome de planeta hoje e antes era, não era esses nomes eram ruas dos prazeres rua não sei do que [...] era um bairro né todo pra prostituição, hoje em dia não tem mais isso aqui, não (Travesti T).

As ruas davam cenário a casas com dois a três quartos, comandada e organizada pelo processo de cafetinagem. Cada casa tinha a cafetina, que desenvolvia o papel de proprietária da casa, tendo a função de efetuar a cobrança dos aluguéis dos quartos e pagamento das dívidas que a casa de prostituição gerava. O papel da gerente era fazer o contato entre a prostituição-cliente, organizar os horários de programa das travestis que frequentavam a casa e resolver problemas do cotidiano da prostituição.

No período em que as casas voltadas para a prostituição estiveram abertas no Jardim Jabaquara – época do baixo meretrício - há diferença das relações que as travestis tinham com os atuais pontos de prostituição – a rua. Nas entrevistas, é mostrado que estes locais possuíam uma restrição, a rede de prostituição não acontecia de forma combinada e com apresentação entre as travestis de outras cidades.

Ali era uma zona antigamente, frequentei muito aquela zona [...] a zona ali era muito boa, mas a convivência com as travestis era muito difícil, era muito rígida, não era como hoje que chega, fica bagunça, faz o que quer e

² Entrevistada T, 33 anos, trabalha com prostituição no bairro Vila Nova, moradora do bairro Jardim Jabaquara. Entrevista realizada no dia 15 de julho de 2017.

vai embora. Na nossa época, quando chegava uma travesti de fora, a gente tinha que investigar quem que era a travesti, aí se visse que era gente boa e não roubasse aí ficava na cidade, se não, nós levava era na pista ou na rodoviária punhava ela dentro do ônibus e mandava embora [...] aí chegava se convivesse com a gente bem, bem se não a gente já punhava pra fora (Travesti I³).

As travestis que atuavam na cidade tentavam levar em consideração a preservação do bem-estar na atividade da prostituição, nas diferentes relações que se davam na cidade, principalmente policial. Não era qualquer travesti que poderia vir de outra cidade, precisava fazer um contato direto com conhecidas de Presidente Prudente e fazer a prática da prostituição nas zonas da cidade.

A organização das zonas tinha uma hierarquia, para acolher as travestis e mulheres vindas de outras cidades, era cobrado o aluguel para dormir nas casas e, posteriormente – nos períodos noturnos –, ocorria a prostituição. Logo na chegada das travestis nas zonas, seus corpos passavam por transformações, com a aplicação de hormônios caseiros, o que era uma revolução para a época.

Em um trecho da entrevista, a travesti I, conta um pouco do processo de transformação do corpo:

[...] quase morri, fui no hospital ninguém queria saber, não sabia o que fazer, queriam arrancar meu peito fora e eu não deixei, aí passou um tempo e eu fui e coloquei mais meio copo de vidro de silicone no peito, mas me arrependo até hoje de ter posto isso [...] dói muito, no frio dói de mais você precisa de ver, no frio empedra [...] eu coloquei foi industrial, foi o primeiro silicone que chegou (Travesti I).

O processo de mudança no corpo das travestis no período em que vigoravam as casas no Jardim Jabaquara era algo inovador tanto para as travestis, quanto para a procura por esses corpos. Mesmo com a demanda de clientes que buscavam seus corpos, estes eram vistos como um lugar pertencente ao “submundo”, os mais obscuros da época. Na mudança do corpo, certos clientes procuravam as travestis por curiosidade em ver um corpo em trânsito entre o masculino e o feminino.

A prostituição na rua aumenta a situação de vulnerabilidade das travestis, por estarem em um local totalmente exposto. A prostituição nas ruas acontecia há bastante tempo, mesmo paralelamente à existência da zona do baixo meretrício no Jardim Jabaquara,

³ Entrevistada I, 52 anos, nascida em Presidente Prudente, ex-prostituta, trabalha como diarista. Entrevista realizada 21 de novembro de 2018.

mas não era algo como atualmente, em que acontece somente nestes locais públicos. Em Presidente Prudente, desde a época das zonas, nas áreas centrais, ocorria uma prostituição dita como marginal, na Avenida Brasil e na Rua Rui Barbosa.

Depois que fechou a zona aí que as travestis foram para as ruas, aí frequentamos a Praça da Bandeira, aí a polícia arrancou nós dali, aí jogamos lá na Rui Barbosa, aí nós fazemos a Rui Barbosa, Av. Brasil e a Rodovia [...] o ano foi em 1980. Aí, depois que fechou a zona tinha a casa da Soraya só, foi onde as travestis moravam e entregou a casa para a T e foi embora (Travesti I).

O único empecilho para a prostituição era a polícia que impedia o funcionamento. Em relatos, no processo de produção de informações, foi dito que a prostituição feminina não tinha tanto embate quanto a das travestis.

Os locais de zona tinham um papel fundamental para a segurança e acolhimento das travestis. O processo de cafetinagem mantinha uma segurança e organização das zonas do baixo meretrício.

O financiamento e o favorecimento da prostituição são proibidos no Brasil desde o decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Em análise dos dados levantados, é possível afirmar que, em Presidente Prudente, a partir do final da década de 1970, com a derrubada dos cortiços nas áreas centrais e no Jardim Jabaquara, houve aptidão para a prática de prostituição em ambientes fechados fornecidos pela cafetinagem.

Em Presidente Prudente existem dois pensionatos que recebem as travestis vindas de outras cidades, estados e países. Cada casa tem seu ponto principal de prostituição (Rua Dr. Cyro Bueno e Vila Nova). Todavia, nas entrevistas foi identificado que não existe essa dominação sobre todas as travestis vindas de outras cidades.

Ornat (2011) apresenta as motivações de deslocamento das travestis entre cidades: “A medida em que a travesti e seus serviços tornam-se rotina, os rendimentos começam a diminuir, e isso leva a buscar outras cidades, inclusive mediante a intermediação entre as cafetinas” (ORNAT, 2011, p. 229). A partir do momento em que as travestis mudam de cidade, elas passam a ter novos clientes, criando uma rotatividade de suas rendas.

O pensionato recebe travestis vindas de outros estados, porém, o suporte que estas recebem não acontece como em cidades maiores - inserção de silicone, pontos de prostituição e proteção. As travestis que hoje chegam em Presidente Prudente, vêm em busca da tranquilidade que outras cidades, como São Paulo e Campinas, não possuem, desta forma,

proporcionando e contribuindo para as novas formas de representatividade ao universo da prostituição na cidade.

Descrição do bairro Vila Nova e o processo de des-territorialização da prostituição travesti

Os estudos realizados a partir da vivência dos corpos travestis relacionados à prostituição, mostra que estas práticas estão presentes nas ruas centrais, próximos a terminais rodoviários ou em locais onde haja uma grande parcela de edificações voltadas ao comércio e serviços

O bairro Vila Nova foi um dos primeiros a ser construído na cidade de Presidente Prudente, para além do núcleo inicial, que hoje constitui o centro tradicional da cidade. Ele está localizado próximo da área central e do marco zero da cidade – a Catedral de São Sebastião. Os lotes do bairro estão centrados entre as Avenidas Manoel Goulart, José Soares Marcondes, Brasil e Marechal Deodoro.

A Vila Nova teve suas primeiras construções por volta da década de 1920, após a consolidação das Vilas Goulart e Marcondes. Spósito (1983, p. 72) afirma que a Vila Goulart precisava ampliar. Assim, foi realizada uma espécie de duplicação do plano urbano da cidade, estendendo-o na sua porção sul. Foi assim que o bairro começou a ser edificado. Desde a sua construção, o bairro Vila Nova foi caracterizado como periférico, por estar “longe” do centro, no início do processo de expansão urbana da cidade – hoje trata-se de um bairro pericentral.

Atualmente, o bairro apresenta terrenos ocupados por uma divisão entre o comércio e residências. As funcionalidades destas edificações estão mescladas entre comércio/residência, onde muitas das vezes a moradia destas pessoas estão concentradas na parte superior da edificação e na inferior – a parte de baixo – está o comércio. Outra característica destas edificações é que o comércio pertence ao dono e morador do terreno. Desta forma, o bairro apresenta 69 edificações com estas características.

O bairro também é cenário a grandes movimentações de carros e pessoas tanto de dia quanto ao anoitecer – Durante o período diurno são devido à localização dos terminais de ônibus; os bares da Avenida Brasil; o shopping center; o acesso rápido ao centro; a presença de comércio; e a presença de hotéis. No final da tarde e à noite, o movimento

acontece por conta da demanda da prostituição e da presença do CRAS⁴ (Centro de Referência da Assistência Social).

As formas como são dadas as práticas cotidianas no bairro Vila Nova podem ser consideradas diversificadas, pois há presença de comércio e serviços de diferentes áreas (hotelaria, transporte, médicos, bares, etc.), funcionando no horário comercial - 8:00 às 18:00 – e trânsito de pessoas e carros a todo momento.

O bairro Vila Nova, por muito tempo, foi cenário á práticas de prostituição devido às formas cotidianas das travestis. Em Presidente Prudente, a prostituição não está restringida somente ao bairro Vila Nova, existem locais na cidade onde a prostituição ocorre de forma não corriqueira, como é o caso da Rua Dr. Cyro Bueno. É provável que as formas de territorialização das travestis nesta rua se deram de modos diferentes das territorializações no bairro Vila Nova, proporcionando significados distintos aos espaços.

Ao final deste trabalho, aconteceu uma situação que pode ser entendida como processo de desterritorialização da prostituição travesti. Diante a embates com uma parcela da população residente no bairro, as travestis tiveram que deixar este local e retornar à Rua Rui Barbosa, localizada ao centro da cidade.

Desta forma, podemos perceber as constantes formas de (des-re)territorialização que estes sujeitos são enfrentados a todo momento. O espaço que foi conquistado durante anos, respeitando a população local em um bairro que há uma grande parcela de usos voltados ao comércio e serviço, teve que ser deixado, mudando os significados de pertencimento por parte das travestis.

Haesbaert (2004) mostra que a desterritorialização dos grupos sociais acontece como um deslocamento físico, mas também pode se dar sem níveis de mobilidade espacial, com base apenas na negação de sua expressão simbólico-cultural. Desta forma, esta colocação pode definir as constantes transformações da vida das travestis que, forçadas a deixar o bairro, já identificado no imaginário social como território da prostituição, seus direitos são violados sendo preciso reconstruírem seus territórios de prática profissional e novamente, pela sua permanência e persistência, instituir neste espaço a sua identificação social com a prostituição travesti.

⁴ O Governo Brasileiro caracteriza o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) como “[...] responsável por organizar e oferecer serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social” (Brasil, 2011).

Considerações Finais

Neste tópico de considerações finais, é possível afirmar que as formas como são dados os territórios pelas travestis em Presidente Prudente não são do mesmo modo como nos trabalhos mostrados em outras cidades como no Rio de Janeiro, São Paulo e Ponta Grossa.

Chego a esta conclusão colocando que as performances travestis tendem a mudar de um local para outro e de uma delimitação de fronteira à outra, até mesmo em relação a grupos específicos – outras travestis em outras áreas da cidade, prostituição feminina e masculina, moradores e clientes.

Mesmo que Presidente Prudente seja considerada uma cidade média, não é possível compará-la com outras cidades que possuem maiores demandas e diversidades corporais nos serviços oferecidos pelas travestis. Não há muitas opções de espaços que se oferecem como possibilidade de constituição de territórios da prostituição travesti. A Vila Nova tem uma trajetória que há muito tempo está associada com a prática da prostituição, um tempo que já não pôde ser recuperado pela memória dos sujeitos sociais

Por outro lado, os pontos positivos que podem ser destacados são que a cidade tem uma tranquilidade diferente de outras mais movimentadas e talvez isso proporcione uma expectativa de vida maior aos sujeitos. Em estudos apresentados por Silva (2013), fica evidente que a expectativa de vida das travestis é de 33 anos. Esta expectativa ocorre devido ao desgaste físico e psicológicos que são impostos para as travestis.

Ao término desta pesquisa, compreendo que o trabalho contribuiu para a visibilidade da prostituição travesti na cidade. No decorrer da pesquisa foi possível apontar que as travestis em Presidente Prudente constroem cotidianamente suas identidades nas ruas – de forma plural – a partir de trocas de experiências entre elas e da vivência no espaço urbano.

O território e os laços construídos entre as travestis novas e as antigas proporcionam um fortalecimento do território da prostituição, mesmo que a manutenção dele não dependa somente delas, mas sim de todo um conjunto de sujeitos que estão inseridos de forma direta ou indiretamente na vida destas pessoas – população residente no bairro Vila Nova, clientes, companheiras de trabalho e família.

O território da prostituição travesti em Presidente Prudente é (re)modelado em diferentes tempos e espaço, como aconteceu no Jardim Jabaquara, no centro da cidade e na Vila Nova. As territorializações que foram discutidas no trabalho poderão ser retomadas em futuras análises, a partir da construção dos corpos travestis e dos caminhos que estes sujeitos poderão vir a traçar nos espaços.

Referências

- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2003.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*. Niterói, Ano IX – v 9, n17, p. 20-46, 2007.
- MATTOS, R. B. A dinâmica dos espaços da prostituição na cidade do Rio de Janeiro: 1840-140. In: RIBEIRO, M. A; OLIVEIRA, R. S. (org.) **Território sexo e prazer**: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira 1ed. Rio de Janeiro - RJ: Gramma, 2011. 45-62.
- ORNAT, M. J. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa - PR**. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa - PR.
- ORNAT, M. J. Território descontínuo paradoxal e prostituição na vivência travesti do sul do Brasil. In: SILVA, J.M; ORNAT, M. J; CHIMIN JUNIOR, A. B. (org.) **Geografias malditas**: corpos, sexualidade e espaços. 1ed. Ponta Grossa – PR: Toda Palavra, 2013. 207-241.
- ORNAT, M, J. **Território descontínuo e multiterritorialidade na prostituição travesti através do Sul do Brasil**. 2011. 279f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ.
- RIBEIRO, M.A; OLIVEIRA, R.S. A Prostituição Feminina fechada na cidade do Rio de Janeiro: Dinâmica e organização espacial. In: RIBEIRO, M. A; OLIVEIRA, R.A. (org.). **Território sexo e prazer**: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira. Gramma. Rio de Janeiro, 2011.p. 63-74.
- SANTANA, V. C; BENEVENTO, C. T. O conceito de gênero e suas representações sociais. **EFDeportes**. Buenos Aires, Ano 17 – v1, n174, p. 1-10, 2013.
- SILVA, J. C. O conceito de território na geografia e a territorialidade da prostituição. In: RIBEIRO, M.A; OLIVEIRA, R.A. (org.) **Território sexo e prazer**: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira. Gramma. Rio de Janeiro, 2011.p. 9-12.
- SILVA, J. M. Espaço interdito e a experiência urbana travesti. In: SILVA, J.M; ORNAT, M. J; CHIMIN JUNIOR, A. B. (org.) **Geografias malditas**: corpos, sexualidade e espaços. 1ed. Ponta Grossa – PR: Toda Palavra, 2013. 143-182.
- SILVA, J. M; ORNAT, M. J; CESAR, T. R. A. O; CHIMIN JUNIOR; A. B; PRZYBYSZ, J. O corpo como elemento das geografias feministas e queer: um desafio para o Brasil. In: SILVA, J.M; ORNAT, M. J; CHIMIN JUNIOR, A. B. (org.) **Geografias malditas**: corpos, sexualidade e espaços. Ponta Grossa – PR: Toda Palavra, 2013. 85-142.

SPOSITO, M. E. B. **O “chão” em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana.** 1983. 230f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1983.

Sobre o autor – Informações prestadas pelo autor

Mateus Vantuir Cardozo Lopes

Atualmente cursa mestrado no programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Júlio de Mesquita Filho - Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT-UNESP) campus de Presidente Prudente. Graduando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Júlio Mesquita Filho Faculdade de Ciências e Tecnologia FCT, Campus Presidente Prudente. Desenvolveu um projeto voluntário para o Apoio Técnico pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no ano de 2017 no GAsPERR - Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais. Fez parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Como citar esse artigo

LOPES, Mateus Vantuir Cardozo. Territorialização e contexto histórico da prostituição travesti em Presidente Prudente – SP: Uma abordagem a partir do bairro Vila Nova e Jardim Jabaquara. **Revista Geografia em Atos (Geo Atos online)** - Dossiê “Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade” - v. 1, n. 16, p. 95-108, mar, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7285

Recebido em: 29-08-2019

Aceito em: 20-01-2020

PRÁTICAS INVESTIGATIVAS NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DAS MASCULINIDADES E PRÁTICAS ESPACIAIS DE HOMENS GAYS PRETOS¹

Gustavo Henrique Pereira da Silva

orcid.org/0000-0001-9047-8830
Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
E-mail: gusta255@hotmail.com

DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7284

Resumo

O presente texto é resultado das reflexões realizadas no âmbito da disciplina de “Metodologias de Pesquisa Qualitativa para Geografia” e procura realizar uma aproximação com a discussão das masculinidades dos homens gays pretos e suas práticas espaciais de consumo e lazer nas cidades, principalmente aquelas de pequeno e médio porte, que em grande parte não dispõem de espaços majoritariamente frequentados por esses sujeitos, uma vez que, mesmo nas cidades grandes poucas são as experiências que enfocam esse público. Visto a dimensão qualitativa e social do trabalho é destacado também as contribuições das metodologias qualitativas para a Geografia e suas potencialidades para as práticas investigativas quem tem como objeto científico os sujeitos sociais.

Palavras-chave: Masculinidades; Homens gays pretos; Objeto Científico.

RESEARCH PRACTICES IN GEOGRAPHIC SCIENCE: CONTRIBUTIONS TO THE STUDY OF MASCULINITY AND SPATIAL PRACTICES OF BLACK GAY MEN

Abstract

The present text is the result of the reflections made within the discipline of "Metodologias de Pesquisa Qualitativa para Geografia" and seeks to approach the discussion of the masculinity of black gay men and their spatial practices of consumption and leisure in the cities, especially those of small and medium size, which largely do not have spaces predominantly frequented by these subjects, since, even in the large cities few are the experiences that focus on this public. Since the qualitative and social dimension of the work is also highlighted the contributions of qualitative methodologies for the geography and its potentialities for the investigative practices who have as scientific object the social subjects.

Key words: Masculinities; Black gay men; Scientific object.

PRÁCTICAS DE INVESTIGACIONES EN CIENCIAS GEOGRAFICAS: CONTRIBUCIONES AL ESTUDIO DE MASCULINIDAD Y PRACTICAS ESPACIALES DE HOMBRES GAY NEGROS

¹ O presente trabalho alicerça-se em reflexões pessoais e contribuições suscitadas pela disciplina de “Metodologias de Pesquisa Qualitativa para Geografia” ministrada pelo docente Nécio Turra Neto no programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Campus de Presidente Prudente. Nesse sentido, empregou-se no texto a primeira pessoa do singular na linguagem científica.

Resumen

El presente texto es el resultado de las reflexiones realizadas en el contexto de la disciplina de "Metodologías de Pesquisa Qualitativa para Geografia" y busca abordar la discusión sobre la masculinidad de los hombres gay negros y sus prácticas espaciales de consumo y ocio en las ciudades, especialmente las de pequeño y mediano tamaño, que en su mayoría no tienen espacios mayormente frecuentados por estos sujetos, ya que incluso en las grandes ciudades hay pocas experiencias que se centren en este público. Teniendo en cuenta la dimensión cualitativa y social del trabajo, también se destaca las contribuciones de metodologías cualitativas para la geografía y sus potencialidades para las prácticas de investigación cuyo objeto científico son los sujetos sociales.

Palabras-clave: Masculinidades; Hombres gay negros; Objeto científico.

Introdução

A construção do objeto científico se coloca como um desafio para o pesquisador dentro de sua trajetória acadêmica, surgem questões como, qual o caminho a seguir? Quais metodologias devem ser acionadas para analisar determinado objeto?

O presente texto é resultado das discussões que foram realizadas na disciplina de "Metodologias de Pesquisa Qualitativa para Geografia", a partir de inquietações que foram suscitadas e o entendimento das masculinidades e das práticas espaciais por parte de homens gays pretos.

Participar desta disciplina e dos debates suscitados foi um desafio, pois dentro da minha trajetória acadêmica vinha me dedicando a temas mais gerais e direcionados à geografia física, que de maneira geral apresenta um caráter mais impessoal na relação com o objeto científico. No entanto, me vi provocado pelas potencialidades que os procedimentos de cunho qualitativo podem ter na ciência geográfica. Turra Neto (2012) destaca que há uma carência acerca do debate metodológico no campo de pesquisa qualitativo em Geografia, dialogando então com outras áreas do conhecimento, como a Antropologia; Sociologia; História oral etc.

Deste modo, ao pensar uma Geografia que tem o sujeito como seu objeto, é imprescindível não se ater a realidade vivida pelas pessoas e para além disso se questionar, quem são esses sujeitos, o que falam e de onde falam.

Surge então o desafio de refletir sobre a melhor estratégia a ser acionada, que permitirá ao pesquisador responder de maneira satisfatória os questionamentos elaborados e os objetivos que foram delimitados. Dentro da disciplina foram apresentados um conjunto de procedimentos de caráter qualitativo: história oral; observação participante; entrevistas;

grupo focal; netnografia; cartografia social; pesquisa-ação; análise do discurso e do conteúdo. Na pesquisa qualitativa são acionadas estratégias

[...] que produzem dados chamados qualitativos, o que significa que são informações ricas em pormenores descritivos, relativamente a pessoas, lugares, acontecimentos, registros orais de depoimentos, histórias de vida etc. e que oferecem complexo tratamento – de difícil sistematização. Informações que não são próprias para um tratamento estatístico, por exemplo, em que vale mais a imaginação, a habilidade e destreza interpretativa do pesquisador (TURRA NETO, 2012, p.4).

Tais metodologias podem permitir a exploração da cultura, do objeto científico construído e possibilitar uma “descrição densa” da realidade estudada (GEERTZ, 2013)². Geertz (2013) a partir da Antropologia e do método etnográfico apresenta a descrição densa não apenas como uma descrição dos fatos ou da realidade, mas uma análise preocupada com os significados e com a captação dos sentidos que são constituídos socialmente.

Acerca da escrita científica, destaco a ideia da escrita como um devir, onde nada é estático, tudo passa a ter movimento, desde o pesquisador, o sujeito, os conceitos, ou seja, esse movimento é resultado de como a teoria e os sujeitos se afetam e são afetados mutuamente (MEJIA, 2015), a relação de troca entre pesquisador e pesquisado acontece em todas as etapas da pesquisa.

A partir disso, passei a me questionar, qual estratégia metodológica poderia responder satisfatoriamente quanto a produção de informações (TURRA NETO, 2012) e auxiliar na compreensão das práticas espaciais de homens gays pretos e na construção de suas masculinidades, isso em meio a hegemonia da heteronormatividade do homem branco.

A cultura, o objeto, metodologias e o pesquisador

Geertz (2013) estudou a cultura a partir de significados, para o autor, cultura seria uma teia de significados. A análise dessa teia também seria cultura e a missão do etnógrafo seria desvendar os significados, estabelecendo relações entre si.

Para Geertz (2013), o conceito de cultura é essencialmente semiótico,

acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise [...], como uma ciência interpretativa, à procura do significado (2013, p. 4).

² É muito comum nas ciências sociais o questionamento sobre a definição de cultura, ou o que seja cultura. Clifford Geertz, importante antropólogo estadunidense, baseou sua conceituação de cultura nos escritos de Max Weber.

Geertz (2013) considera a cultura, um sistema semiótico de signos entrelaçados e interpretáveis,

[...] a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade (GEERTZ, 2013, p. 10).

A antropologia proposta por Geertz pressupõe a partir da análise do método etnográfico o estudo da cultura, de forma minuciosa, caracterizada pela riqueza na produção de informações e detalhes. Nessa abordagem, a cultura seria analisada e explicada a partir de um conjunto de estratégias que são trabalhadas e retrabalhadas continuamente e de modo sistemático (GEERTZ, 2013). A cultura seria acessada através da etnografia, que faz uma descrição densa, do comportamento manifesto, visto que cada comportamento é um ato de comunicação e, portanto, tem significado.

A partir disso, referindo-se a construção do objeto científico, Marre (1991, p.10) diz que “[...] raramente um processo ou um objeto de estudo é escolhido por si e em si mesmo, isolado de qualquer sistema de valores”, ou seja, essa escolha está relacionada aos valores que são elencados pelo pesquisador, podendo também adquirir valor para outros indivíduos que reconheçam a importância da pesquisa.

Portanto, o objeto científico é construído no decorrer da pesquisa e não *à priori*, pois ao lidar com o sujeito, não estamos lidando com um objeto estático. Todo o conhecimento é situado, resultado de escolhas teóricas e metodológicas, de posicionamento (MARRE, 1991; HARAWAY, 1995), da subjetividade que há em qualquer ser social, portanto, o conhecimento, as respostas obtidas, são sempre um discurso possível do objeto pesquisado (MARRE, 1991).

Baseado nas concepções apresentadas por Marre (1991), destaco que o interesse pelo tema proposto se deu com as impressões e inquietações que tive, enquanto homem gay preto, nas diferentes cidades de porte médio e pequenas do interior do estado de São Paulo que visitei e a falta de espaços de sociabilização, consumo e ofertas de diversão voltados para homens gays pretos.

Parecia-me que tais sujeitos não usufruíam da cidade e não manifestavam suas identidades, não via nesses espaços práticas de lazer, consumo por parte desses homens,

como acontecia em cidades grandes, como por exemplo São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro, em festas como a *Batekoo*, ou mesmo outros espaços de encontro, mesmo que de forma ainda localizada.

Nesse sentido, Ratts (2007) argumenta, que nas grandes cidades brasileiras têm locais com predominância de gays e lésbicas, no entanto, não há locais LGBTQTT frequentados majoritariamente por pessoas negras, sendo que experiências como as da *Batekoo* e demais eventos direcionados para esse público são recentes e recaem na necessidade de atingir uma população socialmente excluída.

A identificação com o tema e as inquietações geradas me levaram a procurar compreender o porquê isso ocorre e a pensar em metodologias de pesquisa que pudessem ser acionadas na busca e produção de informações. Isso se coloca como um desafio, pois conforme salienta Ribeiro (1999), a realidade é imprevisível, ou seja, por mais que o pesquisador crie estratégias de pesquisa que anteceda sua ida ao campo, novas estratégias também podem ser desenvolvidas no processo, outros rumos podem ser tomados, demonstrando a complexidade das pesquisas sociais.

Nas pesquisas sociais há uma preocupação do pesquisador em procurar ouvir os sujeitos. O ouvir para Kilomba (2016) refere-se a uma autorização para quem fala, sendo que no caso das pessoas negras³ a discussão da fala vai de encontro a noção de silenciamento, pois conforme destaca Kilomba (2016, p. 2) “não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes têm sido constantemente silenciadas através de um sistema racista”. Nesse sentido, limites são impostos pela branquitude⁴ a aqueles que foram silenciados, cabendo o questionamento, podemos falar sobre tudo ou somente sobre aquilo que nos é permitido falar?

A impossibilidade de fala e o silenciar emergem como projeto análogo, um projeto entre o sujeito que fala e os seus/suas ouvintes. O ser ouvido é pertencer, pois só pertencem aqueles que são ouvidos (KILOMBA, 2016). Dessa maneira, dentro da pesquisa cabe ao pesquisador encontrar maneiras de ouvir essas vozes, entender sobre o que falam, partindo de um posicionamento que lhe é próprio.

³ Incluso nesse caso os homens gays pretos.

⁴ O conceito de branquitude é utilizado para o estudo da identidade racial branca, dentro de uma estrutura de privilégios simbólicos, subjetivos etc., que contribuem na manutenção da discriminação racial, na relação opressor oprimido, no racismo (BENTO, 2002; FRANKENBERG, 1999). Mesmo a identidade racial branca, não é única, recaindo em diferentes formas de expressão dessa identidade, o que torna complexa sua definição.

Haraway (1995), ao falar da ideia de corporificação, traz o questionamento, sobre quem fala, quem vê, quem pensa, enfatizando que é sempre um sujeito, um corpo entre outros corpos. A autora se apoia metaforicamente na visão (como sistema sensorial), para falar sobre a corporalidade das narrativas científicas,

os "olhos" disponíveis nas ciências tecnológicas modernas acabam com qualquer ideia da visão como passiva; esses artifícios protéticos nos mostram que todos os olhos, incluídos os nossos olhos orgânicos, são sistemas de percepção ativos, construindo traduções e modos específicos de ver, isto é, modos de vida (HARAWAY, 1995, p. 21-22).

O olhar não parte do nada, o conhecimento é adquirido através de um corpo que se encontra em meio a uma relação de posicionamento e produção de conhecimento. Para Haraway (1995), a ciência deveria ser vista a partir uma determinada localização, delimitada pelo olhar e posicionamento do sujeito e de quem ele dialoga.

Partindo de Mejia (2015), destaco que os sujeitos pesquisados podem ter sua fala acessada pelo pesquisador, não apenas em uma posição de experimentação, mas também de acompanhamento, do teorizar junto, o trabalhar com (...), o viver com (...). Os sujeitos passam a desempenhar papel ativo, passando a participar da interpretação e da leitura. A este tipo de pesquisa o autor chama de pesquisa em colaboração, em que até mesmo os conceitos e as teorias estão sob negociação. Destaca-se na ciência geográfica, trabalhos como o de Silva (2009, 2010), entre outros, que têm se dedicado ao desenvolvimento e utilização deste tipo de metodologia na construção de uma ciência que parte dos sujeitos.

A partir disso, um questionamento que me coloquei, foi o de como buscar esses sujeitos e poder ouvi-los. A internet coloca-se como uma possibilidade, com destaque para as redes sociais, podendo dar um panorama inicial dos perfis desses homens, visto que com um maior acesso à internet, tem-se uma maior presença negra, construindo discussões, conquistando um maior espaço dentro da comunidade, adotando referências estéticas próprias e de estilos de vida, naquilo que foi denominado na internet de geração tombamento (RIBEIRO, 2016). Atualmente vem ocorrendo uma afirmação da ancestralidade negra, com criação e recriação, além de espaços de militância.

Portanto, considero importante acionar primeiramente procedimentos de netnografia para identificar comunidades, interações entre grupos, como uma forma de buscar esses sujeitos.

No campo etnográfico, a netnografia (KOZINET'S, 2014), também chamada de etnografia virtual, procura estudar o comportamento e práticas dos sujeitos dentro da

internet, sendo esta, a interface cotidiana da vida das pessoas e também o local de encontro e formação de grupos, comunidades e de novas formas de sociabilidade (MERCADO, 2012). A partir da netnografia, com levantamento de sites, grupos de discussões relacionados a temática, com uma posterior seleção da comunidade virtual a ser pesquisada, poderia ser realizado uma imersão no grupo, participando de suas atividades até alcançar esses sujeitos e sua materialidade no espaço, possibilitando conhecer suas práticas espaciais. Nesse sentido, uma questão a ser dimensionada, é o acesso que a internet pode permitir a um grupo não necessariamente localizado em uma cidade, mas disperso em múltiplas localizações.

O homem gay preto, lugar de fala e masculinidades

Nesse ponto do texto, trago alguns apontamentos que considero provocações e que podem ajudar a refletir sobre as inquietações que apresentei anteriormente.

Os estudos feministas nos Estados Unidos e Europa, a partir da década de 60, possibilitaram uma ampliação do conceito de gênero possibilitando que as masculinidades e homossexualidades se inserissem como novos campos a serem explorados (OLIVEIRA, 2017).

Quando falamos em masculinidade, dizemos no plural, masculinidades, pois esta pode ser manifestada de diversas maneiras, entretanto, há uma masculinidade hegemônica e cis heterossexual que está em constante manutenção (OLIVEIRA, 2017), uma masculinidade que é frágil, tóxica e muitas vezes violenta (RIBEIRO, 2017).

Fanon (2008), importante teórico dos estudos pós-coloniais, em seu livro *Pele negra, Máscaras brancas*, faz uma abordagem sobre a questão racial, mostrando a relação entre colonizador e colonizado, sendo essas, importantes dimensões para compreender as subjetividades de sujeitos negros e brancos. A constituição dessas subjetividades foi muito influenciada pela opressão colonial, o que no negro resultou em uma autonegação de sua aparência, cor, rejeição de si mesmo, como uma forma de fuga dos estereótipos que eram negativamente associados aos não brancos em uma sociedade ocidental. Isso, segundo Fanon (2008), levaria a um pacto com o branqueamento.

A sociedade brasileira foi construída a partir da voz do homem branco, uma voz hegemônica tida como verdade absoluta. Nesse sentido, a imagem do negro é narrada a partir desse discurso, constituindo um retrato depreciador e limitante de sua história e cultura. Aqui aparecem relações de poder, pois se tem um grupo social que está sendo oprimido, há outro

que se beneficia desse poder (RIBEIRO, 2017). Portanto, para o entendimento deste trabalho é necessário entender a noção de opressão, que se relaciona a dominação exercida por um grupo social visando a manutenção de privilégios sobre um grupo social antagônico (RIBEIRO, 2017).

Oliveira (2017) aponta que dentre as masculinidades consideradas periféricas, ou seja, que não se encaixam dentro do padrão imposto pela norma heterossexual branca de classe média, são apontadas aquelas exercitadas por homossexuais negros, homossexuais pobres, homossexuais idosos, homossexuais gordos, etc.

A partir disso, é possível afirmar que se o ponto de referência sempre foi a masculinidade hegemônica (OLIVEIRA, 2017), coube ao homem negro performar uma masculinidade sempre endurecida e sexualizada, aquele homem que não é vulnerável, que não se machuca, que carrega todos os pesos, etc., em relação ao gay preto sempre lhe é lançado maior estranhamento, sendo o perfil que foge do estereótipo do “gay” que é tolerado, que seria o do homem branco.

O homem negro não é um homem. Como nos lembra Fanon (1983), no imaginário ocidental, um homem negro não é um homem, antes ele é um negro e como tal não tem sexualidade, tem sexo, um sexo que desde muito cedo foi descrito no Brasil com atributo que o emasculava ao mesmo tempo em que o assemelhava a um animal em contraste com o homem branco. Este imaginário é perceptível no modo como a masculinidade é representada na literatura, cinema, telenovelas, jornais, revistas e propagandas, inclusive nas oficiais. Nelas o temor psíquico do negro macrofálico é retratado através de estereótipos que foram forjados durante longos anos até tornaram-se verdade [...] (SOUZA, 2009, p. 100).

Para hooks (2004), a virilidade, a masculinidade, a hiperssexualização, completam a identidade de homem negro agressivo, incapaz, anti-intelectual, aproximando esse corpo de uma visão falocêntrica, que aprisiona não só homens, mas também mulheres (HOOKS, 2004).

Quanto ao gay preto, o racismo e a masculinidade hegemônica são perversos, moldando-o para que pratique uma autonegação e que se sinta orgulhoso da fetichização e hiperssexualização que são lançadas sobre o seu corpo melaninado (OLIVEIRA, 2017).

A vergonha. A vergonha e o desprezo de si. A náusea. Quando me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é pela minha cor... Aqui ou ali, sou prisioneiro do círculo infernal (FANON, 2008, p. 109).

Nesse sentido, um questionado suscitado recai sobre o lugar de fala do homem negro Primeiramente cabe dizer que ao trazer o conceito de lugar de fala para o campo da Geografia, um cuidado deve ser tomado, pois “lugar” é uma categoria analítica basilar para a Geografia. Nesse caso o lugar de fala como é conceituado por Ribeiro (2017) e outros autores como Spivak (1985), assemelha-se a noção de local, de onde se fala. Entretanto, com isso não é negado o conceito de lugar, entendido por Massey (2000) numa perspectiva progressista, a partir de relações globais, mas que apresenta particularidades, que estão sempre em disputa, retornando novamente a ideia de poder.

Ribeiro (2017) descreve que sociedade se alicerça a partir de um regime de autorização discursiva, que impede que aqueles que são considerados os outros (não brancos) façam parte desse regime e tenham o mesmo direito a voz, com isso o discurso não é pensando em uma perspectiva ampla e não se discute o poder.

A autora associa o lugar de fala ao lugar social de localização de poder, dentro de uma estrutura ampla e não apenas a partir da vivência ou experiência individual de cada sujeito. (RIBEIRO, 2017).

Trago essa discussão do lugar de fala para o texto, pois discuto acerca do grupo social negro (homens gays pretos), no qual o sujeito ao fazer parte desse grupo, compartilha de experiências em comum uns com os outros, essas experiências acontecem dentro de uma dimensão de dominação, a partir da branquitude, que impede que esses grupos existam em determinados espaços (RIBEIRO, 2017).

Ao falar de poder, Massey (2000) conceitua a noção de “Geometrias do poder”, sendo que diferentes grupos sociais e diferentes indivíduos posicionam-se de formas distintas em relação aos fluxos e interconexões, o que contribui na compreensão de tempo-espço.

Quando pensamos o sentido de lugar, deve-se imaginar todas as relações sociais, todas as ligações entre as pessoas, pois mesmo os sujeitos que me propus a apresentar não se encontram alheios a sociedade, se encontram localizados dentro de uma estrutura de poder (MASSEY, 2000).

o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular (MASSEY, 2000, p 184).

Portanto, essa concepção alternativa e progressista de lugar apresenta o mesmo como não estático, sem fronteiras no sentido de linhas que o demarcam, não possui

identidades únicas, mas sim manifestam poder e se preenchem por conflitos internos, estes argumentos não negam que lugar possa apresentar singularidades (MASSEY, 2000). O lugar só pode ser constituído por meio de sua ligação com outros lugares, demonstrando conexões, atribuindo-o um sentido global, de uma consciência mais ampla (MASSEY, 2000).

Para a reflexão desses sujeitos dentro do campo geográfico, destaco ainda a contribuição de Massey (2008), que compreende o espaço como um produto social, que se produz a partir das inter-relações. No espaço surgem as identidades e as diferenças e ao pautar o racismo, há sempre um grupo que se beneficia dele, nesse caso o espaço é reconhecido enquanto produto das relações de poder, sendo que o poder sempre apresenta uma escala espacial (MASSEY, 2008). O espaço é produzido nas práticas sociais, na construção da sociedade, desde o lugar, o país, até o global. O espaço não é apenas produto, ele também gera novos processos, contribuindo em movimento para sociedade.

Conclusões

No decorrer do presente texto procurei expor reflexões acerca da construção do objeto científico e os desafios de estudar as práticas espaciais e as masculinidades de homens gays negros. Chamo de desafio, visto a complexidade de estudar tais sujeitos em uma sociedade que se estruturou a partir do racismo e da branquitude, no qual foi imposto à população negra um silenciamento e uma autorização seletiva de fala.

Destaco também a intenção de estudar a geograficidade do conceito de lugar de fala, tema recorrente em discussões suscitadas principalmente em rodas de conversa, discussões políticas e textos de outras ciências sociais. Sendo o lugar uma categoria de análise cara a Geografia, um esforço deve ser feito no sentido de identificar aproximações e limitações entre ambos. O lugar de fala relaciona-se a autorização discursiva, enunciando corpos e performances de sujeitos vistos como subalternos. Portanto, manifesta-se relações de poder.

Nesse sentido, se a Geografia se propõe a investigar as relações sociais e suas manifestações no espaço, cabe destacar a importância das metodologias qualitativas e as contribuições das outras ciências sociais, como a Antropologia, que possibilitam privilegiar os sujeitos sociais não os vendo apenas como um componente na relação sociedade natureza, mas como agente que possui um corpo, voz e ação.

Portanto, este texto é uma reflexão, que ao discutir sobre os gays pretos, suas masculinidades e suas práticas espaciais exige do pesquisador uma grande imersão (GEERTZ, 2013), visto a complexidade que realidade apresenta. Por ser uma discussão ainda incipiente, que exige o desenvolvimento das metodologias elencadas para a compreensão desses sujeitos, novos questionamentos serão e devem ser promovidos, novas reflexões serão suscitadas, neste que ainda é um tema pouco investigado e debatido na Geografia.

Referências

- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I., & BENTO, M. A. S. (Orgs). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 5. Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 25-58.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FRANKENBERG, Ruth **White women, race masters: The social construction of whiteness**. USA: University of Minnesota. 1999.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. – 1.ed. – [Reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- HARAWAY, D. Saberes Localizados. A questão da ciência para o feminismo e o privilegio da perspectiva parcial. In: **Cadernos Pagu** (5), 1995, p. 07-41.
- HOOKS, B. **We real cool: Black men and masculinity**. Psychology Press, 2004.
- KILOMBA, G. **Descolonizando o conhecimento**. Instituto Goethe, 2016. Tradução Jéssica Oliveira. Disponível em <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2019.
- KOZINETS, R. V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso Editora, 2014.
- MARRE, J. A. L. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Cascavel: Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 1991.
- MASSEY, D. **O sentido global do lugar**. In: ARANTES, A. (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000.
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.
- MEJIA, R. E. **Etnografia, cartografia e devir: potencialidades da escritura nas pesquisas antropológicas contemporâneas**. In: MANICA, D.; KOFES, S. 2015. **Vida e grafias: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia**. Lamparina. p. 90 – 110.
- MERCADO, L. P. Pesquisa qualitativa online utilizando a etnografia virtual. **Revista Teias**, v. 13, n. 30, p. 15 pgs., 2012.
- OLIVEIRA, M. R. G. de. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Curitiba, 2017. 190f. Tese. Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR, 2017.
- RATTS, A. Entre personas e grupos homossexuais negros e afro-lgttb. BARROS JÚNIOR, F. O. e LIMA, S. O. (Org.). **Homossexualidade sem fronteiras**. Rio de Janeiro-RJ: Booklinks, v. 1, p. 97-118, 2007.

RIBEIRO, R. J. **Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme.** Tempo Social, São Paulo, 11 (1), p. 189 – 195, maio de 1999.

RIBEIRO, S. Meu lacre é poder. **Trip**, São Paulo, 25 jul. 2016. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/stephanie-ribeiro-escreve-sobre-geracao-tombamento-e-afrofuturismo>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

SILVA, J. M. **Geografias Subversivas:** discurso sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, J. M. **Geografias feministas, sexualidades e corporalidades:** desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. Espaço e cultura, UERJ: RJ, 2010.

SOUZA, R. R. As representações do homem negro e suas consequências. **Revista Forum Identidades**, Ano 3, Vol. 6, pp. 97-115, 2009.

TURRA NETO, N. Pesquisa Qualitativa em Geografia. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. **Anais...** Belo Horizonte: AGB, 2012, p.1-10.

Sobre o autor – Informações prestadas pelo autor

Possui graduação no curso de Licenciatura em Geografia (2017) e bacharelado em Geografia (2018) pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, UNESP. Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela mesma instituição e membro do Grupo de Pesquisa Interações na Superfície Terrestre, Água e Atmosfera (GAIA).

Como citar esse artigo

SILVA, Gustavo Henrique Pereira da. Práticas investigativas na ciência geográfica: contribuições para o estudo das masculinidades e práticas espaciais de homens gays pretos. **Revista Geografia em Atos (Geo Atos online)** - Dossiê “Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade” - v. 1, n. 16, p. 109-120, mar, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7284

Recebido em: 29-08-2019

Aceito em: 19-01-2020

**MAPEAMENTO DOS CRIMES DE ÓDIO CONTRA LGBT: UMA
LEITURA SOCIOESPACIAL DA VIOLÊNCIA ENTRE OS ANOS DE
2017 E 2018¹**

Wilians Ventura Ferreira Souza

orcid.org/0000-0002-6166-0059
Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
E-mail: wiliansventura98@gmail.com

Carlos Alberto Feliciano

orcid.org/0000-0003-1682-7996
Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
E-mail: carlos.feliciano@unesp.br

DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7283

Resumo

O presente artigo tem por objetivo realizar uma leitura socioespacial dos dados existentes referentes a violência lúgubre e fatídica praticada e direcionada a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais) brasileira, que cresce a cada ano, atingindo as mais variadas camadas da sociedade, classificadas e intituladas pelos Movimentos Sociais, sobretudo, o Movimento LGBT, como “crimes de ódio”. Interpelaremos as formas/conteúdos da (s) violência/violências que perpassam a violação dos direitos básicos a qualquer cidadão, como acesso à saúde, educação, trabalho, mas, principalmente, o direito à vida. Dentro da classificação adotada pelos militantes do Movimento LGBT brasileiro categorizadas como “crimes de ódio”, buscamos realizar um diálogo entre espaço-corpo, heteronormatividade e corporeidades assumidas por sujeitos LGBTs. Portanto, não falaremos somente da violência explícita nas armas de fogo, nos socos, chutes e facadas, mas também da violência escondida, silenciosa e velada, que nega a essas pessoas o direito ao espaço.

Palavras-chave: Socioespacial, Violência, LGBT, Crimes de ódio.

**MAPPING OF HATE CRIMES AGAINST LGBT: A SOCIO-SPEECH
READING OF VIOLENCE BETWEEN THE YEARS OF 2017 AND 2018**

Abstract

The objective of this article is to carry out a social and spatial reading of the existing data concerning the grim and fateful violence practiced and directed to the Brazilian LGBT population (lesbian, gay, bisexual, transvestite and transsexual), which grows every year, reaching the most diverse strata of society, classified and labeled by the Social Movements, especially the LGBT Movement, as "hate crimes." We will question the forms / contents of violence / violence that perpass the violation of the basic rights of any citizen, such as access to health, education, work, but, above all, the right to life. Within the classification adopted by the militants of the Brazilian LGBT Movement categorized as "hate crimes", we seek to carry out a dialogue between space-body,

¹ O presente trabalho possui apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), através do financiamento na modalidade de iniciação científica com o projeto intitulado “A PRODUÇÃO E DISPUTA PELO ESPAÇO A PARTIR DO CORPO: luta e formação do movimento LGBT de Presidente Prudente”

heteronormativity and corporations assumed by LGBT subjects. Therefore, we will not only speak of explicit violence in firearms, punches, punches and stab wounds, but also of "hidden", silent and veiled violence, which denies these people the right to space.

Keywords: Socio-spatial, Violence, LGBT, Hate Crimes.

COMPRENDIENDO LOS CRÍMENES DE ODIOS CONTRA LGBT: UNA LECTURA DE LA VIOLENCIA SOCIO-ESPACIAL ENTRE 2017 A 2018

Resumen

El objetivo de este artículo es realizar una lectura socio-espacial de los datos existentes sobre la triste y fatídica violencia practicada y dirigida a la población LGBT brasileña (lesbiana, gay, bisexual, travesti y transgénero) que crece cada año, llegando a los más diversos niveles de la sociedad. , clasificado y titulado por los Movimientos Sociales, especialmente el Movimiento LGBT, como "crímenes de odio". Desafiaremos las formas / contenidos de violencia / violencia que impregnan la violación de los derechos básicos de cualquier ciudadano, como el acceso a la salud, la educación, el trabajo, pero especialmente el derecho a la vida. Dentro de la clasificación adoptada por los activistas del Movimiento LGBT brasileño categorizados como "crímenes de odio", buscamos llevar a cabo un diálogo entre el espacio corporal, la heteronormatividad y las corporalidad asumidas por los sujetos LGBT. Por lo tanto, no solo hablaremos sobre violencia explícita en armas de fuego, golpes, patadas y puñaladas, sino también sobre violencia oculta, silenciosa y velada, que niega a estas personas el derecho al espacio.

Palabras clave: Socioespacial, Violencia, LGBT, Crímenes de odio.

Introdução

O presente artigo tem como principal objetivo realizar uma leitura socioespacial dos dados existentes referentes a violência letal praticada contra sujeitos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais) brasileiros, evidenciando um aumento no número de casos de violência, pulverizados nas mais diferentes camadas da sociedade, classificadas e lidas pelos Movimentos Sociais, especialmente, o Movimento LGBT brasileiro, como “crimes de ódio”, já que estes ratificam um processo de brutalização desses corpos, subjetividades e vidas.

Para uma melhor compreensão do texto, adotamos a sigla LGBT (significando Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Transexuais), que designa um coletivo de sujeitos genericamente concentrados dentro da categoria maior “diversidade sexual”, mas como aponta Nogueira et al, (2018, p. 9), “essa diversidade, no entanto, envolve a população homossexual, bissexual e heterossexual”.

O processo de pesquisa inclui diferentes instrumentos, etapas e momentos de reflexão, como também a análise e compreensão, seja do objeto de estudo ou até mesmo no momento de leitura de dados e informações relacionados à temática que se investiga.

Os autores da obra *Pesquisa Social* alertam que “a única maneira de aprender a pesquisar é fazendo uma pesquisa” (RICHARDSON, 2012, p. 15). Pesquisar é construir uma investigação de uma história real e concreta, que acontece no palco da vida, dos conflitos, das produções, das desigualdades, isto é, no espaço. As histórias ganham um significado e uma melhor apreensão que pode nos levar a diferentes problemáticas, mudanças de metodologias, construção de ideias coerentes com o tema estudado e a busca pela solução dos diferentes desafios que, possivelmente, surgiram ou surgirão durante o processo de construção científica.

Vivemos numa sociedade em que as normas são baseadas em leis onde o “mais forte vence o mais fraco”, onde o corpo é construído sobre a égide do capitalismo, sobre o conceito de perfeição (mas afinal, o que é perfeição?), quem em algum momento da história disse e determinou que um corpo, sexualidade ou gênero fosse considerado o mais forte, o mais belo ou o normal?

As questões que envolvem corpo, sexualidade e gênero, são perpetradas pela luta diária de sujeitos que há tempos foram silenciados pelo preconceito, pela violência e descaso. Assim, falar de corpos LGBTs, é falar de sexualidades que subvertem a heteronormatividade, é o ato de ir contra essa norma, é demonstrar que existem outras formas de viver, sentir e de se materializar no espaço, visto que ele é socialmente produzido e socialmente disputado.

Como aponta Molina (2011, p. 950), “ser homossexual, traz à tona a revolução dos tempos, sentimentos e sonhos de milhares de pessoas. Portanto, retrataremos uma pequena parcela dessa luta, que incansável, dedica-se a grande revolução do amor”.

A materialização da violência contra sujeitos LGBTs, é realizada através da construção de diferentes etapas, formas e intensidades e estão contidas no ato da violência, que pode ser expressa ou estar contida em olhares de desprezo, desconfiança e ódio. Também pode estar representada pela violência institucional como a falta do acesso à saúde, educação e trabalho. No entanto, trataremos aqui da violência explícita nos corpos, violência que mata e nega a esses sujeitos o direito ao espaço, o direito à vida, ao mesmo tempo em que esses sujeitos são emersos num contexto marcado pela violência, brutalização e estigma, vemos surgir diferentes expressões que resistem a esse tempo marcado pelo preconceito e intolerância, são corpos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros que apresentam uma outra proposta, esta por sua vez heterogênea e plural.

A violência imposta a esses corpos ocorre em um determinado espaço social, nele as disputas e narrativas se chocam/batem/cruzam e se transformam em disputas socioespaciais e socioterritoriais que vão desde a dominação/ocupação daquele espaço o transformando em atos políticos, até a exibição de corpos considerados pela lógica heteronormativa como “transgressores”. A Parada LGBT é um exemplo de disputa socioespacial, provocando a tal “ordem” expressa no discurso heteronormativo.

Mediante a essa violência imposta e cruel, identificamos que o espaço social é produzido de forma desigual, os LGBTs, que historicamente ocuparam os “guetos”, identificados a partir das redes de sociabilidade, também outros espaços como praias, zonas de prostituição, hotéis, espaços de pegação, entre outros, onde eram socialmente aceitos e menos violados, já que a maioria dos espaços se apresentavam como agressivos e não permitiam o fluxo de corpos LGBTs, ou corpos que não possuíam características contidas e expressas no padrão heteronormativo ou que fugiam das práticas sociais, culturais e de crenças baseadas na heterossexualidade e cisgeneridade. As produções de Silva e Ferreira (2017) e Costa (2007; 2012) estabelecem um diálogo relevante em torno dos papéis desempenhados pelos corpos, suas expressões e os seus propósitos, elementos que estabelecem um diálogo com as suas identidades. Costa (2012, p. 262) aponta que “a identidade une e representa um conjunto de sujeitos que se apresentam como uma parcela importante de certa população, mesmo que determina como minoria, como estigmatiza e/ou marginalizada”.

Os (as) autores (as) como Facchini (2003), Molina (2011), Conde (2003) e Macrae (1992), foram essenciais para a leitura realizada em torno da história do Movimento LGBT brasileiro e dos sujeitos que compõem os movimentos. Ressaltamos, especialmente, a importância da dissertação de Facchini (2003), intitulada “*Sopa de Letrinhas? – movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*”, em que realiza uma leitura histórica muito precisa e rica em detalhes em torno da construção das coletividades de determinados sujeitos do movimento, da ação coletiva, do movimento homossexual e das lutas por visibilidade e respeito, materializadas, principalmente, através de mudanças nas dinâmicas espaciais das cidades que inicialmente receberam os primeiros protestos e as Paradas do Orgulho Gay (hoje identificadas como Paradas LGBT/LGBTQI/LGBTQI+ ou simplesmente Paradas do Orgulho).

O processo de estigmatização desempenhado contra esses sujeitos provocam ações e agrupamento de forças coletivas, que comumente se manifestam através dos movimentos sociais/movimentos socioespaciais organizados.

Esses sujeitos que vivem processos de exclusão não satisfeitos com a condição que lhes fora imposto, se organizam enquanto atores políticos na busca pela disputa daquilo que certamente corresponde a sua sobrevivência.

A disputa política evidenciada pelas manifestações em diferentes espaços da cidade e até mesmo a utilização de seus próprios corpos como sinônimo de luta, afirmando, “meu corpo é meu território”, nos traz importantes reflexões em torno dos conceitos clássicos da geografia, tidos como categorias de análise, como espaço e território.

Para iniciar a discussão

Iniciamos este tópico reconhecendo a importância de alguns trabalhos que precedem e possibilitam a construção de novas geografias, que por sua vez se apresentam de forma mais diversa e colorida no cenário geográfico brasileiro atual. Os estudos de gênero e sexualidades surgem no âmago da geografia brasileira a partir dos anos de 1990, como aponta Silva, Ornat e Junior (2016, p. 9) “em que 2003 surge em Ponta Grossa, Paraná, o Grupo de Estudos Territoriais (Gete), sob a liderança da geógrafa feminista Joseli Maria da Silva e seus companheiros de pesquisa”. Este grupo potencializou o surgimento de um debate seguro e pioneiro dentro da geografia brasileira. Nasce novos olhares, novos saberes, novas vivências e novas geografias, estas pautadas em discussões em torno do gênero e sexualidades.

Em pleno final da segunda década do século XXI, ainda vivemos a discriminação contra mulheres, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais. A violência marca os espaços, tornando tais grupos sociais vítimas de assassinatos. Não importa a escala espacial, o sofrimento diário faz parte da sua vivência: em casa, no trabalho, nos locais de lazer, nas ruas e em qualquer outro espaço público. (SILVA; ORNAT; JUNIOR, 2016, p. 9).

A construção do saber geográfico ancorado em seus conceitos bases, também passou e trilhou diferentes caminhos, etapas e métodos, cada um deles, dialogando intrinsecamente com o tempo, isto é, com o tempo histórico em que foram desenvolvidas, discutidas e superadas.

A adoção de novos temas emergentes na geografia, como feminismo, sexualidade, gênero, raça, entre outros, produziu e continua produzindo um movimento em direção ao

fazer geográfico em torno destas temáticas tão caras e esquecidas no círculo da história. A partir desse movimento, é necessário a busca incessante por formas de compreender e ler esses sujeitos da mudança. É evidente que Milton Santos já faz parte da vida de todos nós, geógrafos (as), está presente na construção de pesquisas, discussões e novas teorias, alicerça o pensamento geográfico brasileiro, imprime sua marca em nosso olhar sobre o espaço geográfico, ao mesmo tempo, buscamos novas possibilidades, novas leituras e olhares para diferentes processos que ainda carecem de estudos e interpretações geográficas.

A profunda mudança ocorrida nas últimas décadas com a consolidação de conquistas sociais, representada pela constituição de 1988, possibilitou uma aproximação cada vez mais potente e legítima com as desigualdades presentes em nosso país, compreendidas por nós, pela luta de classes, tão evidente e presente nos espaços. No entanto, como aponta Silva, Ornat e Junior (2016, p. 9) “a classe não era a única identidade que promovia os processos reivindicatórios pela cidade”, as intersecções se fazem presentes em diferentes espaços da cidade, representadas pela participação de mulheres, LGBTs, negros e negras, etc.

O questionamento exposto por Silva, Ornat e Junior (2016), dedica-se em mostrar um novo caminho para as problemáticas atuais e que devem ser enfrentadas por nós, geógrafos(as). O saber teórico tradicional em conflito com as novas possibilidades de leitura e análise, careceu de uma transformação. Os autores indagam: quais eram as geografias produzidas por elas que traziam elementos tão distintos de nossa tradição epistemológica?

Um dos debates mais polêmicos em torno das lutas pautadas por movimentos como: feministas, LGBTs, antirracistas, ambientalistas, etc. é de que esses movimentos estariam propondo ou realizando uma fragmentação que prejudica a luta maior, isto é, a luta de classes. Diante do exposto, podemos identificar uma outra leitura, uma outra possibilidade.

Os movimentos sociais pautados na luta contra o racismo, o heterossexismo, o sexismo e a xenofobia não podem ser vistos como fragmentadores da possibilidade de reivindicação por justiça, mas devem ser considerados como aliados à luta de classe. Para ela, é socialmente contraproducente alegar que esses movimentos retiram o foco central da luta contra o capital, em função de uma pretensa fragmentação reivindicatória. (SILVA; ORNAT; JUNIOR, 2016, p. 24).

Neste sentido, ao realizarmos reflexões e construções em torno destas temáticas que se apresentam de forma emergente, devemos nos aproximar de geógrafos(as) que tem

buscado dialogar com esses novos temas, criando através de relevantes esforços uma ampla rede de discussão que intersecciona diferentes temas, aplicando sobre eles um olhar geográfico, como também uma compreensão real e entendimento claro em torno dos conceitos de espaço, corpo e território.

Desta forma o espaço deve tomar posição importante na construção do saber geográfico, ressaltamos que há pouco, em meados da década de 1970, o espaço começa a ganhar uma discussão mais afinada dentro da geografia brasileira. Milton Santos contribui no avanço da discussão em torno do conceito de espaço, o apontando como importante objeto da geografia, além de insistir na união do espaço e do tempo, o definindo como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 1996, p. 118).

A discussão aqui realizada, não busca maximizar e discutir os trabalhos recentes e atuais em torno da afirmação de que o corpo é um espaço ou um território, mas sim, da sua natureza relacional, ao mesmo que devemos reconhecer as diferentes leituras já realizadas em torno da compreensão do corpo como espaço, cidade-corpo, corpo-saúde, corpo e cultura, que estabelecem uma relação relevante em torno dos conceitos de espaço e território.

Para essa discussão evidenciamos o trabalho de Ornat (2008), que a partir da aproximação com um grupo de travestis e as suas práticas espaciais, evidencia diferentes processos, compreendo o espaço não apenas como um receptáculo, mas como condição necessária de sobrevivência para os sujeitos que nele estão. Os corpos se apresentam e estão carregados de símbolos e se constituem a partir de diferentes discursos e, logo, recebe um atestado direcionado para um dos sexos, mas como aponta Ornat (2008, p. 56) “se o sexo é bipolar, a composição espacial e temporal relativa à linearidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo é aberta a infindáveis configurações todas constringidas pela heteronormatividade”.

Ainda nessa discussão, Rodrigues (2012) expressa os diferentes processos que ocorrem a partir dos diferentes símbolos e práticas discursivas que confrontam um sistema marcado pela heteronormatividade, isto é, um sistema hegemônico, que é imposto como norma a todas as outras sexualidades. A partir da exposição da hegemonia desempenhada pela heteronormatividade evidencia como os corpos que não se encaixam em um padrão binário e heteronormativo se sustentam e vivem seu cotidiano na cidade de Santiago de Chile. O autor ainda traz uma reflexão em torno do processo transexualizador e aponta que “dentro de este processo transexualizador se generan batallas, internas y externas, cirugías y

hormonas, batallas legales, câmbios de nombre y técnicas de sobrevivências” (RODRIGUES, 2012, p. 15).

Ainda nessa rica exposição em torno da compreensão do corpo e seu processo relacional, trazemos para enriquecer o debate a dissertação de Costa (2007), que compreende o espaço a partir dos seus movimentos dialéticos, que é evidenciada a partir de elementos duais como a repressão e a ordem, partindo, portanto, para a compreensão das microterritorialidades urbanas, da interação do corpo no espaço, principalmente, do desejo homossexual e do ser homossexual na cidade. Ele expõe que “essas interações territorializadas são produtos dialéticos de inúmeros atributos que possam afastar-se tanto quanto convergir para padrões de uma pretensa sociedade de padronizações morais e racionais que não se completou” (COSTA, 2007, p. 25)

Pedroso e Guimarães (2017) realizam uma reflexão em torno do processo de recrudescimento do HIV/AIDS na camada jovem da população de Presidente Prudente-SP, através de uma rica leitura em torno da espacialidade desses jovens, além da compreensão do corpo no espaço urbano a partir da oralidade dos sujeitos entrevistados, Pedroso e Guimarães (2017, p. 28) tentam compreender o corpo com HIV/AIDS no espaço e propõem que devemos pensar “o corpo no espaço urbano não apenas no viés unidirecional relação ao processo de saúde-doença, pelo contrário propomo-nos a entender o processo a partir das relações intrínsecas que são estabelecidas pelo corpo em suas diversas escalas”.

O corpo como apresentado por Silva e Ferreira (2017) é biológico e social, onde se materializa um conjunto de sentimentos e emoções. Ele é um instrumento que sente os espaços, por ele entramos, os reflexos do nosso pensamento podem ser percebidos em nossos corpos. O que constrói os corpos? A casa, a escola, a universidade, a igreja, a rua, etc. São espaços, onde existem testamentos contendo normas e regras que ditam a forma, o conteúdo e a intensidade das relações e, que relações devem e podem ser percebidas ali, evidentemente, estamos falando de um espaço marcado por normas heterossexuais, patriarcais e brancas.

Compreendemos o corpo como um importante componente do espaço geográfico, que numa apresentação carregada de símbolos e significados, modifica e é modificado pelas relações espaciais desempenhadas por dinâmicas e práticas espaciais corporificadas e generificadas. Como aponta Barbosa (2017, p. 70) “os corpos são interpretados a partir de

uma aparente naturalização que se objetiva de inúmeras formas, produzindo uma ordem que institui o mundo social”.

Os símbolos presentes nos mais variados corpos são lidos pela sociedade de duas maneiras, como símbolos masculinos e femininos. Portanto, aqueles corpos que fogem do padrão cisheteronormativo, são potenciais vítimas do preconceito, isto é, como um determinado corpo que foge dos padrões heteronormativos modifica ou é modificado a partir da inserção em determinados espaços, quais são os impactos no âmbito político e social, que uma Parada do Orgulho ou manifestação socioespacial em torno de temáticas LGBTs podem provocar?

Realizamos a leitura dos movimentos sociais a partir da concepção adotada por Fernandes (2012) dos conceitos de movimentos socioespaciais e socioterritoriais, trazendo elementos e características geográficas para essa discussão e evidenciando categorias e elementos da geografia, como o espaço e o território. A exemplo, podemos observar a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ocupam áreas improdutivas como forma de protesto e reivindicação, ali se territorializam e reivindicam aquele espaço para as famílias que produzem alimentos que vão contra a lógica existente em dado momento histórico, isto é, as grandes extensões de monoculturas, o uso excessivo de agrotóxicos, etc.

O espaço é tido na geografia como uma importante categoria de análise, logo, é relevante estudarmos e aprofundarmos nossos conhecimentos em torno da discussão geográfica do que é espaço. Fazemos isso a partir de uma perspectiva específica, já que quando falamos de espaço, falamos também de uma composicionalidade e multidimensionalidade que está contida na leitura de diferentes autores e, também, na que pretendemos realizar.

Por sua amplitude, o conceito de espaço pode ser utilizado de modos distintos. Todavia, muitas vezes, a sua utilização não é compreensível porque não se define o espaço do qual está se falando. É assim que o espaço vira uma panaceia. Para evitar equívocos é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços. (FERNANDES, 2012, p. 9).

É importante ressaltarmos que este artigo permeia diferentes abordagens, estas por sua vez realizam leituras sobre corpo, espaço e território, ao mesmo tempo, aplicamos a

abordagem dos conceitos socioespacial e socioterritorial debatida, desenvolvida e amplamente aceita num coletivo de pensamento a partir de trabalhos como o de Pedon (2013), Pedon e Dalpério (2014), Fernandes (2005, 2012), Filho, Silva e Origuéla (2014), que tiveram seu início, principalmente, no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, como também na Rede DATALUTA a partir de uma leitura precisamente geográfica dos movimentos socioterritoriais que se materializam na luta pela terra. Portanto, devemos compreender e apreender as diferentes abordagens em torno do corpo, espaço e território, aceitando os plurais posicionamentos, que por serem diferentes, não estão a margem ou fora do quadro científico.

Nas páginas que seguem evidenciaremos o tema da violência que permeia e penetra da vida desses sujeitos, portanto, a violência contra o corpo LGBT, violência está produzida nos mais variados espaços (político, social, econômico, cultural), surge como apontado anteriormente expresso em formas de punição e aviso de uma norma desempenhada e que predomina em determinados espaços da sociedade.

Que ódio é esse?

A materialização da violência contra a população LGBT não é recente, mas faz parte dessa construção e disputa de narrativas sobre o que é sexualidade. Molina (2011) e Facchini (2003), apontam elementos centrais para entendermos como as consideradas sexualidades “desviantes” foram sendo vencidas, massacradas, violentadas e, mesmo assim, não deixaram de existir, são resistências, que lutam pelas formas plurais de ser existir e, existir sendo.

As autoras pontuam que as primeiras formas de organização contra os ataques e violências surgiram na Europa entre 1850 e 1993 como reação a legislação que criminalizava as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. A Alemanha nazista também criminalizou os sujeitos homossexuais, como aponta Camarotti (2003, p. 954) “outro momento foi na Alemanha de 1933, com o advento do regime nazista, na qual 200 mil homossexuais foram mortos”.

Quando o movimento LGBT surge no Brasil, insere-se no tempo histórico marcado pelo silêncio e pela repressão, elementos que de alguma forma já faziam parte da vida desses sujeitos. E, foi no final da década de 1970 e no início de 1980, num contexto de regime militar, repressão e violência, que os movimentos sociais marcam a história no campo

político, social e cultural, assumindo um protagonismo vívido na busca pela democracia, como também pela cidadania plena e pelos direitos civis.

É evidente que os processos de violação ainda ocorrem e podem ser identificadas pela atuação de grupos conservadores bem organizados e com bases políticas bem consolidadas, como também pela atuação do Estado.

O trabalho exposto por Filho (2016) nos traz algumas contribuições em torno da compreensão do que os movimentos intitulam e caracterizam como “crimes de ódio”. A metodologia de investigação trabalha levando em conta o acompanhamento das atividades do movimento, entrevistas realizadas aos militantes, inquéritos e processos judiciais relacionados com a prática da violência dentre outras etapas que constituem a descrição de dados e conflitos, elementos que expressam brutalidade, violência e também o “inexplicável” número de golpes direcionados às vítimas.

Sobre o corpo de José Renato dos Santos, os peritos contaram 25 facadas. Sobre o de Sandro Almeida Lúcio, 30. Jurandir Leite foi estrangulado. Seu cadáver trazia marcas de luta corporal. Laís Martins sofreu violências sexuais antes de ser assassinada. Seu rosto foi completamente desfigurado por pedradas. Severino Antônio, esfaqueado e estuprado antes da morte, levou um golpe de faca peixeira no ânus. Djalma Matos morreu por espancamento. Teve a face deformada. Carlos de Lima recebeu diversos tiros, antes ou depois da morte. A cabeça de Jeová Albino foi esmagada por uma pedra; disparos de arma de fogo, contudo, causaram o homicídio. Assassinado, Ronaldo Carvalho teve seu pênis decepado. (FILHO, 2016, p. 313).

A utilização da expressão “crimes de ódio” usadas pelo movimento LGBT, interpela uma reflexão profunda acerca da violência que é praticada e espacializada nesses corpos, fazendo-nos compreender como aponta Filho (2016) que não se trata apenas de um ato de violência que ocorre no dia a dia, mas sim, da composição de um cenário que “demoniza” a figura LGBT, atribuindo a sua vida e a seu corpo menos valor em relação a uma vida e um corpo heterossexual e cisgênero.

A brutalização desses corpos evidencia um processo geográfico desigual, mas, principalmente, violento, já que esses sujeitos são vitimados e mortos de forma ferina, com marcas profundas de violência e violação.

Desde o ano de 2008, houve um aumento significativo no número de assassinatos de pessoas LGBTs com base nos relatórios divulgados pelo Grupo Gay da Bahia. No ano de 2008, ocorreram 187 assassinatos, 198 assassinatos em 2009, 260 assassinatos em 2010 (um aumento de 31 % em relação ao ano anterior), 266 assassinatos em 2011, 338

assassinatos em 2012 (aumento de 25 % em relação ao ano anterior), 312 assassinatos em 2013, 326 assassinatos em 2014, 318 assassinatos em 2015, 343 assassinatos em 2016, 445 assassinatos em 2017 (atingindo o maior número de assassinatos da história dos relatórios), e, por fim, 420 assassinatos no ano de 2018.

Procedimentos metodológicos

A partir do exposto, consideramos relevante a leitura socioespacial da violência praticada contra sujeitos LGBTs, através da realização do mapeamento em torno dos dados disponibilizados pelo Grupo Gay da Bahia expostos nos relatórios intitulados “Quem a homotransfobia matou hoje?”.

Os dados que compõem o relatório fazem parte de um conjunto de esforços desempenhados por movimentos sociais e organizações que contribuem com a divulgação dos assassinatos de pessoas LGBT no formato de notícias.

O Grupo Gay da Bahia realiza a leitura dessas notícias, posteriormente a filtragem das informações que alimentam uma planilha que geralmente contem a data do assassinato, estado, cidade, região metropolitana, nome da vítima, identidade de gênero, orientação sexual, idade, cor, profissão, causa mortis, número de golpes e local do assassinato.

Utilizamos o software Philcarto para realizarmos a criação dos mapas de assassinatos relacionados aos anos de 2017 e 2018. Realizamos a leitura a partir de dois olhares. O primeiro está centrado nos dados/valores e números absolutos de assassinatos evidenciando o número total de sujeitos que foram mortos pela violência imposta aos seus corpos. O segundo olhar está centrado nos dados relativos ao número de assassinatos, já que identificamos que se levássemos em conta somente os dados absolutos os estados que concentram um maior volume populacional quase sempre se destacariam em relação aos outros estados. No entanto, quando relativizamos os dados, temos um valor mais próximo da realidade, destacando o número de assassinatos para cada 1 milhão de habitantes, isto é, o nível de violência e violação que cada estado apresenta.

Mapeamento dos assassinatos de pessoas LGBTs entre os anos de 2017 e 2018

Nesta etapa realizamos o mapeamento dos assassinatos de LGBTs de 2017 a 2019 com a representação de valores absolutos e valores relativos, ressaltamos a importância da leitura dos mapas para a compreensão da espacialização da violência em âmbito nacional. No

entanto, a violência ocorre de diferentes maneiras, daremos ênfase aos dados relacionados a assassinatos, mas não podemos deixar de ressaltar que existem outras formas de violência que percorrem e perpassam a vida desses sujeitos.

No ano de 2017 foram mortos, segundo os dados disponibilizados pelo Grupo Gay da Bahia, 445 LGBT, vítimas da lesbo-homo-bi-transfobia. Apontam, também, que nunca antes na história de construção dos relatórios relacionados a violência foram notificados tantos crimes de ódio.

A cada 19 horas um LGBT é morto de forma cruel, evidenciando a violência imposta a seus corpos por serem quem são. Como aponta o Grupo Gay da Bahia (2017), “esses números fazem do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais”.

Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais aqui do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBT. E o mais preocupante é que tais mortes crescem assustadoramente: de 130 homicídios em 2000, saltou para 260 em 2010 e 445 mortes em 2017. (GRUPO GAY DA BAHIA, 2017, p. 5).

Em cada ano, as organizações analisam os dados e os crimes e prestam homenagem a alguns LGBT que foram assassinados, vítimas da violência. No ano de 2017, um caso que chocou e marcou a todos, foi o caso de Dandara, espancada até a morte por 8 homens, que proferiam palavras como “viado” e “imundiça” enquanto distribuía, socos, chutes e pontapés. Apesar de toda a brutalidade presente no crime, os agressores só foram detidos 18 dias depois do caso.

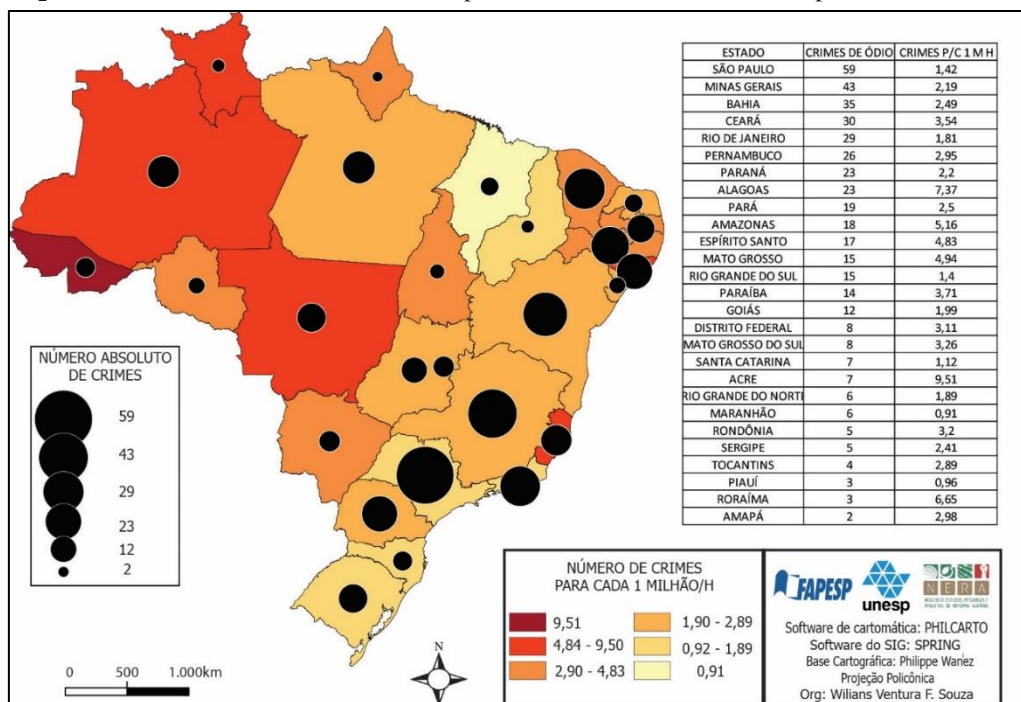
Alguns outros elementos espaciais destacam-se na leitura feita em torno da violência. 37 % das mortes ocorreram dentro da residência das vítimas, 56 % dos crimes de ódio aconteceram na via pública e 6 % em estabelecimentos privados. O grupo, evidencia em seu relatório que via de regra, travestis e profissionais do sexo são executadas na rua a tiro, ao mesmo, são vitimadas também por espancamento, pauladas e pedradas.

Dos 445 sujeitos vitimados, 194 eram gays, 191 Travestis, transexuais ou transgêneros, 43 lésbicas, 5 bissexuais e, por fim, 12 héteros que foram confundidos com LGBTQI e, por esse fato, foram assassinados violentamente.

Na categoria gay foram incluídos homossexuais masculinos, andróginos, drag queens, transformistas e crosdressers, posto que embora esses últimos adotassem esporadicamente performance do gênero feminino, manifestavam identidade e eram socialmente reconhecidos como homossexuais. (GRUPO GAY DA BAHIA, 2017, p. 17).

Ressaltamos ainda, que toda a construção dos relatórios é feita de forma colaborativa, isto é, só se tornou possível a partir da contribuição de diferentes movimentos sociais, instituições e organizações não governamentais que enviam as notícias relacionadas aos crimes de ódio para a organização. Durante toda a construção dos dados que ultrapassam duas décadas, a rigorosidade metodológica foi sendo refinada ano após ano, adotando novas informações como local do crime, identidade de gênero, orientação sexual, causa mortis, cor, profissão, etc.

Mapa 01. Número de mortes motivadas pela lesbo-homo-bi-transfobia por Estado em 2017



Fonte: Grupo Gay da Bahia
Org: O autor, 2020.

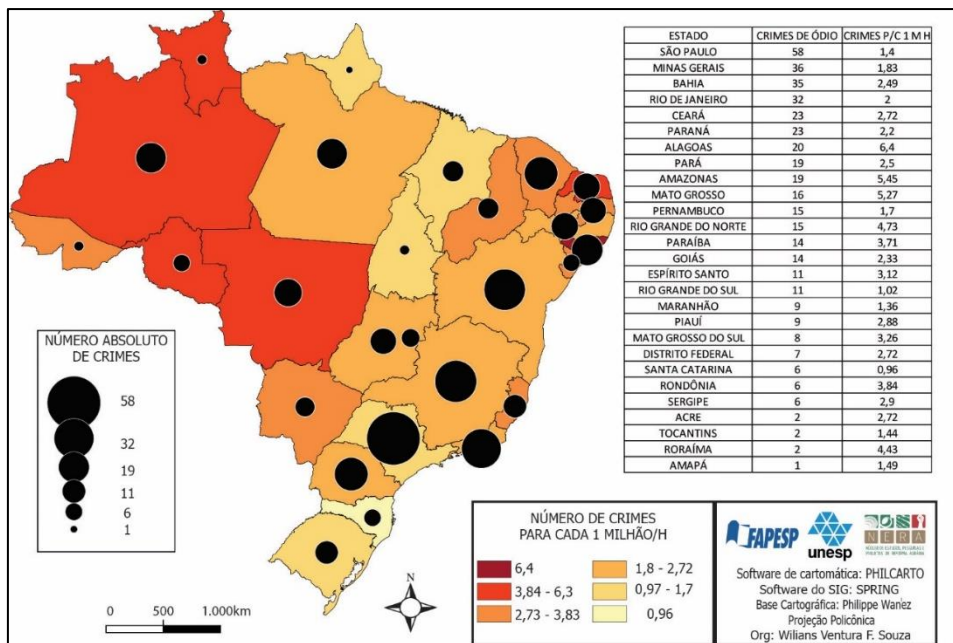
O número de crimes no ano de 2017 foi exorbitante, evidenciando a materialização da violência contra a comunidade LGBT. A partir da junção dos dados e do respectivo tratamento, evidenciamos que a região mais violenta no ano de 2017 fora a região Norte com 3,23 crimes para cada 1 milhão de habitantes, seguido da região Centro-Oeste com 2,71 crimes por milhão, Nordeste com 2,58 crimes por milhão, Sudeste com 2,33 crimes por milhão e, por fim, a região Sul com 1,52 crimes de ódio para cada milhão de habitantes.

Como exposto no mapa 1, os estados que concentraram os maiores números de crimes foram: São Paulo com 59 crimes de ódio, Minas Gerais com 43 crimes de ódio, Bahia

com 35 crimes, Ceará com 30 crimes de ódio e, por fim, o Rio de Janeiro com 29 crimes de ódio.

Realizarmos a leitura a partir do número de crimes de ódio para cada 1 milhão de habitantes, o estado do Acre é o mais violento com 9,51 crimes para cada 1 milhão de habitantes, seguido de Alagoas com 7,37 crimes para cada milhão, Roraima com 6,65 crimes, Amazonas com 5,16 crimes e, por fim, Mato Grosso com 4,94 crimes.

Mapa 02. Número de mortes motivadas pela lesbo-homo-bi-transfobia por Estado em 2018



Fonte: Grupo Gay da Bahia

Org: O autor, 2020

No ano de 2018 foram mortos segundo o Grupo Gay da Bahia 420 LGBTs, vítimas da lesbo-homo-bi-transfobia. 320 dos casos foram homicídios (76%) e, em 100 dos casos, a motivação da morte foi o suicídio (24%) segundo os dados levantados pelo grupo.

Os números evidenciam que a cada 20 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida no Brasil, o que coloca o Brasil novamente como o país que mais mata LGBT no mundo.

Como se repete desde que a organização iniciou a divulgação dos relatórios em 1980, em relação aos dados absolutos predominaram no ano de 2018 as mortes de 191 gays, seguido de 164 trans, 52 lésbicas, 8 bissexuais e 5 heterossexuais.

Como exposto no mapa 2, os estados que concentraram o maior número de crimes foram: São Paulo com 58 crimes de ódio, seguido de Minas Gerais com 36 crimes, Bahia com 35 crimes, Rio de Janeiro com 32 crimes e, por fim, o Ceará com 23 crimes de ódio.

Realizamos a leitura a partir do número de crimes de ódio para cada 1 milhão de habitantes, o estado de Alagoas se apresenta como o estado mais violento com o número de 6,4 crimes de ódio para cada 1 milhão de habitantes, seguido do Amazonas com 5,45 crimes de ódio para cada milhão, Mato Grosso com 5,27 crimes, Rio Grande do Norte com 4,73 crimes para cada milhão e, por fim, Roraima com 4,43 crimes.

Os números evidenciam, portanto, um processo comum de violação e terror em torno do corpo LGBT. Tanto em 2017 como em 2018 os estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, ocuparam respectivamente a primeira, segunda e terceira posição no que se refere ao número absoluto de crimes. Esses estados assumem a liderança da violência contra a população LGBT no que se refere aos dados absolutos.

Os números também mostram que em dados relativos, isto é, para cada um milhão de habitantes os estados do Nordeste como Alagoas e Norte com Acre e Roraima, ocupam sempre uma posição elevada e de destaque no que tange o número de crimes para cada 1 milhão de habitantes.

A partir da espacialização do número de mortes no ano de 2017 e 2018, podemos evidenciar as diferentes marcas do estigma e da marginalização que esses sujeitos carregam a partir da violência direcionada aos seus corpos. Explicitamos, neste tópico de forma sistemática o número dos dados a partir da espacialização dos dados, no entanto, é imprescindível a conexão que estabelecemos anteriormente através da abordagem socioespacial e socioterritorial como uma resposta a esses processos de violação.

Fernandes (2005), ressalta de forma segura e expressiva, a definição do filósofo francês Henri Lefebvre sobre espaço ao dizer que o espaço social é a materialização da existência humana é, portanto, compreendido como uma dimensão do real, daquilo que vivenciamos através de diferentes experimentações nas mais heterogêneas escalas, até mesmo na escala do corpo.

Ao direcionarmos-nos para a leitura dos movimentos socioespaciais representados pelas organizações e coletivos LGBTs, caminhamos também para uma leitura e compreensão geográfica do que é espaço e território, categorias tão caras e importantes no/para o

desenvolvimento da ciência geográfica, como também das leituras nas mais diferentes realidades, sobre os mais diferentes movimentos.

Conclusão

O presente artigo, se constitui como um pontapé importante para identificarmos, sobretudo, no campo da atuação científica, os aspectos que circundam as atuações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais a partir da leitura realizada por Fernandes (2005; 2012), principalmente com relação ao Movimento LGBT, o que essas ações provocam, modificam e alteram nas plurais dinâmicas, na relação entre corpo e cidade, entre normas e existências que as subvertem, entre o considerado “normal” e o “anormal”, entre o “corpo sadio” e o “corpo doente”, entre os sujeitos que acessam os mais variados espaços da cidade, e os sujeitos que não podem sair de casa a luz do dia, entre aqueles sujeitos que acessam a saúde, a educação, o trabalho, a cultura, etc., e aqueles que não acessam nada disso, esses corpos podem ser identificados, percebidos e lidos a partir de diferentes autoras/es como Zamboni (2016), Silveira (2018), Ribeiro (2016), Pérez (2013) e Louro (2000).

Quando colorimos a história do Movimento LGBT brasileiro, tínhamos por objetivo, trazer a discussão socioespacial/socioterritorial para dentro desse processo construtivo, isto é, corpo-cidade ou cidade-corpo. E, quando trouxemos os momentos marcantes dessa história, pudemos constatar que os sujeitos se organizaram em Movimentos Sociais e, até mesmo em esferas ou redes de sociabilidade com o principal objetivo de lutarem contra as diferentes formas de opressão.

Como expressam Souza e Feliciano (2019) o surgimento do Movimento LGBT brasileiro, marcado por um constante enfrentamento as normas vigentes, ao exercício e a prática da Lesbo-Homo-Bi-Transfobia, que fere diariamente os corpos dos sujeitos LGBTs, que fere a dignidade, mas, sobretudo, a identidade desses corpos, se faz presente em todos os espaços em que esses corpos contra-heteromativos estão.

Referências

BARBOSA, A. C. S. As trans-formações dos corpos travestis e o espaço escolar: uma leitura que não cabe no masculino e feminino. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; JUNIOR, A. B. C. (Org.). **Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2017. p. 67-83.

CAMAROTTI, Renata. **A trajetória do Movimento LGBT: a luta por reconhecimento e cidadania no contexto brasileiro e baiano.** 2009, 154 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação do departamento de ciências sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

COLETTO, Luiz Henrique. **O movimento LGBT e a mídia: tensões, interações e estratégias no Brasil e nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, 278p.

COSTA, B. P. da. As microterritorialidades nas cidades: reflexões sobre as convivências homoafetivas e/ou homoeróticas. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v.6, n.2, p. 257-271, jul/dez. 2012.

COSTA, B. P. da. **Por uma geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade.** 2007. 362 f. Tese (Doutorado em geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

EFREM F. R. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. **Cad. Pagu [online]**. 2016, n.46, pp.311-340.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: **CLACSO**, 2005.

FERNANDES, B. M. Movimentos Socioterritoriais e Movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Ed. Especial. São Paulo: **Revista NERA**, 2012. p. 07-17.

FACCHINI, R. **“Sopa de Letrinhas”?** – movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Campinas, 2002.

FILHO, J. S; SILVA, H. M. da; ORIGUÉLA, C. F. Ocupações de terra no Brasil, São Paulo e Pontal do Paranapanema (1988-2011). **Dataluta: questão agrária e coletivo de pensamento.** São Paulo: Outras expressões, 2014. 69-100.

GOHN, M. da G.. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 2007.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório 2017: Assassinatos de LGBT no Brasil em 2017.** Disponível em: <<http://https://grupogaydabahia.com.br/2017/01/24/relatório-de-2017/>>. Acesso em: 31 abr. 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório 2018: Assassinatos de LGBT no Brasil em 2018.** Disponível em: <<http://https://grupogaydabahia.com.br/2017/01/24/relatório-de-2018/>>. Acesso em: 31 abr. 2019.

LOURO, G. L. **Pedagogias da Sexualidade.** O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2000, p. 7-34.

MACRAE, E. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: EULÁLIO, A. et al. **Caminhos Cruzados.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

MOLINA, L. P. P. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Revista Antíteses**, v. 4, n. 8, p. 949-962, jul/dez, 2011.

NOGUEIRA, L; HILÁRIO, E; PAZ, T. T; MARRO, K. (orgs.) **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil.** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 320p.

ORNAT, M. J. **Território da prostituição e instituição do ser travesti em Ponta Grossa – Paraná.** Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007. 160 f.

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais**: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PEDON, N. R.; DALPÉRIO, L. C. A contribuição da abordagem socioterritorial à pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais. **Dataluta**: questão agrária e coletivo de pensamento. São Paulo: Outras expressões, 2014. 39-68.

PEDROSO, M. F.; GUIMARÃES, R. B. Marcas do HIV/AIDS em Corpos Jovens: Rupturas e Ressignificações no Espaço Urbano. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 2, p. 2350, 2017.

PÉREZ - CHABANEAU –LUCÍA, **Corpos políticos e identidades performativas. Uma análise do conceito de corpo a partir dos protestos de rua do movimento feminista e do movimento da diversidade sexual no Uruguai**. Brasil, 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

RIBEIRO, M. A. Geografias malditas, malditas geografias? a discussão de gênero e sexualidade no mundo, segundo diferentes pontos de vista. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; JUNIOR, A. B. C. (Org.). **Geografias feministas e das sexualidades**: encontros e diferenças. Ponta Grossa: Toda palavra, 2016. p. 9-13.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, M. T. **Vivencias de sujetos em processos transexualizadores y sus relaciones com el espacio urbano de Santiago de Chile**. Dissertação (Mestrado em geografia), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho – campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2012. 354 f.

SILVEIRA, Drielly Teixeira Lopes. **SOB O SIGNO DA SEREIA**: a feminilidade na experiência de mulheres trans deficientes. 2018. 199 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), Araraquara, 2018.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; JUNIOR, A. B. C. Sobre as desobediências epistemológicas e o testamento intelectual de Milton Santos. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; JUNIOR, A. B. C. (Org.) **Geografias feministas e das sexualidades**: encontros e diferenças. Ponta Grossa: Toda palavra, 2016. p. 13-31

SILVA, M. J.; FERREIRA, E. Abordagens corporizadas: gênero, sexualidades e tecnologias. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; JUNIOR, A. B. C. (Org.). **Diálogos ibero-latino-americanos sobre geografias feministas e das sexualidades**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2017. p. 31-45.

SOUZA, W. V. F.; FELICIANO, C. A. Que movimento é esse: uma leitura histórica e socioespacial do movimento LGBT de Presidente Prudente/SP. In: **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)** - 60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios - v. 08, n. 15, p. 136-165, dez/2019. DOI: 10.35416/geoatos.v8i15.6990.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SANTOS, M. (Org.) **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ZAMBONI, Jésio. **Educação Bicha: uma a(na[l])rqueologia da diversidade sexual**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Vitória, 2016.

Sobre os autores – Informações prestadas pelos autores

Wilians Ventura Ferreira Souza

Graduando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP campus de Presidente Prudente. Estagiário do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.

Carlos Alberto Feliciano

Pesquisador III da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista - UNESP. Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Agroecologia do Pontal do Paranapanema- NEAPO. Pesquisador Associado de Projeto Temático da FAPESP.

Como citar esse artigo

SOUZA, Wilians Ventura Ferreira; FELICIANO, Carlos Alberto. Mapeamento dos crimes de ódio contra LGBTs: uma leitura socioespacial da violência entre os anos de 2017 e 2018. **Revista Geografia em Atos (Geo Atos online)** - Dossiê “Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade” - v. 1, n. 16, p. 121-140, mar, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7283

Recebido em: 29-07-2019

Aceito em: 24-01-2020